

USOS DO PASSADO,

ÉTICA

RENEGACIONISMOS

ORGANIZADORES

Rogério Rosa Rodrigues

Fernando Sossai

Dominique Santos

Michele Gonçalves Cardoso

Samira Peruchi Moretto



USOS DO PASSADO,

ÉTICA

ORGANIZADORES

Rogério Rosa Rodrigues

Fernando Sossai

Dominique Santos

Michele Gonçalves Cardoso

Samira Peruchi Moretto

E NEGACIONISMOS



CAPES



2023
São Paulo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

H673

História: usos do passado, ética e negacionismos /
Organização Rogério Rosa Rodrigues et al. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2023.

Demais organizadores: Fernando Sossai; Dominique
Santos; Michele Gonçalves Cardoso; Samira Peruchi
Moretto.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-898-0

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98980

1. Usos do passado. 2. Ética. 3. Negacionismos. 4. História
do Tempo Presente. 5. Ensino de História. I. Rodrigues,
Rogério Rosa (Org.). II. Sossai, Fernando (Org.). III. Santos,
Dominique (Org.). IV. Cardoso, Samira (Org.). V. Título.

CDD: 907

Índice para catálogo sistemático:

I. Ensino de História

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	Freepik.com
Tipografias	Acumin, Geometos
Revisão	Tascieli Feltrin
Organizadores	Rogério Rosa Rodrigues Fernando Sossai Dominique Santos Michele Gonçalves Cardoso Samira Peruchi Moretto

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

*O presente é tão
grande, não nos afastemos*

*Não nos afastemos
muito, vamos de mãos dadas*

Carlos Drummond de
Andrade. De mãos dadas.

AGRADECIMENTOS

Diz poeta João Cabral de Mello Neto que “Um galo sozinho não tece uma manhã”. A tessitura desse livro, assim como a manhã anunciada pela ave, não se fez sem o esforço e o trabalho coletivo. Por isso, vale registrar alguns agradecimentos especiais.

Ao Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP/CAPES) que sobreviveu à política governamental e apoiou financeiramente a organização do XIX Encontro Estadual da ANPUH-SC, ocorrido na Universidade do Estado e Santa Catarina (UDESC), em especial com uma temática que em sua enunciação já indicava a postura política dos/as organizadores/as.

Ao Departamento e ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), por ter apoiado e abrigado o evento em suas dependências, incluindo repasse de recursos financeiros para algumas das atividades realizadas. À Direção Geral da FAED, na figura do Prof. Celso Carminati, bem como ao Diretor de Pesquisa, Émerson César de Campos, pela disponibilidade e apoio concedidos.

À Associação Nacional de História, seção Santa Catarina, representada pela figura do diretor, Fernando Cesar Sossai, e pela tesoureira, Samira Peruchi Moretto, pela confiança e pela cumplicidade na organização das atividades. Aos colegas da comissão organizadora local, a saber Antonio Diogo Greff de Freitas, Caroline Jaques Cubas, Janice Gonçalves, Juscelino Barros da Silva Filho, Luciana Rossato, Núcia Alexandra Silva de Oliveira, Silvia Vitorassi, Walderez Simoes Costa Ramalho e Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato. Não menos importante foi o trabalho realizado pelos monitores e monitoras, estudantes da graduação e da pós-graduação em história da UDESC, que estiverem presentes para que cada detalhe da programação fosse executada com diligência e responsabilidade.

APRESENTAÇÃO

HISTORIADORES/AS EM MOVIMENTO: USOS DO PASSADO, ÉTICA E NEGACIONISMOS

Rogério Rosa Rodrigues

Usos do passado, ética e negacionismos foi o tema escolhido pela ANPUH-SC para servir de eixo temático do XIX Encontro Estadual de História. Sediado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o evento ocorreu no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) entre os dias 22 e 26 de agosto de 2022. Nesse período, ainda estávamos profundamente fragilizados pelas consequências trazidas pela pandemia de Covid-19 que assolava o mundo. Na semana anterior ao evento, o Brasil sangrava com 200 mortes diárias de pessoas que tiveram a saúde agravada em função das complicações causadas pelo vírus. Embora com vacinas chegando aos postos de saúde do país, esbarrávamos em boicote oficial do governo federal (e de muitos membros de governos estaduais e municipais), de lideranças políticas e de figuras erguidas à categoria de “*influencers*”, que questionavam e fomentavam teorias de conspiração sobre a eficácia das vacinas.

Não fosse isso suficiente, até agosto de 2022 vivemos experiências doloridas de casos de violência, de racismo, de feminicídio, de estupro que parecem marcar parte de nossa cultura política nacional, tal a recorrência em solo pátrio. Em 25 de janeiro um jovem congolês foi brutalmente assassinado no Rio de Janeiro ao procurar o dono do quiosque em que trabalhava para solicitar o pagamento dos serviços a que tinha direito. Moïse Kabamgabe tinha 25 anos de idade e foi espancado até a morte. Seu caso foi mais um, entre

tantos outros, de jovens de países africanos que vieram tentar a vida no Brasil e tiveram não apenas os sonhos, mas a vida interrompida.

Em maio de 2022, Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, morreu assassinado de forma brutal na cidade de Imbaúba, Sergipe. Após uma abordagem da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Genivaldo foi colocado no porta-malas da viatura, trancado com as pernas para fora e asfixiado com gás lacrimogênio até a morte. Essa ação fazia parte de treinamento dado aos homens da polícia no Estado. Assim como Moíse, sabemos de imediato qual a cor e a classe social das vítimas de violências cometidas com esse requinte de crueldade. O estatuto de humanidade tem sido dirigido tão somente a alguns sujeitos de classe, raça e gênero bem definidos. E, infelizmente, isso não tem sido privilégio brasileiro.

Em julho de 2022, o anestesista Giovanni Quintella Bezerra, homem branco de 31 anos de idade, foi preso após ser gravado estuprando uma mulher durante o parto. A gravação foi feita pelas mulheres da equipe de enfermagem do hospital Heloneida Studart, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O caso é um, dos muitos, perpetrados contra o corpo das mulheres por homens de bem. Nesse caso, efetuado por homem branco, de classe média.

Durante o mês de junho do mesmo ano, após pressões internacionais e auxílio de lideranças indígenas e ribeirinhas da Amazônia, os restos mortais do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista pernambucano Bruno Pereira foram encontrados no Vale do Javari, no Amazonas. O crime foi cometido por homens ligados ao garimpo, pesca ilegal e ao narcotráfico vigente naquela região.

E no meio de tudo isso ainda tinha a pandemia... E junto da pandemia um governo federal que sucateou a saúde, a educação e a economia brasileira em uma velocidade assustadora. Os mandos e desmandos do governo, diga-se de passagem, foram referendados por apoio político que lhe garantia uma popularidade

que cambaleava, mas permanecia na média dos 30%. Em pesquisa encomendada ao Instituto Atlas Intel pela CNN Brasil, e divulgada em 26 de agosto de 2022, Jair Bolsonaro garantia 40% do voto do povo brasileiro, contra 48 % de votantes em Luís Inácio Lula da Silva. Essa popularidade mantida após imagens do povo brasileiro esperando carro com restos de osso e outras partes descartáveis de carne animal para alimentar sua família. Após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), dedicada a apurar a política de governo na tentativa de controlar o avanço da Covid-19 no Brasil, comprovar e mostrar todas as falcatruas, incompetências, retardos e corrupção na compra e distribuição das vacinas no país.

Como essas tragédias se relacionam com o XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC? Usos do passado tem sido categoria basilar para pensarmos e refletirmos sobre como a sociedade tem recorrido ao passado histórico tanto para deslegitimar a produção historiográfica acadêmica, quanto também movimentos e coletivos sociais contemporâneos tem recorrido ao passado histórico para fundamentar suas lutas históricas por justiça e por reparação. Pode parecer paradoxal, mas os usos políticos do passado entraram no campo de disputas de vertentes ideológicas situadas em diversos espectros políticos e têm influenciado tanto os revisionismos, quantos os negacionismos no presente. Não menos importante no uso dessa categoria é o fato de historiadores e historiadoras estarem atentos/as ao fato de que é necessário deslocar a atenção do passado em si, para os seus usos e apropriações. Que não basta somente cercar os trabalhos historiográficos de procedimentos teóricos e metodológicos rigorosos, nem apenas ampará-los em documentos verificados, confrontados e devidamente disponibilizados para consulta pública. Sem um posicionamento ético e político dos profissionais da área, deixando evidenciado qual seu compromisso com os mortos e esquecidos do passado, assim como com os descendentes desses mortos, na atualidade, a produção historiográfica seguirá desacreditada e infértil para os homens e mulheres do contemporâneo.

Como registramos na ocasião de chamada de abertura do evento, o tema do encontro, *Usos do passado, ética e negacionismos*, incide sobre um dos maiores problemas enfrentados pelos historiadores e historiadoras na atualidade, a saber, a deslegitimação gradual que a produção científica do saber histórico vem sofrendo a partir da influência de grupos ligados à extrema direita. A crise de autoridade epistêmica que, segundo muitos especialistas, acomete não só a história como outros campos do saber acadêmico, exige respostas que envolvam simultaneamente aspectos epistemológicos e éticos. Como responder à acusação dos grupos negacionistas de que a produção historiográfica acadêmica possui um viés “ideológico”? Em outras palavras, quais virtudes (e vícios) epistêmicas(os) distinguem uma historiografia profissional eticamente comprometida com as questões do seu tempo, de um lado, e as formas de instrumentalização do passado feitas em detrimento da distinção básica entre verdade e mentira, de outro?

Com a realização do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, prolongada e materializada nessa publicação, almejamos abrir um espaço de diálogo com a comunidade dos(as) historiadores(as) sobre problemas éticos urgentes em nosso tempo, fomentando discussões sobre questões difíceis de digerir. Pretendemos contribuir para a promoção de discussões sobre como os historiadores e as historiadoras podem levar o conhecimento e a reflexão histórica e ética em linguagem acessível para além da sala de aula. Já se disse que o papel do historiador e da historiadora consiste em fazer lembrar o que a sociedade insiste em esquecer. Profanar lugares sacralizados, tocar em feridas abertas. Neste sentido, problematizar tanto os negacionismos quanto nossa atitude em relação a ele se torna uma tarefa fundamental. Em tempos de radicalização político-ideológica, com constantes ataques à democracia e à posição epistêmico-ética do(a) historiador(a) profissional, convém nos atentarmos para os meandros nem sempre evidentes das narrativas em conflito, para pensar em possíveis caminhos de superação da crise que enfrentamos.

A conferência de abertura do evento, proferida pelo Presidente da ANPUH Nacional, Valdeci Lopes de Araújo, foi sensível e atento a tais usos políticos do passado. Araújo dissecou as estratégias do discurso bolsonarista encontrando nele vinculação a linhagens historiográficas criadas no Brasil do Oitocentos. A conferência de encerramento, por sua vez, trouxe à discussão o problema complexo do julgamento moral na história. A historiadora, e feminista, Joan Scott, abordou as questões relacionadas ao racismo e à violência de gênero e nos mostrou como o engajamento com as questões do nosso tempo é o oposto da parcialidade e da falta de rigor científico na pesquisa.

O diálogo da comunidade historiadora com as questões políticas e sociais que atravessavam nosso presente não se encerraram com as conferências citadas. Ele cruzou todo o evento, seja nas mesas-redondas, seja nas comunicações efetuadas nos 19 simpósios temáticos, ocorridos de forma híbrida, na Faed/Udesc, nos quatro dias do evento. Foi com o desejo de prolongar o debate ali ocorrido que esse livro foi preparado. Assina a organização pesquisadores/as das instituições credenciadas para ofertar o curso de história no sistema acadêmico catarinense, a saber: Rogério Rosa, Professor na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Fernando Sossai, diretor da ANPUH-SC e professor na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Dominique Santos, professor na Universidade Regional de Blumenau (FURB), Michele Gonçalves, professora na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e Samira Peruchi Moretto, professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Colegas da Universidade Federal de Santa Catarina, outra importante instituição que oferta o curso de história no Estado, não estão entre os organizadores/as, porém marcam presenças em alguns dos capítulos do livro, tal como pode ser observado abaixo.

O volume foi dividido em três eixos temáticos: "I. Usos do Passado", "II. Ética" e "III. Negacionismos". Ele inclui pesquisas

e pesquisadores/as de diferentes áreas do campo historiográfico. O/A leitor/a encontrará textos de especialistas da área de história antiga, de história da arte, de ensino de história, de patrimônio cultural, de história ambiental, de teoria da história e história da historiografia, de história do tempo presente, de história da África e suas diásporas, de história e gênero, de história oral, de história pública, entre outros. Isso constitui uma das grandes riquezas do livro: diferentes perspectivas e olhares sobre temas tão emergenciais em nossa sociedade. Também, circula no livro profissionais de instituições radicadas em Santa Catarina, visto que o evento foi promovido pela seção catarinense da ANPUH, mas também de diversos outros estados do país, incluindo Minas Gerais, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Tocantins, e uma convidada estrangeira, Joan Scott, professora Emérita da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos.

A primeira unidade do livro é composta por sete capítulos. A coordenação dos trabalhos dessa unidade foi feita por Dominique Santos e contou com textos de Janice Gonçalves (UDESC), com debate sobre o campo do patrimônio cultural no presente, de Daniela Queiroz Campos (UFSC) e Tiago da Silva Coelho (IFSC/UNICAMP), sobre os usos de imagens na contemporaneidade, de Daniela Pistorello e Ilanil Coelho, com abordagem sobre as questões que envolvem o patrimônio industrial no presente, de Carol Lima de Carvalho (UDESC), Renilda Vicenzi (UFFS) e Thalia Faller (UFFS) acerca da circulação de conhecimentos no campo de estudos de Áfricas e suas diásporas, de Giane Maria de Souza (Arquivo Histórico de Joinville), Roberta Barros Meira (Univille) e Cibele Piva (Professora da Educação Básica), que destacaram os desafios apresentados para os estudos centrados no debate acerca de arquivos e patrimônio cultural.

A unidade é encerrada com texto de Anderson Zalewski Vargas, professor da UFRGS. Nele o autor fala sobre as teorias acerca da recepção no campo de estudos da Antiguidade e destaca o papel que especialistas em história antiga podem conferir ao debate contemporâneo sobre as categorias de usos do passado, ética

e negacionismos. Afirma o autor: “para realmente entender alguma invocação do passado, especialmente as perturbadoras apropriações da Antiguidade, causadoras de indignação e perplexidade, é preciso reconhecer que o passado não carrega consigo o que pode e deve ser dito dele e as avaliações de seus ‘usos’ é questão sempre em aberto para especialistas e demais usuários do passado.”

A unidade “II. Ética” foi coordenada por Michele Gonçalves (UNESC) e Fernando Cesar Sossai (UNIVILLE). Ela inclui sete capítulos, com abertura de texto de Sossai acerca dos dilemas éticos apresentados pela pesquisa centrada no campo da história oral. Desafios que dizem respeito não somente a pesquisadores/as da área específica, mas também basilares para o processo de profissionalização do trabalho do historiador e da historiadora oficializados pela Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020. Soma-se ao conjunto de textos dessa unidade o de Michele Gonçalves acerca dos dilemas éticos na experiência das migrações contemporâneas, com especial atenção para a forma como o governo Bolsonaro conduziu o fenômeno de migrações populacionais em território brasileiro. A ética no ensino de história e os compromissos da comunidade historiadora como uma educação democrática foi o tema abordado por Núcia Alexandra Silva de Oliveira (UDESC), Reinaldo Lindolfo Lohn (UDESC) e Thiago Reisdorfer (UESPI) analisaram como política e cultura são temas transversais para o campo de estudos centrado na História do Tempo Presente. Joana Maria Pedro (UFSC) e Claudia Regina Nichnig (UDESC) problematizam o desafio de escrever a história das mulheres em perspectiva interseccional levando em consideração clivagens de gênero, de raça e de classe. Adriana Angelita da Conceição (UFSC) e George Leonardo Seabra Coelho (UFT) destacaram os desafios enfrentados por uma proposta decolonial de ensino na educação indígena, na educação quilombola e na educação no campo.

A unidade é encerrada com o ensaio de síntese feito por Marcelo de Mello Rangel (UFOP). O autor analisa o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia para ressaltar

que a tematização do presente nas humanidades de forma geral faz parte de um giro epistêmico, ético e ontológico que tem como base a “compreensão de que o presente é o lugar no qual passado, presente e futuro podem ser (re)experimentados com responsabilidade e intensidade tornando possível a constituição de outros mundos, e isso especialmente com base em um gesto democratizante”.

A unidade III, dedicada aos negacionismos, foi coordenada por Samira Peruchi Moretto (UFFS). A unidade é constituída de cinco capítulos. Moretto abre os trabalhos com texto feito em parceria com Eunice Sueli Nodari (UFSC). O foco da discussão repousa sobre o negacionismo na perspectiva da história ambiental. Nashla Dahás (UENP) e Paulo Cesar Gomes (UFF) trazem para a discussão o papel que a história pública tem desempenhado na reflexão e na proposição de atividades com vistas ao enfrentamento dos negacionismos na atualidade. Renan Rivaben Pereira (UDESC) e Breno Sabino Leite de Souza (FIOCRUZ), abordam a questão na perspectiva da história da ciência, bem como destacam o papel desempenhado pela direita conservadora e liberal na produção e propagação de informações falsas na atualidade. A relação entre ensino de história e combate aos negacionismos foi pautado por Caroline Jaques Cubas (UDESC).

A unidade é concluída com o texto de Walderez Ramalho que tem como título “Negacionismo e historicidade”. O autor afirma que “Os discursos negacionistas ‘revisam’ o passado não para fins de conhecimento, mas da luta político-ideológica do presente, de modo que a conclusão do relato já está definida de antemão. As fontes são manipuladas para reforçar a conclusão dada previamente, minando o poder de veto dessas fontes. Para ampliar a eficácia do seu discurso, os negacionistas muitas vezes emulam técnicas de pesquisa e de apresentação historiográfica – mas ao preço de falsificar e distorcer a historicidade do relato nesse sentido factual/empírico”. Como antídoto, Ramalho defende que “o combate aos negacionismos históricos não passa pela defesa da objetividade/realismo em detrimento da perspectividade/relativismo do conhecimento histórico,

nem tampouco a via contrária. Ao contrário, creio que um compromisso teórico fundamental para os historiadores profissionais se armarem melhor no combate aos negacionismos é acolher essa tensão entre objetividade e parcialidade, ou entre realismo e relativismo, como sendo constitutiva do conhecimento histórico acadêmico”.

Não é menos importante registrar que os métodos e técnicas da história foram rigorosamente empregados para analisar os atravessamentos do passado no presente e colocar em debate o tema do encontro. A tragédia da pandemia, os brutais assassinatos de Moíse e de Genivaldo, a violência contra o corpo feminino, as mortes de Dom Phillips e Bruno Pereira, assim como os desmandos do último presidente, não ficaram ausentes das preocupações da comunidade historiadora. Malgrado todas as ataques sofridos contra a pesquisa de qualidade, seguimos atentos e fortes, investindo em temáticas que estão diretamente relacionadas ao debate sobre a persistência de violências como as que elencamos em brevíssima apresentação de fatos ocorridos em 2022. Seguimos no campo de luta em defesa da pertinência política e social de abordagens que enfatizem os estudos de gênero, a história ambiental, os estudos sobre questões raciais, os desafios e as potencialidades da atuação profissional na rede básica de ensino. Apesar de todos os ataques, não retrocedemos no combate aos negacionismos, ao conhecimento panfletário, mercantilizado e eticamente enviesado, encontrados a “mão cheia” no mercado editorial, nas redes sociais, na grande mídia. O que oferecemos ao público, por meio da defesa persistente da universidade pública, gratuita, de qualidade, é o compromisso ético e político com uma educação democrática, dialógica e sempre atenta ao presente.

PREFÁCIO

UM LIVRO NECESSÁRIO E REVELADOR

Valdeci Araujo (ANPUH/UFOP)

O livro que chega agora às mãos dos leitores (e leitoras) é resultado do XIX Encontro Estadual de História realizado pela Associação Nacional de História, seção Santa Catarina, no ano de 2022. Este evento é uma tradição na comunidade de historiadores e se destaca pela conjuntura histórica na qual foi realizado. Naquele ano, a sociedade brasileira vivia uma eleição presidencial em que um dos projetos mais articulados tinha como um de seus pilares o negacionismo histórico e científico de modo geral.

Esse contexto político trouxe à tona questões relevantes sobre a importância da história e da ciência como bases para a compreensão do passado e do presente. Diante desse cenário, os participantes do Encontro Estadual de História sentiram a necessidade de se posicionar e contribuir com reflexões críticas sobre o negacionismo e suas consequências para a sociedade. Neste aspecto, o livro documenta muito bem o movimento geral da comunidade científica da área de história que intensificou, desde 2018, senão antes, sua presença nos debates públicos e políticos. Essa nova presença dos historiadores no debate público se deu no grande campo de batalha da opinião em nosso presente, as redes sociais. Inúmeras iniciativas surgiram, ainda mais impulsionadas pelo período de quarentena imposto no cenário pandêmico. Clio, definitivamente, estava em todos os canais.

Sabemos que, para alguns, a ciência deveria se parecer com uma busca diletante pela verdade. Desde os romanos ela foi representada pela alegoria da *nuda veritas*, a “verdade nua”. Uma jovem delicada à espera de seu macho conquistador. Felizmente, muita

coisa mudou: a ciência histórica que saiu em campo nesses últimos anos entende que a verdade é bem mais difícil de se conquistar; que no lugar de uma afirmação viril de uma autoridade solar, ela precisa ser construída com uma comunidade plural e diversa, em polifonia, mais do que na solidão dos arquivos ou nos horizontes metafóricos de um binarismo de gênero primário e opressor. A ciência, para se fortalecer no enfrentamento de seus novos detratores, precisa ser a ciência de todos os gêneros, raças, etnias e regiões.

O que se destaca nessas novas jornadas de combate aos abusos do conhecimento histórico é a crescente consciência dos historiadores de que, assim como em qualquer outra ciência, o conhecimento produzido está sujeito a uma ampla variedade de usos sociais. Os historiadores reconhecem que sua tarefa não se encerra na pesquisa e na publicação, mas também envolve a disputa contra apropriações predatórias e autoritárias que podem ser feitas de seus estudos. Do mesmo modo, o ensino de história na educação básica precisa ser a primeira trincheira na luta pela construção de uma historicidade democrática e plural. O campo obscurantista já havia detectado, neste espaço, seus adversários, daí a famigerada “escola sem partido”, ou mesmo a educação sem escola, como querem os defensores do chamado *Home schooling*.

Os discursos negacionistas geralmente não se apresentam como relativistas; eles frequentemente afirmam oferecer acesso a uma verdade mais pura, uma verdade que, supostamente, está livre de interesses e influências poderosas. Porém, sua verdade é distorcida, tendenciosa e serve para promover uma visão de mundo autoritária. Os negacionistas não hesitam em utilizar tanto a ciência quanto a pseudociência para respaldar suas interpretações distorcidas.

Portanto, a conscientização dos historiadores sobre a necessidade de combater o negacionismo histórico vai além da produção de conhecimento. Eles precisam se engajar ativamente na promoção de uma compreensão mais autêntica e fundamentada, combatendo a instrumentalização de seu conhecimento por agendas autoritárias e manipuladoras.

O livro *História: usos do passado, ética e negacionismos* é uma coletânea de artigos e ensaios que abordam diversas temáticas relacionadas à história e ao negacionismo. Os autores exploram diferentes momentos históricos e problematizam a negação e a falsificação da experiência histórica.

No Brasil, sob a liderança do ex-presidente Bolsonaro, ocorreu uma negação sistemática de eventos importantes, como a pandemia, a eficácia das vacinas, a existência do racismo e a relevância da escravidão. O bolsonarismo, de forma particular, negou que, em 1964, os militares brasileiros implantaram uma ditadura totalitária, perpetuando a falsa narrativa de uma revolução que foi construída no momento do golpe como uma estratégia de legitimação. Além disso, o bolsonarismo promoveu um revisionismo negacionista em relação ao próprio golpe e às práticas de tortura patrocinadas pelo Estado, que estão amplamente comprovadas por pesquisas independentes. Esse revisionismo negacionista não apenas busca negar o caráter oficial da tortura, mas também tenta justificá-la como uma reação legítima contra os adversários do regime.

No entanto, o historiador democrático tem a responsabilidade de afirmar enfaticamente que a tortura é injustificável. É necessário destacar a importância da ética na prática da história, reafirmando o compromisso com a busca pela verdade socio-eticamente referenciada, a promoção da justiça e a defesa dos direitos humanos.

Este livro promove uma reflexão aprofundada sobre os perigos do negacionismo histórico e científico, destacando a importância de uma abordagem fundamentada em pesquisa e diálogo plural com os agentes sociais que também produzem saberes. Temos certeza de que a publicação dessa obra contribui para o fortalecimento do debate público sobre a relevância da história e da ciência, incentivando a valorização desses campos do conhecimento e a disseminação de uma nova cultura de verdade.

SUMÁRIO

UNIDADE I

USOS DO PASSADO..... 26

CAPÍTULO 1

Dominique Santos

A problemática da recepção e dos (ab)usos do passado:

um debate de interesse historiográfico 27

CAPÍTULO 2

Janice Gonçalves

Passados-presentes:

em torno de debates e embates do campo
do patrimônio cultural na Contemporaneidade..... 36

CAPÍTULO 3

Daniela Queiroz Campos

Tiago da Silva Coelho

A imagem da desinformação:

antropologia da imagem e história da arte
na crítica aos (des)usos do passado..... 49

CAPÍTULO 4

Daniela Pistorello

Ilanil Coelho

Patrimônio mundial e patrimônio industrial:

para que e para quem? 58

CAPÍTULO 5

Carol Lima de Carvalho

Renilda Vicenzi

Thalia Faller

Áfricas e suas diásporas no Brasil:

circulação de conhecimentos!65

CAPÍTULO 6

Giane Maria de Souza

Roberta Barros Meira

Cibele Piva

Patrimônio cultural e arquivos:

balanços e desafios.....75

CAPÍTULO 7

Anderson Zalewski Vargas

A recepção da Antiguidade e o desafio:

“usos do passado, ética e negacionismos”85

UNIDADE II

ÉTICA..... 95

CAPÍTULO 8

Fernando Cesar Sossai

História oral, ética e profissão

historiadora no Brasil contemporâneo96

CAPÍTULO 9

Michele Gonçalves Cardoso

Dilemas éticos das migrações 103

CAPÍTULO 10

Núcia Alexandra Silva de Oliveira

Ética e Ensino de História:

compromissos pela ação democrática 113

CAPÍTULO 11

Reinaldo Lindolfo Lohn

Thiago Reisdorfer

História do Tempo Presente:

política e cultura 123

CAPÍTULO 12

Joana Maria Pedro

Claudia Regina Nichnig

Escrever História das Mulheres

numa abordagem de gênero, feminista

e articulando com a categoria

interseccionalidade, é possível? 134

CAPÍTULO 13

Adriana Angelita da Conceição

George Leonardo Seabra Coelho

Ensino de História entre Desafios

e Possibilidades Na Educação Indígena, na

Educação Quilombola e na Educação do Campo 142

CAPÍTULO 14

Marcelo de Mello Rangel

O giro ético-político na teoria da história

e na história da historiografia 155

UNIDADE III

NEGACIONISMOS 165

CAPÍTULO 15

Samira Peruchi Moretto

Eunice Sueli Nodari

História ambiental,

negacionismos e meio ambiente 166

CAPÍTULO 16

Nashla Dahás

Paulo Cesar Gomes

Reação ou transformação?

Impressões sobre o estado atual
da história (pública) contra

os negacionismos 175

CAPÍTULO 17

Renan Rivaben Pereira

Breno Sabino Leite de Souza

**Quais negacionismos têm sido
feitos pela direita conservadora**

e liberal na história do Brasil? 190

CAPÍTULO 18

Caroline Jaques Cubas

**Abertura de passados,
abertura de mundos:**

reflexões sobre um ensino de história

contra o negacionismo 200

CAPÍTULO 19

Walderez Ramalho

Negacionismo e historicidade..... 210

Sobre os organizadores e organizadoras 220

Sobre os autores e as autoras..... 221

Índice remissivo 226

Unidade



USOS DO PASSADO

1

Dominique Santos

A PROBLEMÁTICA DA RECEPÇÃO E DOS (AB)USOS DO PASSADO:

**UM DEBATE DE INTERESSE
HISTORIOGRÁFICO**

Benedetto Croce (1912) compreendia que *Ogni storia vera è storia contemporanea*. Trata-se de um pensamento não muito distante do que Lucien Febvre sistematizará algumas décadas depois a partir da frase "*L'histoire est fille de son temps*" (Febvre, 1942, p. 2). Em ambos os casos, para nos atermos apenas a dois exemplos, há um claro interesse em pensar a relação entre passado e presente e como ela é organizada na sistematização de narrativas historiográficas. Abordando o tema, Marc Bloch escreveu que seria um erro acreditar que a História é a ciência do passado, pois seria melhor considerar que a "faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador" (Bloch, 1997, p. 66), que necessita de "um contato perpétuo com o hoje" (Bloch, 1997, p. 66), pois "sem dúvida menos excepcionalmente do que se pensa, acontece de, a fim de atingir o dia, ser preciso prosseguir até o presente" (Bloch, 1997, p. 67).

Estevão Martins afirma sobre o conhecimento histórico que ele se dá a partir de redes fatoriais. Embora nenhum agente racional humano exista em um mundo sem história, a percepção de cada ente em si será diferente, atendendo às mais diversas constituições, a partir de múltiplas heranças socioculturais. Assim, esses agentes humanos estão envolvidos em variáveis sociais (parentesco, solidariedade de comunidade, grupo); políticas (consciência do papel individual ou coletivo das instituições, da cidadania, da representação); econômicas (organização do trabalho, modos de produção, fontes de renda); e culturais (convicções, crenças, opiniões, interesses). O conhecimento histórico, então, só pode ser obtido em certo tempo, espaço e circunstâncias (Martins, 2012). Como defendia Edward Carr (1984), o "fato histórico" não é independente do historiador, mas, ao contrário, depende e está relacionado à problematização por ele elaborada.

Assim sendo, podemos dizer que há tanto referentes quanto representações; narrativa, mas também realidade extratextual. Ou seja, apesar do caráter indireto da narrativa e sua problemática relação com o real empírico, a realidade existe (Ginzburg, 1992). Por mais

que devemos considerar o fato de que “o passado é um país estrangeiro: eles fazem as coisas de forma diferente lá”, como na popular frase que abre o romance de Leslie Hartley, reaproveitada por David Lowenthal (1985) em sua obra, independente do tamanho dessa distância espaço-temporal, há algo nesse *interregnum* que nos diz respeito, ainda que só perceptível por meio de vestígios. Lembremo-nos das palavras de Fernand Braudel sobre o Brasil:

Guardei a lembrança, uma noite, perto da Bahia, de ter sido envolvido por um fogo de artifício de pirilampos fosforescentes; suas luzes pálidas reluziam, se extinguíam, brilhavam de novo, sem romper a noite com verdadeiras claridades. Assim são os acontecimentos: para além de seu clarão, a obscuridade permanece vitoriosa (Braudel, 1992, p. 23).

O que o historiador faz, por conseguinte, é produzir uma narrativa sobre uma parte do passado, o que nada mais é do que, como apontou Luís Costa Lima, dar ordem ao caos, pois os fragmentos do passado apenas nos chegam de maneira caótica e é a partir da narrativa que são organizados (Lima, 1989).

Apesar de termos nos acostumado, assim, a pensar os usos e abusos do passado e os estudos de recepção como algo afastado do trabalho do historiador e que este, na verdade, teria como uma de suas tarefas desvendar, explicar ou esclarecer os equívocos de terceiros envolvidos com essas questões, a historiografia profissional, em certa medida, também precisa lidar com tais fenômenos em sua própria atividade, afinal, o direcionamento de interesses, a seleção de objetos de pesquisa, a elaboração de hipóteses e problemáticas, a escolha de metodologias e até mesmo a concessão de fomentos pelas agências públicas estão relacionados com certas imagens do passado, que, não por acaso, muitas vezes, são presentistas, internacionistas, nacionalistas e pouco globais.

Se quisermos compreender um pouco mais sobre os usos e abusos do passado e os estudos de recepção, é também preciso

levar em conta que não estamos diante de invenções modernas, mas que têm início na Antiguidade e se relacionam com a criação de novos objetos e a rearticulação das percepções sobre a fluidez da vida no passado e no presente (Silva; Funari; Garraffoni, 2020). Há inúmeros exemplos assim em toda parte, da Índia à Península Ibérica, da Arábia antiga aos espaços mais setentrionais da Europa. É suficiente dizer que cenas da Odisseia, por exemplo, eram recriadas em vasos gregos alguns séculos após serem cantadas para suas primeiras audiências; que na Idade Média inúmeras situações conhecidas da Antiguidade eram endereçadas, sejam as ressignificações bíblicas nas cortes dos diversos *regna* das Ilhas do Atlântico Norte ou as inúmeras referências aos autores antigos, como Santo Agostinho, na corte de Carlos Magno, no espaço continental. Em Atenas, no século XII já da Era Comum, havia uma infraestrutura preparada para receber e acomodar os viajantes que para lá se dirigiam com a finalidade de visitar monumentos considerados antigos, evidenciando o entrelaçamento de culturas, períodos e épocas, apontando para uma recepção e ressignificação da Antiguidade Clássica antes da modernidade, por um lado, e muito depois do século de Péricles, por outro (Pappa, 2020).

Qualquer reflexão sobre usos do passado precisa considerar, conseqüentemente, as múltiplas e possíveis sincronizações das diversas camadas temporais e como as próprias noções que se relacionam com as temporalidades que adotamos nos discursos historiográficos que elaboramos também possuem ideologias (Jordheim, 2007), além de conferirmos também atenção às formas que utilizamos para narrar a história, pois elas jamais são inocentes (Guarinello, 2003).

É preciso relacionar temporalidades distintas se quisermos estudar os usos e abusos do passado e suas recepções em momentos posteriores. Precisamos compreender que a postura crítica e a autonomia frente à tradição nunca é completa, pois é possível apenas identificar alguns processos, reconhecer os efeitos dessa tradição e enfrentá-los. Como nos lembra Michael Baxandall, nenhum olhar

é puro, despido de suas heranças. Tornar-se herdeiro é um esforço. Por isso, se faz necessária uma crítica autônoma da herança e da tradição (Baxandall, 2006). Trata-se do tema mais frequente dentre os endereçados nas várias obras de Jacques Rancière, o da emancipação (Rancière, 2012, 2013). É a esse procedimento também que Charles Martindale se referirá, denominando-o de apropriação ativa, pois, diferente de quem pensa que tudo é determinado pela tradição ou herança, nenhuma obra tem seu significado integralmente determinado pela sua origem (Martindale, 1993). O crítico literário e teórico da literatura Harold Bloom abordará a questão chamando nossa atenção para a “angústia da influência”, um processo psíquico, social, estético, cultural e cognitivo. Toda leitura, para ele, é sempre contra a influência. Ler, nesse caso, é um ato transgressor, sempre interpretativo e intertextual. O que não for isso não deveria se chamar leitura ou, pelo menos, não uma leitura crítica (Bloom, 1991,1995,1998).

Comum aos debates sobre ensaio, a problemática da recepção também interessava a Walter Benjamin, que pensa a rememoração entre as imagens do burguês/colecionador e o trapeiro/poeta. O *flaneur* e suas flanagens, andando pelas galerias de Paris, seria um desses interessantes exemplos (Benjamin, 1991).

A palavra em alemão para se referir ao trapeiro é *Lumpensammler* e, a partir dela, podemos ter algumas percepções, pois ela é também usada para designar o colecionador. Em Marx e Engels (1976, p. 93), por exemplo, a palavra “*Lumpenproletariat*” relaciona-se às camadas mais baixas da sociedade e que, mesmo assim, não se organizaram politicamente e não têm interesse revolucionário. São membros do proletariado, mas que não possuem consciência de seus interesses coletivos como classe oprimida. Talvez o “*Lumpenproletariat*” não esteja distante da própria noção de “falsa consciência”, que Lukács (2003) também abordará.

O trapeiro, no entanto, apesar de ser um “coleccionador” de trapos, de objetos que não são apenas antigos, mas descartados

como inúteis, adquire novo significado em Benjamin. Assim, o *Lumpensammler* Benjaminiano não é, então, alguém desorganizado politicamente, sem interesse revolucionário ou dotado de uma espécie de falsa consciência (Benjamin, 1991, p. 78). Benjamin recorre a Charles Baudelaire para pensar sobre sua perspectiva de trapeiro (*Lumpensammler*). O crítico da cultura alemão, como gostava de ser reconhecido, incorpora os seguintes escritos de Baudelaire, um dos iniciadores da crítica literária em jornais, aos seus próprios: “aqui temos um homem (em francês, Baudelaire o chama de *chiffonnier*, mas o associa à figura do poeta, que seria, então, um poeta '*chiffonier*', pois coletaria o lixo da existência moderna e se reapropriaria dele em forma de poema) - ele tem de recolher na capital o lixo do dia que passou. Tudo o que a cidade grande jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que desprezou, tudo o que destruiu, é reunido e registrado por ele. Compila os anais da devassidão, o cafarnaum da escória; separa as coisas, faz uma seleção inteligente; procede como um avarento com seu tesouro e se detém no entulho que, entre as maxilas da deusa indústria, vai adotar a forma de objetos úteis ou agradáveis” (Benjamin, 1991, p. 78). É esse *chiffonnier* o *Lumpensammler* de Benjamin, aquele que é capaz de, como bom trapeiro, relacionar o que talvez não fosse relacionável à primeira vista, aquele que coleciona, que faz uma seleção inteligente daquilo que seria desprezado. Aquele que é crítico da tradição, leitor dos signos culturais, receptor ativo e capaz de digressar contra a influência e a angústia da herança.

O historiador interessado em estudar os usos e abusos do passado e as recepções deve, dessa maneira, se assemelhar ao trapeiro benjaminiano. Precisa estar preparado para relacionar temporalidades, ter essa mencionada e desejada postura crítica frente à tradição, dominar as formas, esforçar-se para tornar-se herdeiro, ousar saber, emancipar-se, para jamais se tornar um mestre explicador ou, como diria Fernando Henrique Cardoso, um cativador de espíritos frágeis. É de posse dessas ferramentas que o historiador, relacionando passado e presente, sabendo que toda história só pode

ser contemporânea, pois filha de seu tempo, poderá traduzir o reconhecimento dos estrangimentos da herança, ou seja, explicitar os pontos de vista, apresentar as redes fatoriais, apontar os lugares de fala, evidenciar verdades e certezas relacionais. A problemática dos usos e abusos do passado é de imensa relevância para compreendermos como os mais variados temas de tempos pretéritos são reconfigurados e ressignificados para a produção de agendas políticas, sociais e culturais por cada presente que os mobilizam. Assim, muito mais que “conteúdos”, talvez por isso preteridos por “objetos de conhecimento” na última BNCC (Brasil, 2017), é preciso que o historiador se preocupe não somente com a forma, mas com o conteúdo da forma. Somente os “objetos de conhecimento” junto com as funções sociais da história proporcionarão emancipação crítica.

Muitos historiadores têm o hábito de ver “usos” e “abusos” do passado apenas nos terrenos a-historiográficos, algo que não faria parte da galáxia de Heródoto. O trabalho historiográfico, então, seria identificar e desmascarar essas fraudes, apresentando seus equívocos, como se todo e qualquer uso do passado fosse uma produção apenas mal intencionada e dirigida politicamente para desvirtuar um passado verdadeiro. Nada mais ontológico e essencialista, logo anti-historicista.

Ávidos por cientificidade, agarram-se a uma noção de história social que seria capaz de recuperar o “tecido social” de contextos passados, esquecendo-se que do mesmo *historismus* do qual vieram a *historik* e a *verstehen* também o *Sehepunkt* de Chladenius e a compreensão de que a História, como para o próprio Ranke, estaria entre a ciência e a arte. Para além da objetividade e da subjetividade, intersubjetividade. A narrativa não exclui cientificidade. Todavia, parece que nós, produtores das historiografias profissionais, dominamos inúmeras temporalidades, exceto a do ensaio, o que nos leva a uma dificuldade com as formas e as dimensões literárias da narrativa historiográfica profissional. Por isso, nada mais sintomático

que o desespero de muitos historiadores e seus injustos ataques a Hayden White (1994), quando ele constatou que nas narrativas históricas havia conteúdos que são tanto inventados quanto descobertos.

Reconhecer a problemática, desse modo, é fundamental para repensar os usos e abusos do passado e o tema da recepção, algo que ocorre não apenas no presente, mas em vigência desde a Antiguidade; experiência que se dá não somente fora, mas também dentro do nosso próprio campo de trabalho, definindo objetos, alterando currículos, ressignificando agendas. Incorporada à Ciência da História, então, a temática dos usos e abusos do passado e os estudos de recepção aparecem na ordem do dia como uma das mais importantes para o debate historiográfico contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BAXANDALL, Michael. "Digressão contra a noção de influência" *In*: BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção. A explicação histórica dos quadros**, São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 101-105.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. BLOOM, Harold. **A angústia da influência: uma teoria da poesia**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BLOOM, Harold. **Um mapa da desleitura**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BLOOM, Harold. **Como e porque ler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/ CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 20 de Outubro de 2023.

BRAUDEL, Fernand. "Posições da história em 1950" *In*: AUTORES DA OBRA. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 17-38.

CARR, Edward Hallet. O historiador e seus fatos. *In:* CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 11-29.

CROCE, Benedetto. **Storia, cronaca, e false storie. Memoria letta all'Accademia pontaniana nella tornata del 3 novembre 1912 dal socio Benedetto Croce.** Atti dell'Accademia Pontiana, v. XLII. Napoli: F. Giannini e figli, 1912.

FEBVRE, Lucien. **L'incroyance au XVIe siècle:** la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1942.

GINZBURG, Carlo. Unus Testis. Lo Sterminio Degli Ebrei e il principio di Realtà. **Quaderni storici**, Nuova serie, vol. 27, no 80 (2), Conflitti nel mondo de lavoro, p. 529-548, agosto, 1992.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. **Politeia- História e Sociedade**, Vitória da Conquista, BA: Uesb, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

JORDHEIM, Helge. Synchronizing the World: Synchronism as Historiographical Practice, Then and Now. **History of the Present**. 7 (1), p. 59-95, 2017.

LIMA, Luís Costa. **A Aguarrás do tempo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista.** Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINDALE, Charles. **Redeeming the text:** Latin poetry and the hermeneutics of reception. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. O conhecimento histórico e sua rede fatorial. *In:* Maria Emília Prado; Oswaldo Munteal. (Org.). **Francisco Falcon. O ofício de historiador.** 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 99-121.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The German Ideology** (3rd ed.). Moscow: Progress Publishers, 1976.

PAPPA, Eleftheria. Tropicalismo in classics. Contemporary Brazilian approaches to the value of classical antiquity in research and education. **Journal of Critical Education Policy Studies** 18 (2), p. 358-408, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado.** Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

SANTOS, Dominique. 'Apresentação ao Dossiê 'A Escrita da História na Antiguidade": **Revista de Teoria da História**, Ano 7, Número 13, p. 7-18, abril/2015.

SILVA, Glaydson José; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**. Vol. 40 (84), p. 43-66, 2020.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

2

Janice Gonçalves

PASSADOS-PRESENTES:

EM TORNO DE DEBATES E EMBATES
DO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
NA CONTEMPORANEIDADE

Vigorosas lanças mapuches cortavam o ar, estrategicamente posicionadas diante de peças que atestavam o exercício da dominação europeia no atual território chileno – obras pictóricas que retratavam autoridades a serviço da monarquia espanhola, artefatos vinculados a rituais da fé católica, documentos manuscritos registrando decisões da administração colonial. Presentes em uma das salas do piso térreo do Museu Histórico Nacional do Chile (MHN), as lanças tensionavam o cenário habitualmente encontrado por visitantes da exposição de longa duração daquela longeva instituição museológica, localizada na Plaza de Armas de Santiago (considerada, aliás, o marco zero da capital chilena).

A iniciativa não ocorria de forma isolada: somava-se a mais de uma centena de outros elementos desestabilizadores concebidos por 36 artistas visuais, reunidos em uma “exposição dentro da exposição” intitulada *Efemérides: fragmentos selectos de la historia reciente de Chile*” (Bradbury, 2014; Fajardo, 2014). Inaugurada em janeiro de 2014, essa exposição-intervenção buscava provocar estranhamentos frente a uma narrativa histórica apaziguadora em relação à colonização, propor aproximações temporais inusitadas (quer por meio de objetos, quer por meio de linguagens), bem como questionar os papéis habituais dos museus e, em especial, do MHN. Sua recepção esteve longe de consenso: Cristián Silva, curador da experiência expositiva, ressaltou, em entrevista concedida a Dominique Bradbury (2014), a quantidade expressiva de “reclamações de visitantes que se sentiram ofendidos, humilhados”, algo que por si só permitiria “organizar um seminário de reflexão.”¹

1 Cabe salientar a opção pelo viés da arte para uma leitura renovada e crítica do acervo museal, e não o da história (mesmo considerando-se que seria possível lançar mão de abordagens renovadoras também a partir do campo historiográfico). Isso faz pensar em considerações de García Canclini (2012, p. 124) quanto ao potencial questionador e provocativo da arte frente ao que foi conformado como patrimônio cultural: “Os conceitos com os quais tratamos de definir alguns bens culturais, como *patrimônio*, são modos de guardar as respostas que as sociedades foram se dando. As operações metafóricas da arte lembram que essas respostas são múltiplas, instáveis, viajam e, às vezes, só conseguem dizer o que não encontraram. Ficam na iminência. As políticas relativas ao patrimônio ofereceram a umas poucas obras humanas a possibilidade de se conservar como memória; a arte diz, uma vez ou outra, que esse exercício é frágil e seu sentido depende menos do orgulho que provoca em seus herdeiros do que da força que encontra na coincidência ou na polêmica entre diferenças.”

Efemérides... foi episódio que ocorreu em paralelo a um longo processo de discussão do plano museológico do MHN, e que envolveu, além de seu pessoal técnico, profissionais de diferentes áreas e instituições. Iniciado em 2005, o trabalho coletivo de reflexão teve como um de seus resultados a publicação *El Museo Mestizo*, em 2018. Nela, Pablo Andrade, Leonardo Mellado, Hugo Rueda e Gabriela Villar propuseram a revisão profunda do compromisso da instituição com uma identidade nacional privilegiadora do papel das elites, “centralista, própria da construção e afirmação do Estado-nação”; compromisso a ser revisto em prol de “uma ética museológica” que, em diálogo com as comunidades, subvertesse ou equilibrasse a “desigual proporção de representatividade sociopatrimonial nos afazeres do museu” (Andrade *et al.*, 2018, p. 9, 11 e 14). Ética e usos do passado, portanto, aparecem intrinsecamente conectados na lida com o patrimônio cultural que se assume informada coerentemente pelas configurações e demandas do presente.

Essas questões preliminares envolvendo o MHN chileno permitem indicar aspectos fundamentais das relações contemporâneas entre patrimônio cultural e usos do passado: em termos gerais, sobretudo nos últimos cinquenta anos tem se delineado e aprofundado um movimento das instituições do campo patrimonial em direção ao exame crítico de suas práticas mais profundamente consolidadas, objetivando promover ações conectadas a transformações sociais e reivindicações candentes; uma abertura ao diálogo multi, inter e transdisciplinar, mas também ao “fazer com” diferentes sujeitos; uma percepção, enfim, da necessidade de romper com perspectivas coloniais arraigadas. Mudanças que se fazem particularmente complexas quando tentam ser implementadas em instituições com extensa trajetória, com frequência gerando questionamentos e insatisfações de diversas ordens, ainda que realizadas de forma pontual (algo, aliás, entrevisto na recepção à exposição temporária *Efemérides...*, no MHN chileno).

Ao refletir sobre as possibilidades que se apresentam “para descolonizar museus e patrimônio”, a historiadora Márcia Chuva, atendo-se ao caso específico das instituições museológicas, indicou a exploração de “vínculos entre objetos que constituem coleções e as coletividades herdeiras de tradições que, por meio delas, continuam vivas e que têm relações com tais objetos” (Chuva, 2013, p. 200). Questões que podem, inclusive (como tem ocorrido), colocar em xeque a permanência de determinados artefatos nas instituições museológicas, levando à sua devolução aos grupos sociais que os produziram. Podem ainda conduzir a outros rumos, como, por exemplo, à opção por delegar, a esses mesmos grupos, a curadoria das exposições (talvez até a participação na direção dos museus):

[...] os grupos herdeiros desse passado e desse legado devem ser chamados a falar sobre as peças e sua história, garantindo-lhes um lugar legítimo para se expressar no museu. Muitas vezes, as conexões com o próprio passado foram rompidas e, nestes casos, o museu pode ser um importante canal para restabelecer laços e conexões, e romper o silêncio imposto, o esquecimento histórico (Chuva, 2013, p. 208).

Na área da museologia, essas proposições (assim como as iniciativas concretas que tentam desdobrá-las de forma consequente) têm se apresentado de forma bastante viva, incidindo diretamente sobre a reformulação dos procedimentos de gestão museológica, práticas curatoriais e critérios de composição de coleções. Museus de perfil institucional tradicional têm se aberto a curadorias compartilhadas² e inclusive à repatriação ou à devolução de artefatos. Concomitantemente, expandem-se os museus que evitam ser “comunitários” apenas em sua designação oficial, e que investem

2 Um exemplo entre vários possíveis é o da exposição *Resistência já! Fortalecimento e União das Culturas Indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena*, inaugurada em março de 2019 e concebida de forma colaborativa no âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), com curadoria conjunta dos grupos indígenas em questão (Souza, 2019). Sobre o processo de diálogo com os grupos indígenas, anterior à exposição, ver Cury (2017).

na interação efetiva com grupos aos quais os acervos estão diretamente vinculados, incorporando-os a processos decisórios.³

Não obstante esse cenário de debates, teoricamente favorável a mudanças de paradigmas, os desafios são muitos. Certamente se mantêm pertinentes as considerações de Marília Xavier Cury, contidas em artigo de 2017 (no qual se voltava especialmente para as relações entre os museus e os grupos indígenas): pontuou que “a gestão de acervo no museu deve se descolonizar”, detectando ainda “um descompasso entre o que a Museologia preconiza e a museografia realiza.” (Cury, 2017, p. 204-205). Em parte, esses aspectos têm óbvias vinculações com questões de ordem mais estritamente política, mas estão ainda relacionados aos próprios debates museais e seus encaminhamentos.

Em outubro de 2020, em conferência que proferiu na condição de presidente do Comitê Internacional de Museologia (ICO-FOM), Bruno Brulon indicou algumas ciladas que atravessaram tais discussões referentes a museus, percebendo em “uma aparente *nova* museologia”, emergente entre os anos 1970 e 1980, a reciclagem de conceitos e perspectivas da museologia tradicional: “ela [a nova museologia] narrou o mundo dos museus em termos de ‘novas’ e ‘velhas’ práticas e aplicou a divisão geopolítica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos à museologia” (Brulon, 2020b). Brulon ressaltou, porém, as contribuições latino-americanas, que têm um marco importante na Mesa Redonda de Santiago (Chile), promovida em 1972 pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Naquele encontro, foi defendida a proposta de “museu integral”, conceito que teria permitido, “em certa medida, as primeiras reflexões sobre um

3 Em sua dissertação de mestrado, Suzy da Silva Santos (2017) sistematizou dados sobre 196 museus comunitários no Brasil, considerados aqueles em funcionamento, em formação ou já extintos. Acrescente-se que as tecnologias de informação e comunicação atuais têm também estimulado a articulação em rede dessas instituições museais, tanto em território brasileiro como em outros países; extrapolando fronteiras nacionais, pode ser destacada a Red de Museos Comunitarios de América, constituída em 2000 (a esse respeito, ver: <https://www.museoscomunitarios.org/redamerica>).

museu descolonizado na região. [...] O 'museu integral' é, antes de tudo, a demarcação de uma perspectiva latino-americana sobre os museus e a museologia no final do século XX." (Brulon, 2020b).

E o que seria o "museu integral"?

O termo aparece de forma instável nos documentos do evento de 1972 – ora como "museu integral", ora como "museu integrado".⁴ De toda forma, a proposta decorria de um mesmo diagnóstico, que aparece nas resoluções: a museologia não estava desconectada dos problemas do mundo, entre os quais "um desequilíbrio entre países que alcançaram grande desenvolvimento material e outros que permanecem na periferia do desenvolvimento e ainda são escravizados como resultado de sua história" (Resoluções, 2012, p. 200). Cabe-ria aos museus contribuir, a seu modo, para a solução de questões que afetavam as "sociedades no mundo contemporâneo", e que exigiam "uma visão global e um tratamento integrado de seus diversos aspectos". Por ser "uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte inseparável", o museu deveria "ajudar a moldar a consciência das comunidades às quais serve" e, assim,

[...] contribuir para estimular as comunidades para a ação, projetando suas atividades históricas para que culminem na apresentação de problemas contemporâneos, isto é, conectando passado e presente, identificando-se com mudanças estruturais indispensáveis e provocando outras adequadas ao seu contexto nacional particular. (Resoluções, 2012, p. 200).

Passados cinquenta anos da Mesa Redonda de Santiago, a afirmação do compromisso social dos museus continua pertinente. Algo similar, entretanto, poderia ser dito da alusão à sua atuação para "ajudar a moldar a consciência das comunidades"?

4

Sobre a inconstância, nos documentos da Mesa Redonda de Santiago, do uso dos termos "integral" e "integrado" para o modelo de museu proposto, ver Souza (2020).

A proposta de “museu integral” realizou um equilíbrio difícil entre uma dada forma de pensar os museus (reconhecida, legitimada, hegemônica, consagrada) e uma percepção renovadora, sensível quanto aos problemas sociais, econômicos e políticos das sociedades em que essas instituições estavam inseridas, marcadamente na América Latina. Nisso residem suas forças e fraquezas. Todavia, suas potencialidades renovadoras acabaram por ser esvaziadas: Bruno Brulon compreende que o potencial transformador do museu “integral” ou “integrado”, tal como discutido em Santiago, em 1972, “foi sendo absorvido pelo discurso da museologia dominante” (Brulon, 2020b). Um indicativo da necessidade de descolonizar tanto os museus como o “pensamento museológico” (Brulon, 2020a).

No amplo campo do patrimônio cultural, repensar, reequacionar, reinterpretar e reconfigurar não são verbos que vêm sendo conjugados apenas em relação aos museus: espalharam-se pelas várias instâncias voltadas para ações de patrimonialização e para os bens patrimoniais por elas gerados. No caso brasileiro, é necessário frisar o papel da Constituição Federal de 1988 (em especial, por meio do Art. 216) como indutora de transformações, bem como da legislação relativa ao chamado patrimônio imaterial (iniciada em nível federal com o Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000). Na letra da lei, não foi pequeno o significado da transição de um patrimônio “histórico e artístico” (como mencionado no Decreto-Lei n.º 25/37) para um patrimônio “cultural”. Ou o abandono da premissa de que o bem patrimonializável deveria obrigatoriamente ser considerado memorável (do ponto de vista histórico) ou excepcional (predominantemente, em suas dimensões artísticas); no lugar disso, o bem cultural passaria a ser considerado patrimônio se portador “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Grupos, aliás, também empoderados pelo documento constitucional, que os considerava partícipes dos processos de promoção e proteção dos bens patrimoniais (Brasil, 1988).

Contudo, sem os esforços para a implementação desses dispositivos legais tudo poderia ter se tornado letra-morta. As instâncias mais diretamente relacionadas a ações de patrimonialização por meio de tombamentos e registros, notadamente nas últimas duas décadas, tiveram que se reinventar, revendo conceitos, procedimentos e práticas, pois a lógica de proteção de bens marcadamente processuais, ou seja, reconhecidos e transmitidos por meio de performances (“imateriais”), é bastante distinta da que se convencionou aplicar a bens móveis e imóveis (“materiais”). Na abordagem do chamado patrimônio imaterial, pesa mais o fazer do que o feito, a percepção de quem faz do que a do técnico ou do especialista. Se, em relação a um edifício tombado, busca-se estabilizar os elementos materiais de modo a evitar ao máximo a ação transformadora do tempo (entendida como degradadora), no tocante às práticas culturais a preservação pode ser apoiada, nunca forçada, e suas transformações devem ser registradas e não detidas. De forma ainda mais significativa, a elaboração de planos de salvaguarda para os bens culturais registrados como patrimônio cultural imaterial busca engajar decisiva e solidariamente, em ações posteriores ao registro, os grupos sociais que os produzem e as instâncias públicas do campo patrimonial, objetivando relações de parceria e não de fiscalização. Procedimentos que abrem fissuras naquilo que Laura Jane Smith denominou “discurso autorizado do patrimônio”, uma vez que passam a incorporar os produtores dos bens (ou detentores) ao controle dos processos de patrimonialização. Para a pesquisadora australiana,

A capacidade de controlar o processo patrimonial – a experiência do lugar e as práticas de rememoração – que define e dá sentido às construções de identidade é um elemento integrante dele próprio. Sem controle sobre esse processo, ou um senso de agência ativa nele, os indivíduos e as comunidades ficam sujeitos a noções e ideias recebidas sobre quem são ou deveriam ser – o controle é vital se o processo de patrimônio e as identidades que ele constrói devem ter um significado pessoal e cultural real para aqueles associados ou envolvidos com

determinados lugares patrimoniais. Contudo, esse controle também é importante em razão do poder político e cultural do “patrimônio” para representar e validar um senso de lugar, memória e identidade (Smith, 2006, p. 297).

Não obstante, sobrevivem, como pontuou Márcia Chuva (2020, p. 29), concepções que essencializam o patrimônio, em vez de compreendê-lo “como fruto de saberes e valores atribuídos, independentemente da sua natureza material ou imaterial”. Em paralelo, persistem visões “passadistas” que resistem a considerar que “memória e patrimônio são trabalhos do presente” (Chuva, 2020, p. 32). Uma “concepção integrada do patrimônio” – que rompa com as divisões material/imaterial e passado/presente e seja sensível à dinâmica dos processos sociais de atribuição de valores (que são, portanto, mutáveis) –, permite articulação às lutas por direitos, em um exercício não apenas do “direito ao patrimônio” como de “direitos através do patrimônio” (Chuva, 2020, p. 29 e 31).

Como exemplo, a historiadora comenta o registro, em nível federal, da Tava (inscrita no Livro de Registro de Lugares, em 2014, como lugar de referência para o povo Guarani-Mbyá). Neste caso, o lugar de referência coincide com o local das ruínas de São Miguel das Missões, bem tombado em 1938, também em nível federal, mas ressignificado contemporaneamente pelos Guarani-Mbyá: como assinado por Márcia Chuva (2020, p. 30), “a Tava é, portanto, a forma como esses indígenas, no presente, interpretam e incorporam os eventos históricos das missões jesuítas guaranis do passado em suas narrativas, produzidas de acordo com a lógica de sua cosmologia.” Vê-se que os usos do passado não seguem uma via de mão única. Por sua vez, o registro da Tava ressignifica o próprio tombamento das ruínas de São Miguel, servindo, a seu modo, como denúncia de um apagamento (dos indígenas do presente, já que, à época do tombamento, foram considerados apenas os indígenas que não eram personagens do “passado”) e como reparação. Demonstração de que os numerosos tombamentos realizados desde a década de 1930, no país,

oferecem campo fértil para aplicar outras chaves de leitura e interpretação quanto aos significados dos bens culturais por eles abarcados.

Questionadas quanto aos seus elos com a dominação, a opressão e a colonialidade, as políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural têm sofrido mudanças significativas e, ainda que de forma insuficiente, contribuído para dar visibilidade a sujeitos subalternizados, bem como às suas lutas por reconhecimento e direitos. Não por acaso, e particularmente no Brasil, a onda de conservadorismo e a expansão de grupos de direita e extrema direita, que impulsionam o refluir do exercício de direitos fundamentais, têm atingido fortemente o campo do patrimônio cultural, em especial as agências públicas que respondem por sua proteção, sistematicamente enfraquecidas.

Quando lanças mapuches são percebidas como elementos invasores no recinto em que se esperava encontrar o elogio da colonização, podem-se esperar reações ferozes e destrutivas. Abrir caminhos é tarefa árdua, de persistência e resistência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pablo et al. **El Museo Mestizo**: Fundamentación Museológica y Disciplinar para el Cambio de Guion. Santiago: Museo Historico Nacional, 2018.

BRADBURY, Dominique. Efemérides: fragmentos selectos de la historia reciente de Chile; entrevista con Cristián Silva. **Artishock – Revista de Arte Contemporáneo, não paginado** 2014. Disponível em: <https://artishockrevista.com/2014/03/12/efemerides-fragmentos-selectos-la-historia-reciente-chile/>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000** – institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937** – organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-30 (e1), 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRULON, Bruno. **O Museu Integral-Integrado**: que descolonização para os museus da América Latina? [Conferência ICOM Chile, 5 de outubro de 2020b]. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2081>. Acesso em: 24 out. 2022.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **90 anos do Museu Histórico Nacional**: em debate. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. p. 197-210.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *In*: DUARTE, Alice (ed.). **Seminários DEP/FLUP - v.1**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 7, n. 1, p. 184-211, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ECYxKp>. Acesso em: 13 out. 2022.

FAJARDO, Marco. Artes visuales interactúan con colección permanente del Museo Histórico Nacional. **El Mostrador**, Santiago, 31 ene. 2014. Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/cultura/2014/01/31/artes-visuales-interactuan-con-coleccion-permanente-del-museo-historico-nacional/>. Acesso em: 24 out. 2022.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: EDUSP, 2012.

RED de Museos Comunitarios de América [Site eletrônico]. Disponível em: <https://www.museoscomunitarios.org/redamerica>. Acesso em: 13 out. 2022.

RESOLUÇÕES adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile. *In*: NASCIMENTO Jr., José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: **Revista Museum**, 1973. Brasília: IBRAM/MinC; Programa Ibermuseos, v. 2, p. 200-202, 2012.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) –, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-21 [e-4], 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/sh3gYhzFZH8SJwBNZt3qc6j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

SOUZA, Matheus. Indígenas contam sua própria história em nova exposição na USP. **Jornal da USP**, São Paulo, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3GnKMk5>. Acesso em: 13 out. 2022.

3

Daniela Queiroz Campos

Tiago da Silva Coelho

A IMAGEM DA DESINFORMAÇÃO:

ANTROPOLOGIA DA IMAGEM
E HISTÓRIA DA ARTE NA CRÍTICA
AOS (DES)USOS DO PASSADO

Nos tempos de agora, a imagem parece receber atenção ímpar – muito provavelmente em virtude da importância que ocupa em nossa sociedade. Precisamente no ano eleitoral de 2022, o uso/ desuso de imagens nas campanhas eleitorais, nas notícias falsas (*fake news*) e na árdua tarefa de desmentir a todo momento afirmações muitas vezes esdrúxulas, operam para manter a imagem como um destaque, por vezes negativo, deste momento que passamos.

A afirmativa que *‘vivemos numa civilização da imagem’* parece não cessar de ser pronunciada, principalmente pela imprensa de larga circulação e pelo grande público. No entanto, dificilmente um especialista concordaria com tal sentença. Uma vez que, a imagem foi elemento central em diferentes sociedades e em díspares tempos históricos (Bredekamp, 2015, p. 7). Nossa contemporaneidade se diferencia pela rapidez e pela fluidez, tanto da produção como da reprodução técnica da imagem (Gunthert, 2015, p. 20). Para historiadores, as imagens deixaram de apresentar meras ilustrações de textos historiográficos e há muito passaram a ser local de análises e problematizações, outrora apenas habituado a investigar textos.

Porém, é certo que na contemporaneidade as imagens tomam espaço que antes era determinado a outras formas de comunicação. Com as redes sociais e o intenso uso da internet, da comunicação por aplicativos de mensagens e a facilidade/qualidade de capturar imagens, instituem a visualidade como uma forma central de comunicação, ressaltando suas facilidades e potencializando seu uso para desinformação. Em plena era das *fake news* que acabam por ser mais que notícias falsas, as imagens são engendradas neste meio, que – principalmente com o uso descontextualizado, mas também com produções estéticas pobres e/ou alteradas digitalmente – amplia estrondosamente a desinformação no Brasil e no restante do mundo.

O que chamamos de *fake news* costuma encaixar-se precisamente nessa descrição: menos que tão somente a adulteração de um fato, o conteúdo falso consiste na apresentação de um dado objeto informacional a partir

de um enquadramento sedutor, atraente e de rápida apreensão, de modo a fazer com que o processo de recepção gire em torno muito mais do efeito gerado do que de um gesto apropriativo lento, introspectivo ou reflexivo capaz de mesurar a pertinência ou não do material (Cechinel; Muller; Alves, 2022, p. 458).

A amplitude da desinformação passa pela motivação narcísica das redes sociais (Cechinel; Muller; Alves, 2022), na qual a possibilidade da ampliação de discursos e a necessidade de participação ativa, gera a compreensão de que todas as pessoas têm imperativamente de dar sua opinião sobre qualquer assunto, mesmo que, para corroborar com informações inverídicas que agradam a sua percepção do mundo.

Na esteira do falseamento de informações e da produção narcísica de conteúdo, as imagens são colocadas em posição chave para repercussão de críticas e comicidade, por meio de fotografias, desenhos, colagens, composições, entre outros. Os memes invadem as redes com uma vida muito curta, cuja função é a de circular o máximo possível, consumindo-se em seu poder de comunicação, mas “é na imagem, e não a partir dela, que os embates se projetam socialmente. Na explosão de fotos, vídeos e muitos memes que desembocam rapidamente nas redes, a imagem se converte em um território de disputa mais importante da atualidade” (Beiguelman, 2021, p. 173).

Essas imagens, por vezes verídicas, utilizadas de maneira descontextualizada ou não, dividem espaço com imagens modificadas digitalmente, que tem por objetivo o falseamento de informações e a distorção de contextos e ações. Há nessas alterações elementos que impulsionam imagens para serem usadas como método de desinformação, inicialmente produzidas por profissionais hábeis, porém, atualmente, ante a necessidade de aproximação com o mundo real, “como se a imagem produzida fosse um decalque do real, sem nenhuma interferência dos meios que a produzem e de quem os instrumentaliza” (Beiguelman, 2021, p. 176), ganha força a

imagem pretensiosamente amadora, que simula a conexão de veracidade procurada pelos espectadores. Esse dado é produzido em contraponto ao material bem finalizado e tecnicamente superior das emissoras profissionais de televisão e dos fotojornalistas.

No entanto, o trabalho de *deepfake* ganha mais espaço a cada dia, e muito motivado por veicular mensagens que corroboram com as crenças de parte da sociedade. Durante o primeiro turno das eleições de 2022 circulou entre aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais um vídeo do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão no qual áudio e vídeo foram adulterados para mostrar informações diferentes das relatadas pelo jornalismo da emissora (UOL, 2022). De qualidade duvidosa, o material não se assemelha, por exemplo, ao trabalho de artistas digitais que com maior rigor e conhecimento tecnológico reproduzem sobre imagens existentes, cenas que não ocorreram. O jornalista e *deepfaker* Bruno Sartori ganhou notoriedade recentemente alterando vídeos conhecidos da dramaturgia nacional e incorporando personalidades políticas em situações cômicas. O trabalho realizado por Sartori possui maior dedicação à técnica e à estética, e é utilizado em situações que demonstram completa fuga da realidade, mas apontam para as possibilidades do uso desta técnica para a desinformação.

Neste mesmo contexto, de uso das imagens como arma de desinformação na contemporaneidade, elas também são utilizadas no falseamento da história e na construção de passados inventados. Para além da alteração de fotografias para narrativas políticas ao longo da história, como ocorrido na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no período de Stalin, e dos documentários revisionistas disponibilizados atualmente nas plataformas de vídeos, a febre que ocupou recentemente as redes sociais e os mercados de aplicativos, foram *softwares* para tridimensionalizar, colorizar e animar o passado.

Aplicativos como *DeOldify*, *Loopsie* e *Deep Nostalgia*, este último da conhecida plataforma de estudos de hereditariedade

MyHeritage, funcionam rapidamente, de fácil utilização e muito bem planejados, estes aplicativos animam fotografias, novas ou antigas, em modelos predefinidos, com expressões com a boca e os olhos, sorrisos e movimentos de cabeça. Em alguns casos, estes aplicativos para uso recreativo, utilizam das mesmas tecnologias do princípio do *deepfake*, porém com elementos mais sofisticados. Uma das coisas mais complexas nestes exemplos é a possibilidade de os aplicativos aprenderem e se aperfeiçoarem com a utilização recreativa: “o processamento das imagens, em todos, é feito por técnicas de *deep learning* por meio de redes neurais, transferindo estilos e comportamentos para as imagens” (Beiguelman, 2021, p. 145) de modo que a máquina possa aprender sozinha por semelhança, como na tecnologia de reconhecimento facial que

[...] é uma tecnologia baseada em *machine learning* (aprendizado de máquina), um dos pilares da inteligência artificial. Funciona a partir de duas operações complementares: rastreamento e extração. O rastreamento é a tradução geométrica de características que são comuns à maior parte dos rostos. [...] No processo de extração, as características individuais que particularizam um rosto e o diferenciam de outros são calculadas, por meio de comparações com outras imagens previamente coletadas da pessoa (Beiguelman, 2021, p. 52).

Deep learning e *machine learning* são campos da ciência da computação que estão tornando a inteligência artificial possível, e muitas vezes são usados em conjunto com o universo das imagens para vigilância e cerceamento, mas que devem ser problematizados pela sociedade e pensar alternativas para seu uso indiscriminado à serviço do cerceamento de liberdades e da produção de *fake news*. Na esteira dos debates sobre o uso/desuso das imagens na discussão de passados contemporâneos, urge pensar alternativas para estabelecer diálogos que coloquem a discussão das teorias da imagem em evidência. Em essência, deve-se partir do pressuposto de

pensar as imagens como partícipes da História, e não somente como objetos manipuláveis pelos humanos, e cada vez mais pela Inteligência Artificial, ainda que até o momento sobre o comando de seres humanos. Até o momento, e acreditamos que seja essa a principal contribuição das teorias das imagens para os usos e desusos do passado contemporaneidade.

Os usos que nossa atual sociedade faz das imagens também consiste em território de caça tanto do historiador, quanto do historiador da arte. Hans Belting (2005) discutiu se seria papel da história da arte se aventurar a analisar e problematizar as imagens no seu sentido mais amplo, segundo ele num sentido antropológico. E, conclui que essa decisão já havia sido tomada. Segundo Belting (2005), o chamado “dilema da história da arte” consiste em se ela “[...] deve – se perder seu perfil herdado – contribuir para esse debate transdisciplinar, ou se deve manter-se longe e, portanto, deixar esse terreno para outros”. Complementa afirmando que se trata de uma falsa alternativa, uma vez que “mesmo historiadores da arte famosos têm vivido facilmente com as duas opções” (Belting, 2005. p. 67), cita nomes como os Ernst Gombrich, Aby Warburg e Jean Claude Schmitt.

Essa chamada de “virada antropológica da imagem” acompanha o intenso debate sobre o estatuto da imagem. Debate que não data do tempo de agora. Já que, vem se intensificando há pelo menos quatro décadas. “Em face do extraordinário debate – considerando a sua diversidade e complexidade – em torno do conceito, do valor, da força e da importância das imagens, afigura-se apropriando dar um passo atrás e procurar as razões pelas quais a questão da imagem se tornou tão insistente” (Bredenkamp, 2015, p. 7). Para Bredenkamp, eles seriam a comunicação social, os usos políticos das imagens, o domínio militar e a guerra, as ciências e por fim a judicialização das fotografias. Acerca dos usos políticos das imagens, a imagem como poder data de uma longuíssima duração.

O poder consiste inclusive numa das características e finalidades primordiais dos usos das imagens. A atual “maré de imagens” e certas sequências de imagens individuais amalgamam-se numa memória coletiva e influenciam diretamente o campo de ação social, econômico e político. Assim podemos analisar a maré de *fake News* que inundou as mídias brasileiras e transbordou nos grupos de *WhatsApp* em decorrência do nosso último processo eleitoral. Na história, estávamos habituados a estudar as imagens de poder de outrora. Onde através de pinceladas em telas, ou em cunhagens de moeda Luís XIV construiu-se como rei sol (Burke, 1994). Ou problematizar como a República recém inaugurada no Brasil necessitava de uma imagem de um novo herói, e a partir de então literalmente inventou-se o retrato de um novo e mártir herói: Tiradentes (Milliet, 2001). Mas, nos tempos de agora lidamos amargamente com toda a velocidade de criação e disseminação de imagens e seus problemáticos usos políticos.

Em seu mais recente livro, o crítico e historiador da arte estadunidense Hall Foster enveredou discussão acerca do “vírus fascista” que contaminou recentemente cidadãos de diferentes países do globo. Inicia com *O 18 brumário*, no qual Karl Marx analisa o golpe de Napoleão Bonaparte de 1799 como tragédia e a reedição dele em 1851 por Napoleão III como farsa. É incisivo ao afirmar que, no caso francês – e aparentemente não apenas nele – “[...] a burguesia estava disposta a abandonar seus valores democráticos – *liberté, égalité, fraternité* – se pudesse preservar seu domínio econômico” (Foster, 2021, p. 7).

Séculos depois, diante dos Estados Unidos sob o domínio político de Donald Trump, Hal Foster questiona: o que vem depois da farsa? Já que a farsa sucede a tragédia. Problematiza também as *fake news*, a partir do que ele denomina de política da pós-verdade. Sua proposta é interrogar como os artistas se posicionam diante do ocorrido. E talvez na esfera cultural – formada por museus, universidades e instituições afins – o “vírus fascista” tenha encontrado senão uma vacina, um excelente campo de resistência. “Contudo, um resultado

desses desdobramentos é de certo uma volta inesperada do museu e da universidade como possíveis locais de resgate da esfera pública, em que, ao menos em princípio, podem-se expressar críticas e se propor alternativas” (Foster, 2021, p. 11).

Se as imagens foram utilizadas para o poder – seja no caso de Napoleão, Trump, ou Bolsonaro – elas também foram usadas como potência. Líderes de ideias antidemocráticas utilizaram-se da velocidade de produção e disseminação das imagens para a disseminação de mentiras e farsas. Todavia, os artistas do século XXI não deixaram de aprender com tantos que os antecederam sobre as potências das imagens. Na última campanha eleitoral brasileira, artistas, instituições museais e universidades deram provas que elas podem sim exercer sua influência e, a muito custo e força, abrir os olhos e destacar os ouvidos de uma parte da população. “Os “tempos sombrios” só são tão sombrios por baterem na nossa cara, comprimirem nossas pálpebras, ofuscarem nosso olhar” (Didi-Huberman, 2017, p. 15).

As imagens estão no cerne do nosso pensar, sentir e agir. “Todas as atividades deixam transparecer a convicção de que o mundo não pode ser entendido de forma adequada, se a questão das imagens não for clarificada” (Bredenkamp, 2015, p. 9). Elas foram e continuam a ser de extrema importância. Tanto para agir pela disseminação pelo poder político. Como através de sua potência, suas resistências, seus gestos e formas de dizer – ou gritar – isso não, basta!

Sendo assim, a história das imagens tem sua importância reafirmada nos tempos de agora. Nossa pequena, mas profícua influência, pode auxiliar professores pesquisadores e estudantes a lidarem com a vastidão de (des)informações textuais e imagéticas que diante de tanta sobrecarga parecem titubear entre tragédias, farsas.

REFERÊNCIAS

BELTING, Hans. Por uma antropologia da Imagem. **Revista Concinnitas**. Ano 6, volume 1, número 8, p. 64-78, julho de 2005.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu, 2021.

BREDEKAMP, Horst. **Teoria do Ato Icônico**. Lisboa: KKYM, 2015.

BURKE, Peter. **A Fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. São Paulo: Editora Zahar, 1994.

CECHINEL, A.; MULLER, R. R.; ALVES, Ismael Gonçalves. *Fake News: o “espetáculo” como gênese das “notícias falsas”*. **Razón y Palabra**, v. 26, p. 453-466, 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Levantes**. São Paulo: Editora SESC, 2017.

FOSTER, Hal. **O que vem depois da farsa?** São Paulo: Ubu Editora, 2021.

GUNTHER, André. **L'image partage. La photographie numérique**. Paris: Textuel, 2015.

MILLIET, Maria Aline. **Tiradentes. O corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UOL, Saiba o que é deepfake, técnica de IA que foi apropriada para desinformar. **Uol Notícias**, 27/09/2022, Uol Confere. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2022/09/27/saiba-o-que-e-deepfake-tecnica-de-ia-que-foi-apropriada-para-desinformar.htm>. Acesso em: 24 out. 2022.

4

*Daniela Pistorello
Ilanil Coelho*

**PATRIMÔNIO
MUNDIAL
E PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL:
PARA QUE E PARA QUEM?**

A segunda metade do século XX não apenas revelou, mas também consolidou uma espécie de “inflação patrimonial” em diferentes sociedades contemporâneas (Choay, 2006). No âmbito dessa inflação, a noção de patrimônio cultural se tornou mais elástica, sendo flexibilizada de modo a incorporar usos cada vez mais substantivos do termo (patrimônio ambiental, patrimônio artístico, patrimônio mundial, industrial, entre outros) (Benhamou, 2016).

Por meio de estratégias de agenciamento dos possíveis significados de bens de interesse patrimonial, organizações internacionais de natureza diversa (UNESCO, ICCROM, ICOM, IUCN, TICCIH) historicamente empreenderam esforços no sentido de constituir e tentar regular uma “política global de patrimônio” (Gfeller; Eisenberg, 2016), dotada de sofisticados instrumentos teóricos, metodológicos e jurídicos não apenas direcionados à moderação de narrativas patrimoniais, mas também direcionados à “fabricação do patrimônio cultural” de determinada coletividade (Heinich, 2019; Sossai, 2022).

Na esteira desse conjunto de discussões, o Simpósio Temático (ST) proposto no *XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC: usos do passado, ética e negacionismos*, realizado de 22 a 26 de agosto de 2022, nas dependências da Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC, em Florianópolis, reuniu trabalhos que, à sua maneira, problematizaram a produção contemporânea do patrimônio mundial e/ou do patrimônio industrial bem como deram visibilidade a projetos de pesquisa e extensão que foram ou estão sendo desenvolvidos em Santa Catarina.

Um expressivo conjunto de trabalhos apresentados teve relação direta com os projetos de pesquisa desenvolvidos junto ao curso de História, ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e ao Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville (Univille). A respeito do tema *patrimônio mundial* destacaram-se duas apresentações. A primeira, de Fernando Cesar Sossai, abordou as potencialidades de lugares e paisagens

catarinenses a serem reconhecidas ou não como patrimônios mundiais da Unesco. Tal apresentação, desdobrou-se de um projeto de pesquisa intitulado *Patrimônio mundial em Santa Catarina? Uma análise do conjunto dos patrimônios cultural e natural de Santa Catarina*, que conta com financiamento da FAPESC. A segunda, intitulada *Justiça Patrimonial: um ensaio sobre a relação entre o Patrimônio e os Direitos Humanos*, decorrente do projeto de doutorado de Denis Fernando Radun, problematizou a vinculação normativa das duas matérias (patrimônio e direitos humanos) e as possibilidades de tal vinculação em promover o que denominou Justiça Patrimonial, tomando como referência o caso das disputas e dos enfrentamentos em torno do Templo de Preah Vihear, um patrimônio mundial situado na fronteira entre o Camboja e a Tailândia.

Outro tema abordado no conjunto das investigações de estudantes, docentes e pesquisadores da Univille foi o do patrimônio industrial, apresentando resultados preliminares de duas investigações que também contam com o apoio da FAPESC e da CAPES, a saber: *Entre lugares e memórias: um estudo histórico sobre patrimônio industrial e políticas de desenvolvimento no norte de santa Catarina (século XX- XXI) (PAIN)*, sob coordenação de Ilanil Coelho, e *Percursos pelo patrimônio industrial de Joinville: aproximações contemporâneas entre patrimônio industrial e turismo: proposta de um roteiro cultural*, sob coordenação de Daniela Pistorello. É importante destacar que este último se vincula a uma pesquisa de pós-doutorado, em andamento, financiada pela CAPES/PNPD, denominada *O (não) lugar das memórias de trabalhadores em cidades industriais: o patrimônio industrial em questão (1970 -2020)*.

No contexto deste conjunto de projetos, um dos trabalhos foi apresentado por Gabriel de Oliveira Wandersee, intitulado *Memórias sobre a industrialização de Joinville/SC na segunda metade do século XX: perspectivas do ex-prefeito e empresário Wittich Freitag* e teve como objetivo compartilhar os resultados alcançados de sua pesquisa de história oral fazendo uso do acervo do Laboratório

de História Oral da Univille (LHO/Univille). A seleção de histórias de vida para análise teve como critério a atuação política de empresários que cumpriram mandatos como prefeitos de Joinville durante a segunda metade do século XX, especificamente as entrevistas orais concedidas pelo ex-prefeito Wittich Freitag, cujos mandatos se estenderam de 1984 a 1988 e de 1993 a 1996. A apresentação refletiu sobre as relações entre a indústria de Joinville e de Santa Catarina e as políticas de desenvolvimento econômico, bem como a representação que foi positivando o papel dos empresários na condução da gestão municipal desde a década de 1980.

Já a apresentação da pesquisadora Daniela Pistorello discorreu sobre o processo de construção coletiva de um site que exhibe um conjunto de bens culturais relacionados ao patrimônio industrial, à indústria e à história da industrialização de Joinville, procurando estimular a experimentação cotidiana desses bens por meio da indicação de roteiros que tenham como centralidade o patrimônio industrial (<https://tij.lemund.com.br/>).

Como desdobramentos deste projeto, os estudantes Lucas Henrique da Silva Lima, Camila Melechenco e Éwerton de Oliveira Cercal, igualmente, apresentaram reflexões a partir de suas experiências na criação daqueles roteiros. O trabalho de Lima, *O patrimônio industrial de Joinville a partir da indústria têxtil da cidade (1910-1990)*, problematizou um conjunto diversificado de fontes do Arquivo Histórico de Joinville e da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional a fim de compreender de que forma se pode pensar nas indústrias têxteis como patrimônio industrial de Joinville, para além da lógica que as identifica como resultado de trajetórias empresariais empreendedoras e de sucesso. Melechenco e Cercal, no trabalho *Experiências de pesquisa histórica na proposição de roteiros turísticos que envolvem o patrimônio cultural em Joinville/SC*, se debruçaram sobre o desafio de identificar, selecionar e analisar documentos de patrimônios industriais relacionados às usinas hidrelétricas e às indústrias do setor metalmeccânico da região, já que os olhares

e a documentação sobre o patrimônio industrial de Joinville estão restritos apenas aos sentidos das ruínas de espaços fabris, não os relacionando à vida social urbana no tempo presente e as suas materialidades em funcionamento.

Além desses trabalhos, o Simpósio também foi um espaço de troca de experiências entre pesquisadores de outras regiões catarinenses. Foram apresentados dois trabalhos desenvolvidos na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Um deles, de Michele Gonçalves Cardoso, intitulado *A indústria do carvão e memórias difíceis: os trabalhadores no acervo do CEDOC/Unesc*, abordou os desafios de tratar uma vasta documentação sobre acidentes de trabalho no setor de mineração, que se encontra no acervo do Centro de Documentação da Unesc. Nos debates a questão ética no trato deste acervo ganhou destaque, tendo em vista as novas diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, Lei nº. 13.709, de 2018). Por trazerem informações de caráter sensível, abriu-se um desafio ainda pouco abordado pela comunidade historiadora, qual seja, a possibilidade de produção de conhecimento histórico (ou mesmo de acesso a esse tipo de documentação) diante das várias interpretações e operacionalizações da lei por parte de gestores públicos.

Outro trabalho, fruto de coautoria entre Liziane Acordi Rocha e Michele Gonçalves Cardoso, também foi produzido desde o acervo do CEDOC/Unesc. Intitulado *O movimento migratório: os impactos nas políticas públicas de preservação do Patrimônio tombado em Urussanga/SC*, a apresentação discutiu dados quantitativos referentes aos pedidos de construções e liberações de *habite-se*, relacionando-os com a intensificação do processo migratório na região. As autoras destacaram as tensões e os litígios em torno de bens edificados de interesse cultural, além de ressaltarem os problemas que repercutem ou tendem a repercutir na gestão do patrimônio cultural em Urussanga.

Professora e pesquisadora vinculada à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Janice Gonçalves apresentou o trabalho *Fantasmagorias patrimoniais: sobre Sewell e as salitreiras*

Humberstone e Santa Laura (Chile), colocando em relação os temas patrimônio industrial e mundial. Em suas reflexões, Gonçalves problematizou duas ações de patrimonialização em âmbito mundial, chamando a atenção para a relação dessas ações com a trajetória de preservação do patrimônio cultural chileno, os critérios observados na patrimonialização desses bens por parte da UNESCO e as potencialidades e limites dos referidos bens. Tais questões decorreram de seus estudos e trabalhos de campo nas referidas regiões.

Ademais, Felipe Matos, historiador da empresa *Scientia Consultoria Científica*, abordou em sua comunicação, *Mulheres Operárias da Fábrica de Rendas e Bordado Hoepcke: memória, trabalho e cotidiano*, questões relativas ao patrimônio imaterial da fábrica, tombada em 1986. Fruto de um projeto aprovado pelo Edital Elisabete Anderle de Incentivo à Cultura (FCC-2021), demonstrou como através de relatos orais são abertas novas possibilidades para iniciativas de proteção, conhecimento e abordagens do patrimônio industrial.

Cotejando as apresentações e as discussões realizadas no simpósio temático, podemos considerar que, à sua maneira, os trabalhos exprimiram uma intensidade crítica à “tradicional” lógica de patrimonialização, muitas vezes, centrada na ação de governos, instituições culturais e *experts*. Em outras palavras, os trabalhos e seus autores procuraram questionar até que ponto a elasticidade de tipologias patrimoniais inclui - ou mesmo representa - a diversidade de usos e usufrutos dos patrimônios no tempo presente.

A partir de seus lugares, os autores demonstraram uma forte preocupação com o fato de certos patrimônios (mundial e industrial) serem, por vezes, fabricados com base em categorizações essencializadas, reducionistas e imprecisas. Nessa toada, os apresentadores defenderam a necessidade de serem construídas investigações mais contextualizadas e que, efetivamente, avançassem para além de generalizações acerca de supostos casos emblemáticos na história do patrimônio, bem como daquelas abordagens limitadas

à descrição de como transcorreram/transcorrem a invenção e/ou o funcionamento desses patrimônios nas sociedades contemporâneas.

Atuando no marco desta perspectiva crítica, ganha protagonismo os debates a respeito das interfaces entre os patrimônios mundial e industrial com as desigualdades no mundo do trabalho e nas relações de gênero, com a vida cotidiana e a rotina fabril e com os interesses que são colocados em jogo nas maneiras pelas quais organismos nacionais e internacionais mobilizam e interpretam os critérios de patrimonialização. Assim, a nosso ver, poderíamos avançar em direção à construção de uma resposta social e eticamente comprometida para a pergunta: quem tem direito ao patrimônio?

REFERÊNCIAS

- BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: SESC, 2016.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, Estação Liberdade, 2001.
- CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unescp, 2006.
- GFELLER, Aurélie Elisa; EISENBERG, Jaci. UNESCO and the shaping of global heritage. *In*: DUEDAHL, Poul. **A History of UNESCO**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 279-323.
- HEINICH, Nathalie. A fabricação do patrimônio cultural. **Fronteiras: revista catarinense de História**, n. 32, p. 175-186, 02 de 2018.
- HEINICH, Nathalie. A Fabricação do Patrimônio Cultural. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 32, p. 175-186, 10 jan. 2019.
- SOSSAI, Fernando Cesar. A "fabricação do patrimônio cultural": experiências, emoções e *affordances* patrimoniais. *In*: LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo. **Arte e patrimônio: perspectivas e diálogos com Natalie Heinrich**. Joinville: Editora da Univille, 2022. p. 11-27.

5

Carol Lima de Carvalho

Renilda Vicenzi

Thalia Faller

ÁFRICAS E SUAS DIÁSPORAS NO BRASIL: CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS!

Começamos apresentando quem somos: pessoas em parceria de pesquisas sobre Áfricas e diásporas. O Grupo de Trabalho de História da África da ANPUH – SC, constituído por professoras/es pesquisadoras/es, vem refletindo nos últimos anos acerca das histórias das Áfricas e suas diásporas no Brasil com objetivo de aproximar-se de narrativas e trajetórias de negras/os através de seus protagonismos em conexões atlânticas pós-coloniais.

Assim, propomos um Simpósio Temático durante o XIX Encontro Estadual de História (ANPUH-SC) para conhecer, aproximar pesquisas e estabelecer diálogos sobre Áfricas e diásporas no Brasil. Pesquisadoras/es apresentaram seus temas de investigação como: literaturas de mulheres africanas; cotidianos e relações de poder registrados no colonialismo e na contemporaneidade em África; famílias negras; irmandades; quilombos no Brasil; protagonismo feminino negro em Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento; sambas, terreiros e narrativas de pessoas negras, entre outros. Neste sentido, construímos durante as socializações de pesquisas diálogos plurais através do questionamento: em que medida nossas produções se somam às ações e debates públicos no combate aos negacionistas e reducionismos acerca das histórias e trajetórias de pessoas marcadas por violências pautadas em raça, gênero e classe e cujos saberes foram subalternizados pelo campo historiográfico brasileiro?

Cotidianamente somos solapados pela falta de informações e desconhecimentos que levam a preconceitos e racismos, que podem induzir a violências epistêmicas e de corpos de pessoas negras. Recentemente, o ex-presidente do Brasil publicou: “Somos um só povo, uma só nação. Entre nós não há essa ou aquela cor; não há esse ou aquele sexo; não há essa ou aquela classe social. Entre nós há brasileiros, que temem a Deus, que defendem a nossa Pátria amada chamada Brasil, que respeitam a família e que amam

a liberdade!”⁵. As pesquisas historiográficas e os saberes que dialogamos indicam para um território de múltiplos tempos e resistências, afirmando para olhares em direção à interculturalidade e às diversidades. Falas que evocam que ‘todos somos iguais’ inserem-se na falácia da democracia racial, na negação de justiça social com sujeitos que historicamente são excluídos, silenciados e violentados.

Na proposta de narrativas da reexistência onde os objetos passam a ser sujeitos, isto é, a história e a memória com outras vozes, a da emancipação, do protagonismo, do indizível e ensejadas pelo atual momento político brasileiro que exige narrativas historiográficas que façam a opção por uma sociedade antipatriarcal, antifascista, *antiLGBTfóbica* e antirracista, situamos nossa escrita.

Por sua vez, a historiografia brasileira iniciou a partir das últimas décadas do século XX um processo de questionamento das narrativas universalizantes, colocando em xeque pesquisas com interesses e conhecimentos ocidentais, dos intelectuais do iluminismo que se auto proclamam beneficiários da humanidade. Propondo, como nos indica Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 19) “repesquisar (*researching back*), na mesma tradição de ‘reescrever’ (*writing back*) ou ‘recontar’ (*talking back*), que caracteriza grande parte da literatura pós-colonial ou anticolonial”.

Neste sentido, na literatura catarinense as denúncias sobre a invisibilidade, a não presença de pessoas negras como protagonistas de suas histórias, vem demarcando território e proporcionado novas abordagens teórico metodológicas para a pesquisa em história. Vivenciamos a escuta e com ela conhecemos e aprendemos outras histórias. Mas, para falarmos sobre outras histórias precisamos pautar a maneira como o passado histórico deste estado foi forjado ao construir narrativas de que a escravização foi branda

5

Postagem de Jair M. Bolsonaro em 26 de julho de 2022. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1552095192035086336>. Acesso em 03 de out de 2020.

ou quase inexistente. Esta concepção se alicerçou na comparação com locais do atual território brasileiro onde nos séculos XVIII e XIX havia uma economia de *plantation* em detrimento de uma economia minifundiária (Piazza, 1975), associado a discursos de colonização branca, e em especial de europeus e seus descendentes. Construiu-se uma história única que levou a materialização de que os processos de ocupação, colonização e construção de territorialidades foram realizados exclusivamente por homens brancos e que negros e indígenas tiveram pouca ou nenhuma participação nestes processos. Esta perspectiva eurocêntrica dos processos históricos esteve refletida em espaços de produção do conhecimento acadêmico. Quando identificamos a presença da branquitude (brancos como sujeitos produtores do conhecimento e negros como objetos de pesquisas) nas configurações históricas e nas relações sociais, e nos posicionamos epistemologicamente para rejeitar e resistir a esta perspectiva iniciamos outros caminhos, outras escritas. bell hooks (2019, p. 75) explica os conceitos/lugar de sujeito e objeto na pesquisa, na escrita:

Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história. Como objetos, a sua realidade é definida por outros, a sua identidade é criada por outros, sua história somente é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos.

Como sujeitos, autores/as, a exemplo de Sebastião Ataíde, cujas experiências e memórias narram uma história protagonizada por negros/as. A compreensão das complexas relações de famílias negras, em especial após a Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871), em que mães lutam para manter seus filhos livres junto de si. As devoções através das irmandades de pretos e pardos que buscavam estratégias e a ressignificação da instituição católica. As vivências do lugar de quilombolas, dos territórios negros, dos lugares de memória que existem e resistem na contemporaneidade.

Importante destacar que diante dessas considerações, as mulheres negras catarinenses estão inseridas num contexto de busca por combate ao cenário hegemônico e racista no estado de Santa Catarina, desse modo, o racismo é compreendido aqui como “uma forma de exercício de poder de um grupo sobre outro”. Dessa maneira, ao apresentarmos a construção de produção de conhecimento no Brasil e em Santa Catarina em que invisibiliza a presença e protagonismo de mulheres negras, estamos denunciando também “o racismo existente no constante esforço de branqueamento do estado e controle dos corpos-territórios negros” (Nogueira, 2018, p. 159).

Para resistir a essa conjuntura racista, as mulheres negras se articularam, e ainda se articulam, a partir de seus corpos, pois, “a principal fonte de significação é o corpo humano. Por esse motivo o corpo é o instrumento essencial para desenvolver, articular e expressar todas as ideias, assim como para veicular toda arte, seja a música, o drama, a literatura, mensagens eletrônicas, o teatro, celebrações ou carnaval” (Irobi, 2012, p. 278). Assim, seus corpos em movimento possibilitam visibilizar suas existências, presenças e protagonismos na historiografia catarinense. Alguns exemplos dessas resistências são os movimentos de mulheres negras construídos ou o próprio universo cultural do carnaval na cidade de Florianópolis.

O movimento de mulheres negras que se destaca é a Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB)⁶ articuladas desde 1985 e marcam uma trajetória de luta por direitos das mulheres e negras no estado. A partir delas temos uma política de ação afirmativa numa Universidade pública e evidenciamos a vida, memória, história e narrativa de Antonieta de Barros⁷ nos bancos escolares. Já o universo do carnaval e as escolas de samba, nos apontam

6 “Fundada em oito de março de 2001 é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, cuja finalidade é organizar e realizar ações voltadas para a promoção da igualdade e a valorização da população negra” (Carvalho, 2016, p.12).

7 Professora, jornalista e primeira Deputada estadual negra de Santa Catarina e do Brasil.

para sua construção pautada também na luta pela vida a partir das mulheres negras, a história do carnaval da cidade de Florianópolis é, segundo Tramonte (2003), marcada por processos de resistências, reexistências na luta contra o racismo e a discriminação social, e enquanto estratégia de sobrevivência são os cantos, as festas, as músicas e as performances.

Por este motivo, evidenciar os modos de ser, sentir, pensar e ver o mundo a partir das mulheres negras nos possibilitam pensar numa escrita da história plural, perpassa cenários políticos, sociais, culturais e econômicos, possibilitando combater o racismo e valorizar as histórias, memórias e narrativas negras no sul do Brasil.

HISTÓRIA DAS ÁFRICAS PARA ALÉM DAS FANTASIAS OCIDENTAIS

No primeiro debate presidencial das Eleições brasileiras de 2022, um candidato utilizou o argumento de que o “Brasil não é o fundão da África”⁸ ao se referir sobre a injustificável insegurança alimentar de milhares de brasileiros em um país marcado pela sua vasta produção agrícola. Ao enunciar África, associando o continente à escassez, o então presidencial relacionou o nome a ideias do tempo presente sobre as Áfricas que não se apartam de certas narrativas da história do Brasil em que nossas conexões com outro lado do Atlântico remontariam ao passado, mais precisamente, a escravidão.

Imagens de sofrimento, dor e ausências, em um tempo e espaço petrificado e esvaziado, o da modernidade/colonialidade.

8 MORAIS, Yasmin. Entre ‘favelados’ e o ‘fundão da África’, negros e pobres entendem muito bem, *Carta Capital*, São Paulo, 05 set. 2022. Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/entre-favelados-e-o-fundao-da-africa-negros-e-pobres-entendem-muito-bem-ciro/>. Acesso: 19 out. 2022.

Chamadas pelo historiador camaronês Achille Mbembe (2018, p. 131) de “poço de fantasias” coloniais, persistem no tempo e dizem sobre “[...] nossas representações dos africanos de sua vida, de seu trabalho e de sua linguagem.” Formulações de falsos saberes, que para o autor, são fabricadas para excluir, demonstrar o desprezo e o desejo de deixar invisível. Então, deixamos a questão: quais são os interesses das elites brasileiras, representantes da branquitude, em persistirem com narrativas fantasiosas e excludentes sobre o continente africano?

Contudo, isso não faz parte de uma especificidade do Brasil. A África habitou, e habita, na perspectiva eurocêntrica, as terras desconhecidas que por mais que não se saiba nada, constantemente se apresentou alguma constatação sobre (Mbembe, 2018). Assim, nos ensina Mbembe (2018), que falar sobre a África não está relacionado a uma vontade de aprender, mas remonta a percepção de apreensão do continente por meio da força, da violência que é princípio da maneira de inventar mundos e existências na colonialidade. Por isso, “[...] não se pode afirmar que essa vontade de ignorar tenha desaparecido, e menos ainda essa predisposição secular a se pronunciar sobre assuntos dos quais nada ou muito pouco se sabe” (Mbembe, 2018, p. 130). Em outras palavras, não importa se não sabemos nada sobre a África, é possível, na mentalidade colonial, preencher as lacunas com as nossas imaginações.

Em contrapartida, a esse cenário, as pesquisas a partir, sobre e com literaturas africanas apresentadas em nosso simpósio temático, evidenciaram as suas potencialidades em elaborar imaginários, pautados em conhecimentos históricos, desde o Brasil, sobre o continente africano, suas pessoas, tons, ritmos e sons que se aproximam das Áfricas vivas e bem-lembradas pelas suas gentes. Possibilidades de aberturas investidas em outras maneiras de fazer, questionar e construir compreensões sobre o continente. Realizadas na sensibilidade de escutar os ritmos das escritoras e escritores das Áfricas, como aprendemos com a pesquisadora nigeriana Obioma Nnaemeka (1995), nos deixamos embalar por caminhos de

complexidades, contradições, engenhosidades e mistérios próprios das vidas e suas manifestações.

Como historiadoras e historiadores brasileiros que refletem e gestam ideias sobre as histórias africanas a partir das suas literaturas, colaboramos na construção de interpretações sobre obras que circulam no Brasil e outras que ainda não estão acessíveis em traduções para o português-Brasil. Compreensões que não somente ajudam a entender os meandros de uma obra, mas significar textos literários em seus contextos históricos, culturais e sociais próprios, buscando seus significados nas próprias autoras e autores (Nnaemeka, 1995), suas vozes, relações e trajetórias.

Reflexões e abordagens que somente são possíveis quando possuímos como ponto de partida de nossas pesquisas as potencialidades das ações questionadoras e transformadoras de mulheres e homens constantemente colocados abaixo da zona do ser. Dessa maneira, escolhemos desenvolver reflexões a partir das teorias e práticas decoloniais e pós-coloniais, pois entendemos que as violências, modos de pensar, fazer e ser, inauguradas com o colonialismo europeu nas Américas no final do século XV, marcando as histórias africanas no século XX, não findaram com as retiradas das administrações coloniais nas ex-colônias. Analisar e indagar essas permanências e reconfigurações através dos sujeitos colonizados, é um dos objetivos, mas não cessa por aí. Nossas intenções são ir além da modernidade/colonialidade e para isso precisamos abrir-se para outras perguntas, tempos e espaços, maneiras de viver o mundo, de fazer e inventar mundos (Maldonado-Torres, 2020).

Por fim...

É na escrita de si e de nós de mulheres e homens negras/os que podemos pensar juntos em outras maneiras de (re)existir. Leituras e interpretações de si e de seus mundos, expressas nas suas *escrevivências*, como um ato de recusa em ser escritos e falados por

outros (Evaristo, 2005). Para o exercício historiográfico, estes lugares não apenas são documentos para a reflexão crítica sobre tempos e espaços que enunciam, mas são grafias que indicam caminhos para o próprio questionamento de nossas práticas, da maneira como e para quem perguntamos e quais são os motivos de nossas reflexões no tempo em que vivemos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei. 2.040, de 28 de setembro de 1871. [Lei do Ventre Livre]. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 28 set. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 22 out.2023.

CARVALHO, Carol Lima de. **Negras em movimento**: Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros Santa Catarina- AMAB (1985-2015). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHEIDER, Diane (Org.). **Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 201-212.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva. Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: Carnaval e Persistência da Performance Estética Africana na Diáspora. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 44, p.273-293, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-54.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MORAIS, Yasmin. Entre 'favelados' e o 'fundão da África', negros e pobres entendem muito bem, Ciro. **Carta Capital**, São Paulo, 05 set. 2022. Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/entre-favelados-e-o-fundao-da-africa-negros-e-pobres-entendem-muito-bem-ciro/>. Acesso: 19 out. 2022.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. Territórios negros em Florianópolis. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NNAEMEKA, Obioma. Feminism, rebellious women, and cultural boundaries: rereading Flora Nwapa an her compatriots. **Research in African Literatures**, Bloomington, v. 26, n. 02, p. 80-113, 1995.

PIAZZA, Walter F. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC, 1975.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisas e povos indígenas. Curitiba: ED: UFPR, 2018.

TRAMONTE, Cristiane. Muito além do desfile carnavalesco: escolas de samba e turismo educativo no Brasil. **Pasos**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, El Sauzal, v. 1, n. 1, p. 85-96, 2003.

6

*Giane Maria de Souza
Roberta Barros Meira
Cibele Piva*

PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUIVOS: BALANÇOS E DESAFIOS

INTRODUÇÃO

O fazer historiográfico está inserido em um contexto de produção no qual os historiadores e as historiadoras se movem, fazem seleções, se relacionam, demarcam interesses e posicionamentos – não apenas demarcando um lugar, mas problematizando-o (Certeau, 2011). A problematização desse lugar e do processo de produção científica do saber possibilitam que sejam tecidas redes e construídos espaços sociais que enriquecem a experiência dos grupos relacionados. O fato é que a produção historiográfica não está descolada de seu contexto no presente e a ele retorna, pois esse fazer científico nos direciona a nos movimentarmos no mundo, no encontro com o diferente, na construção com o outro, como seres praticantes-pensantes (Certeau, 2011).

Inseridas no campo historiográfico, com uma forte demanda interdisciplinar, estão as questões relacionadas ao patrimônio cultural. Compreender a forma como os indivíduos se relacionam com o tempo e com o seu patrimônio é um dos impasses lançados àqueles que estudam o patrimônio cultural na contemporaneidade ou atuam na sua gestão (Gonçalves, 2008). O desafio é, assim, encontrar caminhos sensíveis a essas mudanças, promover reflexões dentro do fazer historiográfico sobre o fazer patrimonial. As configurações da contemporaneidade, aponta a autora, “parecem retirar as bases em que foram construídas e consolidadas as práticas de preservação do patrimônio cultural – questionando, sobremaneira, o olhar técnico” (Gonçalves, 2008, p. 120).

O Grupo de Trabalho (GT) de Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História – ANPUH tem buscado promover debates e reflexões a respeito dessas questões, propiciando o levantamento de ideias, demandas e possibilidades de ação para os profissionais do campo patrimonial. Discussões acerca dos arquivos, dos acervos museológicos, da produção acadêmica a respeito, políticas

de gestão do patrimônio, questões teóricas, entre outros temas, permearam os debates e eventos do GT nos últimos anos. Promovendo, assim, a conexão entre os pesquisadores e pesquisadoras, a discussão sobre o contexto, a atuação nas instâncias democráticas, bem como o desenvolvimento de ações práticas em relação à salvaguarda do patrimônio cultural. O presente texto busca apresentar essas ações, bem como promover a reflexão sobre a relação entre os campos do saber envolvidos, e a atuação do historiador do campo patrimonial para além dos muros da universidade. Dividido em dois momentos, inicialmente apresenta as relações construídas entre o campo patrimonial e arquivístico, fortalecendo diálogos e espaços. Em seguida, a contextualização do campo do patrimônio cultural nos últimos anos frente às dinâmicas políticas e como o GT procurou promover essa conexão entre o fazer científico e a prática, tecendo redes e construindo espaços sociais.

FORTALECER DIÁLOGOS E ESPAÇOS

O fortalecimento das trocas entre patrimônio cultural e arquivos possibilita pensar na expansão de diálogos interdisciplinares que envolvem a história, os acervos e os espaços de memória. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho (GT) de Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (ANPUH) seção Santa Catarina, buscou fomentar as discussões e as trocas entre os pesquisadores que atuam no campo do patrimônio cultural e arquivístico, direta ou indiretamente, e perceber os avanços, os desafios e as ameaças presentes no cenário brasileiro. Partiu-se de uma abordagem interdisciplinar que possibilitasse dialogar com as pesquisas sobre os acervos e bens que envolvem a história das populações negras e indígenas, a história das mulheres, a história ambiental, a cultura material arqueológica, dentre outros temas. As pesquisas interdisciplinares podem

significar uma ruptura com os limites impostos pelo campo patrimonial e auxiliar a levantar hipóteses sobre os espaços e acervos pouco estudados ou “sombreados”, para utilizar a expressão de Francisco Foot Hardman (1988). Entende-se aqui que as trocas entre os espaços patrimoniais e arquivísticos abrangem diversos atores, como literatos, intelectuais, estadistas, técnicos, mas, igualmente, a sociedade na sua totalidade. Nesse aspecto, buscou-se debater também temas de pesquisas que investigassem as demandas e sensibilidades que instauraram movimentos de valorização de patrimônios culturais e dos arquivos em um diálogo com temas diversos e inclusivos no contexto pretérito e atual (Bacellar, 2008; Chagas, 2015).

O GT buscou, igualmente, discutir o patrimônio cultural e os arquivos e sua inter-relação com as políticas públicas, dando ênfase: às construções de novos marcos legais sobre o Patrimônio Cultural e os arquivos; à promoção e proteção do Patrimônio cultural, compreendidas de uma forma mais ampla através da valorização do patrimônio imaterial e das paisagens culturais; ao papel dos diferentes grupos sociais nas novas formas de conceber o patrimônio cultural e os arquivos; às tensões e negociações no lento processo de composição de uma agenda política patrimonial e arquivística no Brasil. Enfim, a nosso ver, os diálogos entre patrimônio cultural e os arquivos deixam entrever possibilidades abertas para discutirmos a lei que regulamenta a profissão de historiador e os percursos históricos da lei nacional de arquivos.

Por outro lado, releva notar que o alargamento do campo do Patrimônio Cultural para os processos que olham a questão pelo ponto de vista da cultura imaterial e das populações excluídas se fortaleceu somente no final do século XX. Como resultado desse longo processo de apagamento, as discussões sobre as memórias das populações negras e indígenas nos arquivos são, ainda, pouco conhecidas tanto pela população como pelos técnicos e pesquisadores. As pesquisas sobre a história dessas populações sofrem não exatamente da falta de documentação, mas do desconhecimento

e do pouco interesse. Caberia, assim, explorar mais a fundo a história de Santa Catarina que privilegia em grande medida os processos de imigração europeia no final do século XX. Não se há de esquecer que a mácula da escravidão na História do Brasil foi silenciada em muitos lugares, e a história das populações negras continua sendo um tema sobre o qual pouco se escreveu em Santa Catarina. As pesquisas mais recentes têm contribuído para desconstruir os processos de silenciamento e, mesmo, negacionismos (Machado, 2018; Carelli; Meira; Bandeira, 2021). Ademais, o interesse em se conhecer e reconhecer a história, a memória e o patrimônio dessas populações pode ser um forte aliado na luta antirracista (Rufino, 2019).

Nesse sentido, a participação no simpósio temático realizado no XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC - “Usos do passado, ética e negacionismos”, permitiu o aprofundamento dos diálogos com temas que perpassam questões, como: o Patrimônio Cultural do Mercosul, com destaque para a Ponte Internacional Barão de Mauá; a Serra da Barriga (Cumbes, Quilombos e Palenques), o Itinerário Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos, o Universo Cultural Guarani, Pajada, Chamamé e o Sistema Cultural de Erva Mate. A Educação patrimonial também foi um dos temas de discussão, tendo como foco o acervo do antigo Aeroporto do Parque Nacional do Iguassu e as possibilidades de somar ao patrimônio natural mundial reconhecido pela UNESCO um conjunto arquitetônico que envolve o patrimônio militar e da ciência - ainda pouco conhecido. Por outro lado, os dados sobre os arquivos judiciais e o setor médico/psiquiátrico podem aproximar os patrimônios sensíveis da comunidade pelo uso de ferramentas, como o *podcast*.

A digitalização e a virtualização dos acervos de museus através de tecnologias da informação são armas importantes contra o apagamento e os negacionismos ao promover a difusão de conhecimento. Os recentes movimentos que defenderam a derrubada de monumentos, como no caso da Estátua de Borba Gato, em São Paulo, podem questionar o debate pautado somente na destruição do

patrimônio cultural, trazendo à baila o posicionamento em favor de uma sociedade plural e a defesa de valores democráticos. Ademais, os projetos de extensão que realizam a digitalização, a virtualização e a transcrição dos acervos compostos por manuscritos das Colônias de Blumenau, Teresópolis e Santa Isabel no Século XIX e a criação de novos acervos orais pelas narrativas sobre as paisagens vividas pela comunidade acadêmica no contexto da pandemia de Covid-19 apontam para a pluralidade de acervos e as estratégias de difusão e preservação da história. A abrangência dos acervos também nos permite colocar em primeiro plano as relações étnico-raciais-ambientais na Educação Patrimonial, valendo-se das memórias negras femininas, dos múltiplos corpus documentais produzidos durante o período da Guerra do Contestado, os relatórios de viagem do naturalista Fritz Muller ou a criação de bancos de dados da história oral dos descendentes de imigrantes italianos em Nova Veneza. Em tempos de destruição das políticas patrimoniais, arquivísticas e de perseguições aos profissionais de história, o GT Patrimônio Cultural entende que criar, salvaguardar e pesquisar os nossos acervos pode ser definido como um movimento de resistência ao apagamento e aos negacionismos desencadeados em toda a sua violência na última década.

O CONTEXTO POLÍTICO E SANITÁRIO BRASILEIRO E O CAMPO DO PATRIMÔNIO

Em outubro de 2019, múltiplas entidades da sociedade civil se reuniram na cidade de Porto Alegre, RS, para uma mobilização nacional contra os ataques sistemáticos promovidos contra o patrimônio e, desde então, foi fundado o *Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Em 2020, com a criação dos núcleos estaduais, o GT de Patrimônio da ANPUH/SC, desde então, esteve representado, neste Fórum, núcleo/SC, pelas professoras

doutoras Janice Gonçalves da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e Ilanil Coelho da Universidade da Região de Joinville (Univille). No ano de 2022 as professoras doutoras Giane Maria de Souza (AHJ) e Roberta Barros Meira (Univille) tornaram-se as novas representantes deste importante movimento nacional em defesa do patrimônio nacional e catarinense.

A coordenação do GT compartilhada pelas professoras doutoras Giane Maria de Souza, Roberta Barros Meira e Cibele Piva, atuaram respectivamente, conforme seus campos profissionais e representações institucionais, com ênfase na produção e difusão do conhecimento. As coordenadoras organizaram e participaram do evento no dia 9 de junho de 2021, — *História, Historiadores e Arquivos* — Webinar, um evento que foi promovido pelo GT de Patrimônio Cultural da ANPUH/SC na 5ª Semana Nacional de Arquivos em parceria com o site de formação em cultura *Arte na Cuca*. Pode-se demarcar que a atuação do GT de Patrimônio da ANPUH/SC foi mapeada conforme a atuação das professoras coordenadoras, porque não podemos dissociar a atuação e a trajetória da coordenação do GT da orientação do mesmo, até, porque, não tivemos liberação tampouco bolsista para atuar em algumas frentes de trabalho. Na área do patrimônio, museus, arquivos e educação, sobretudo, a professora Cibele Piva, divulgou o GT em uma série de atividades. Pode-se destacar o Webinar, no dia 27 de abril de 2021 — *Museus e Educação: reflexões a partir da pesquisa e da prática* — com a *Palestra Museus, Educação e Patrimônio Cultural: Experiências e Desafios do Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner* — *Seminário Sagrado Coração de Jesus*; O I *Seminário de Educação Patrimonial do Geoparque Cânions do Sul*, no dia 20 de julho de 2021, Palestra — A educação para o patrimônio como ferramenta de mobilização para preservação e promoção do patrimônio cultural; O *Minicurso História Oral e Teoria das Representações Sociais* — Encontro Regional Sul de História Oral no dia 25 a 27 de agosto de 2021.

A professora Roberta Barros Meira por sua vez dedicou-se a representar o GT em sua área de pesquisa e atuação, ou seja, a trabalhar o patrimônio, religiosidade, arquivos, museus e cultura afro-brasileira. Com destaque para a organização e mediação das mesas redondas realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UNIVILLE): 1) *Religiosidades, festas e resistências na cultura afro-brasileira*, dia 19 de março de 2021; 2) *Cultura, Educação e Resistência: o patrimônio alimentar no Candomblé Angola & a luta por uma educação antirracista*, dia 14 de setembro de 2021; 3) *Festas e Quintais afro-brasileiros: Patrimônio Cultural e saberes afro-brasileiros*, dia 14 de setembro de 2021; 4) *O racismo na sociedade brasileira no dia 19 de março de 2022, em parceria com o curso de Medicina da Univille*; 5) *O Racismo e antirracismo: lutas feministas e religiosas no Brasil em parceria com o curso de Direito da Univille*, no dia 2 de abril de 2022.

A professora Giane Maria de Souza dedica-se em representar o GT de patrimônio da ANPUH/SC, sobretudo, dentro do Conselho Estadual de Cultura (CEC/SC), onde atua na representação da cadeira de patrimônio material. Como é uma profissional que trabalha no Arquivo Histórico de Joinville, Apresentou o Trabalho *Digitalização, Descrição, Análise e Disponibilização à Pesquisa do Acervo dos Projetos Arquitetônicos do Arquivo Histórico de Joinville*, no Painel Heritage: The Local and the Global in Pandemic Times – Congress of Merida, Yucatan, Mexico promovido pela International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES); Apresentou o *Projeto Arquitetura Urbana de Joinville: Conexões com o Patrimônio Industrial*, 2021, no V ENIPAC, Encontro Internacional do Patrimônio Cultural, na Univille. A professora participou no dia 17 de agosto de 2021, de um debate público promovido pela ANPUH/SC pelo dia do historiador e do patrimônio, o GT participou de uma mesa redonda promovida para debater os desafios e as expectativas do ofício do historiador com a partir da regulamentação da Lei nº 14.038/2020. Para refletir sobre o cinquentenário do Arquivo Histórico de Joinville, mas também sobre os ataques sofridos contra o Arquivo Nacional

foi organizado o Dossiê v. 11 n. 1 (2022): *Arquivos públicos e os desafios da gestão do patrimônio documental arquivístico no tempo presente* na Revista Confluências Culturais da Univille que reuniu uma série de entrevistas e textos que ajudam a refletir a organização e história de algumas instituições arquivísticas, oriundas de acervos públicos, privados ou coleções pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do patrimônio cultural é um caminho para compreender a sociedade - um patrimônio cultural é constituído pelo valor simbólico que é atribuído a ele pelos indivíduos e permite o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (Salvadori, 2008). Resultado de escolhas de práticas culturais, fruto de disputas de poder, o estudo do patrimônio cultural leva em conta o seu significado dentro do contexto em análise, bem como as lutas políticas e sociais em torno dele.

Nesse sentido, os profissionais ligados à história, envolvidos com o estudo do patrimônio cultural, estão inseridos nesses processos, tendo em vista que o patrimônio cultural se insere no presente. E, desse modo, não só não nos descolamos dele, como o patrimônio cultural torna-se uma ferramenta de luta social, resistência, de demarcação de espaços sociais. Os estudos desenvolvidos são demarcações de lugares, e têm impacto direto na sociedade, demandando reconhecimentos, salvaguarda, discussões e promovendo reflexões que muitas vezes incomodam a ordem vigente.

O presente texto, mais do que evocar as questões aqui evidenciadas, buscou ser uma provocação, promover inquietações que nos façam pensar sobre o ofício do historiador do campo do patrimônio. Pretendeu-se, assim, ampliar os horizontes de reflexão e atuação, promover discussões mais aprofundadas, incrementar debates, enriquecendo nossa existência como praticantes-pensantes.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

CARELLI, Mariluci Neis; MEIRA, Roberta Barros; BANDEIRA, Dione da Rocha. Archaeological, historical and heritage traces of a multiple landscape: inhabited lands in Joinville, SC, Brazil. **Revista Confluências Culturais**, v. 10, p. 144-157, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAGAS, Mario. Patrimônio é o caminho das formigas. CASTRO, Maurício Barros de e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Relações raciais e políticas de Patrimônio**. Rio de Janeiro, Museu Afrodigital, 2015.

DELLA BARBA, Mariana. WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News**. 19 de abr. 2016.

GONÇALVES, Janice. História, Tempo Presente e Patrimônio Cultural: Dimensões Contemporâneas do Patrimônio Cultural. *In*: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). **Dimensões do urbano. Múltiplas facetas da cidade**. Chapecó: Argos, 2008. p.105-124.

HARDMAN, Francisco Foot. "Visões errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino no século XIX". **Anuário Brasileiro de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1988.

MACHADO, Diego Finder. Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). **Revista Confluências Culturais**, v. 7, p. 21-35, março de 2018.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, G. Beatriz. **Historiadores pela Democracia**. O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Morula, 2019.

7

Anderson Zalewski Vargas

A RECEPÇÃO DA ANTIGUIDADE E O DESAFIO:

**“USOS DO PASSADO,
ÉTICA E NEGACIONISMOS”**

O presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na *recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais*. *A visão de Trump tem lastro em uma longa tradição intelectual e sentimental, que vai de Ésquilo a Oswald Spengler, e mostra o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente*. Em seu centro, está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o *Deus que age na história*. Não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo ocidental, mas de um *pannacionalismo*. O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente (Araújo, 2017, p. 01)⁹.

Este é o resumo de marcante artigo (Fleck, 2019) de Ernesto Araújo, publicado nos *Cadernos de Política Exterior* da Fundação Alexandre de Gusmão, dois anos antes de assumir o cargo de chanceler do governo de Jair Bolsonaro. Acabou demitido em 2021 pelos problemas decorrentes de suas contribuições para a realização de um sonho reacionário, mostrando limites do projeto que, em suas variantes, assola o planeta.

O desejo de fazer nosso país participar de uma peculiar concepção de "Ocidente" – a qual teria surgido na Grécia Antiga (especificamente com *Os persas* de Ésquilo), seria composto de nações atomizadas, cristãs e lideradas pelos EUA (comandado por um ser como Donald Trump) -, poderia causar apenas risos de mofa caso o Tradicionalismo permanecesse sendo uma "forma obscura e excepcionalmente radical de pensamento" res-trita a "seitas religiosas e círculos intelectuais ultraconservadores"

(Teitelbaum, 2020, p. 25)¹⁰. No entanto, o mundo composto pela gestão do ex-chanceler foi castigado, entre outras coisas, por consequências negativas – mortais, em alguns casos - da negação das mudanças climáticas, do desprezo às medidas prescritas pela ciência médica em plena devastação da pandemia da Covid-19, da nova versão de um cristianismo intolerante e perseguidor de outros credos e de minorias.

Como podemos perceber os *(ab)usos* do passado tanto pela historiografia profissional quanto pela opinião pública entre a Antiguidade e a Modernidade? Em que medida eles têm servido para configurar *representações* no presente? Como o tema dos *usos do passado*, da *recepção ativa e da retórica podem auxiliar na tarefa de fazer uma crítica da sociedade no tempo presente e imediato?* (Santos, 2022).

Estas foram as questões que recebi quando do convite – ao qual novamente agradeço – para escrever um texto para os *Anais do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*, cujo título bem explica a solicitação recebida: “Usos do passado, ética e negacionismos”. É tema cuja importância dispensa maiores explicações, desde que o leitor pertença, como suponho que pertencerá, ao mesmo universo dos que se perturbam com ideias como as do diplomata Ernesto Araújo, ainda em atividade.

10 “Por Tradicionalismo – com T maiúsculo – estávamos nos referindo a uma escola espiritual e filosófica alternativa, com um grupo eclético, ainda que minúsculo de seguidores, ao longo dos últimos cem anos”, escreve Benjamin Teitelbaum (2020, p. 18). A caracterização deste movimento tem como elemento central a nostalgia de um deus primordial perdido graças a tudo o que é moderno, a começar pelo seu marco cronológico inaugural, a Revolução Francesa. Depois dela, liberalismo, marxismo, ciência, versões modernas do cristianismo e recentemente um demoníaco “globalismo” teriam afastado o homem de deus e ameaçado de morte o “Ocidente”. (Teitelbaum, 2020, p. 18-24). O “pai fundador” deste movimento reacionário é René Guénon (1886-1951), francês convertido ao islamismo; o italiano Julius Evola (1889-1974) foi seu seguidor destacado, tendo sido ideólogo do fascismo pós-guerra. Contemporaneamente, o controverso norte-americano Steve Bannon é figura central da articulação internacional tradicionalista. Para compreensão mais completa do assunto: *Contra o mundo moderno*, de Mark Sedgwick (2020).

De forma geral, por trabalhar com retóricas e teorias da recepção¹¹ há certo tempo, creio que este universo intelectual – por si só muitíssimo rico e variado – pode auxiliar de forma relevante na superação da ameaçadora perplexidade¹² provocada pelo fenômeno geral do reacionarismo contemporâneo e de recorrente presença da Antiguidade em suas formulações. Uma resposta de fôlego às questões apresentadas acima, porém, exigiria maior espaço para as respostas, a começar pelo conjunto de noções relacionadas às invocações do passado – “uso”, “abuso”¹³ –, sem falar das de “recepção”, “representação”, “retórica”. Por isso, farei um comentário restrito a um ponto que julgo importante para “auxiliar na tarefa de fazer uma crítica da sociedade no tempo presente e imediato”: para realmente entender alguma invocação do passado, especialmente as perturbadoras apropriações da Antiguidade, causadoras de indignação e perplexidade, é preciso reconhecer que o passado não carrega consigo o que pode e deve ser dito dele e as avaliações de

- 11 Escreveu Martindale: “A recepção em Clássica engloba todo o trabalho relacionado com *material pós-clássico*, muitos dos quais, em outros departamentos de humanidades, podem ser colocados em diferentes rubricas, por exemplo: história da erudição, história do livro, estudos de cinema e mídia, história da performance, estudos de tradução, resposta do leitor e crítica de voz pessoal, estudos pós-coloniais, medievais e neolatinos, e muito mais além (...)” (2006, p. 1-2).
- 12 “Há pelo menos três pontos nos quais o caos – um tûmulo de acontecimentos ao qual faltam não apenas interpretações, mas interpretabilidade – ameaça o homem: nos limites de sua capacidade analítica, nos limites de seu poder de suportar e nos limites de sua introspecção moral. A perplexidade, o sofrimento e um sentido de paradoxo ético obstinado, quando se tornam suficientemente intensos ou suportados durante muito tempo, são todos desafios radicais à proposição de que a vida é compreensível e de que podemos orientar-nos efetivamente dentro dela, através do pensamento – desafios que qualquer religião que pretenda subsistir tem que enfrentar, por mais “primitiva” que seja.” (Geertz, 1978, p. 113-114). Antes, ou ao lado, do recurso religioso, temos o intelectual estritamente pensado.
- 13 Os colegas Glaydson da Silva, Pedro Funari e Renata Garraffoni entendem “os *usos do passado* com uma forma de recepção entre outras possíveis, na qual a mobilização/reutilização do passado assume um caráter *pragmático e instrumental*.” (2020, p. 45). Seria, então, a apropriação de Ernesto Araújo, no artigo citado, um “uso”? Como podemos precisar o “caráter pragmático e instrumental”? A tarefa de definir “abuso” também não me parece fácil como demonstra, na minha avaliação, o artigo de Antoon De Baets, *Uma teoria do abuso da História*. Logo no resumo é dito que “(...) define-se o abuso da história como a sua utilização com o intuito de ludibriar(...)” (2013, p. 17). Ernesto Araújo teria o intuito de “ludibriar” o leitor? Seja como for, a proposta teórica do colega De Baets é muito mais complexa e merece ser conferida para correta avaliação.

seus “usos” é questão sempre em aberto para especialistas e demais usuários do passado¹⁴.

A noção de que o passado não carrega consigo o que podemos dele pensar é, na vertente da Teoria da Recepção desenvolvida por Charles Martindale, decorrente da apropriação de uma tese à Escola de Constance, capitaneada por Hans Jauss, que buscou reformar os estudos literários afirmando, entre outros pontos, a centralidade do leitor na constituição de significados de uma obra (2007, p. 23-88)¹⁵. Em razão desta importância concedida à agência de quem lê ou examina, compreende-se o princípio de que toda recepção é realizada em um “ponto de recepção”:

Significado, podemos dizer, é sempre realizado no *ponto de recepção*; se é isso, não podemos assumir que uma “intenção” é efetivamente transmitida em qualquer texto. E também, parece, nenhum escritor ou escritora *pode alguma vez controlar a recepção de seu trabalho, tanto o caráter de sua leitura quanto qualquer uso feito dele*. (Martindale, 1993, p. 3-4)

Por conseguinte, caso adotemos tal princípio, não poderemos recorrer a um sentido original de *Os Persas* para refutarmos a ideia tradicionalista de “Ocidente”. De forma geral, não teremos como criticar usos e abusos da História invocando algum significado imamente do passado. Mas isso não significa que as recepções sejam absolutamente livres e arbitrárias e que qualquer interpretação pode ser considerada equivalente e correta. Nem me parece que o pensamento reacionário seja um crítico da noção de objetividade do conhecimento do passado. Pelo contrário.

14 Na sequência, reescrevo parte do que publiquei em artigo sobre as ideias de Martindale sobre Recepção (Vargas, 2020).

15 Deve ser significativo para historiadores interessados na aplicação da Estética da Recepção a referência de Jauss à definição de R.G. Collingwood para fazer a crítica da “ideologia objetivista”: “A História nada mais é do que a reencenação do passado pela mente do historiador” (Jauss, 2007, 51).

Em *Redeeming*, quando é abordado “escândalo da interpretação” (que sentimos quando nos defrontamos com ideias com as de Ernesto Araújo), está escrito que os textos podem ser lidos de forma tão variável que os significados proliferam (1993, p. 11, *Et seq*). O estudo da historiografia do Mundo Antigo, do passado à atualidade, mostra que podemos pesar o mesmo do estudo em geral do passado. A despeito disso, Martindale igualmente postulou que o processo de interpretação não é inteiramente arbitrário: sempre há uma conexão entre a estrutura dentro da qual lemos e a interpretação que fazemos deles (1993, p. 11). Ao invés de criticar o que pensamos ser um “uso abusivo” do passado em nome de uma visão objetiva da História, podemos mostrar a sua particular contingência. Porque:

(...) a recepção não afirma que o cliente tem sempre razão, apenas que ela é sempre parte na transação. A validade continua sendo um problema para os acadêmicos de recepção, assim como para outros intérpretes (*na verdade, como os critérios de validade estão historicamente situados e sempre em disputa, eles podem ser vistos como uma parte crucial dos processos de recepção*) (Martindale, 2007, p. 302).

Não há, pois, como garantir uma verdade trans-histórica, pois mesmo os critérios de validação das apropriações do passado estão sujeitos a um debate indicador da inexistência de fundamento inabalável para nossos juízos. A verdade ou interpretação correta seria contingente porque depende de nossas vidas, das circunstâncias e visões da *audiência* para qual são reveladas (autor, 1993, p. 07).

A verdade existe no âmbito da Teoria da Recepção, mas é considerada diversa ao longo do tempo.¹⁶

No mesmo plano de argumentação, considero destacável ainda a rejeição endossada por Martindale à ideia de “tradição.” “Tradição” pressupõe uma totalidade estável ou invariável, que deve ser transmitida sem variações¹⁷. O texto reificado, tornado objeto dotado de um sentido metafísico, ignora as contingências (Martindale, 1993, p. 04). O mesmo acontece com o passado reificado, acrescento, o qual ignora as alterações de seus sentidos por parte de seus intérpretes ao longo do tempo. As contingências de cada época podem ser os “acordos” da historiografia profissional, as determinações de determinado cânone literário, bem como por outros elementos a serem identificados pelo investigador - projetos políticos específicos, a exemplo do Tradicionalismo.

16 “Aplicamos ao que chamamos de *verdades*, tudo o que acabamos de dizer dos *fatos*. Fala-se geralmente de *fatos* para designar objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de *verdades* sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência.” (Perelman; Tytheca, 2005, p. 77 – os itálicos são originais). Podemos pensar que, no universo da historiografia acadêmica, há um específico “acordo” - que define procedimentos específicos de pesquisa, de argumentação, de escrita, de exposição e de publicização – produtor de verdades específicas. A validade e a abrangência de tais verdades depende, entre outros fatores, do resultado do confronto com outros usos do passado. Podemos até mesmo usar um argumento de autoridade, desde que o uso deste recurso tenha chances razoáveis de êxito. No confronto ideológico que vivemos, contudo, há outros produtores de verdades históricas, como o demonstra o artigo de Ernesto Araújo. É importante ressaltar: seguindo as ideias da *Nova Retórica* não podemos argumentar: “a verdade está nos fatos”, pois estes também são resultado de entendimentos particulares de diversos âmbitos.

17 Ele também não concorda com a ideia de “apropriação” pois ela descartaria a capacidade do texto modificar nossa sensibilidade e de resistir às nossas tentativas de controlá-lo (2007, p. 300). Se pensarmos em termos de documentos históricos escritos, poderíamos dizer o mesmo do passado. Apesar de suas reservas, ele usa tanto um quanto outro termo. Destaco em particular uma passagem da introdução a *The Cambridge Companion to Virgil*, em que os “atos de apropriação” - quando o significado do texto é “configurado dentro do sistema de valores e da história de vida pessoal do leitor individual” - são estendidos para as leituras que pretendem ser historicamente acuradas (1997, p. 04).

Em certo sentido, essas ideias de Martindale resultam de recepção do pensamento de Hans-Georg Gadamer, particularmente da revalorização promovida por aquele filósofo do papel das nossas *crenças e preconceitos* como a condição para o entendimento.¹⁸ Em *Text, Theory, and Reception* – um dos capítulos de *The Classics and the uses of Reception* –, Kenneth Haynes resumiu o confronto entre Gadamer e Jürgen Habermas em torno da universalidade da interpretação hermenêutica (2006, p. 44-54). A começar pela discordância a respeito da relevância da crença e do preconceito no conhecimento. Creio que todos conhecemos a desconfiança iluminista, invocada por Habermas, em relação aos juízos provisórios alcançados antes da consideração de todos os elementos conformadores de dada situação (Haynes, 2006, p. 46). Desconfio que é generalizada a tese de que “saber científico” se elabora às custas da crença e do preconceito. No entanto, na filosofia gadameriana, o saber científico compõe a situação histórica do intérprete (Haynes, 2006, p. 47). Não que seja de igual natureza aos juízos prévios e irrefletidos e correntes de todos nós, mas no sentido de que compõem o conjunto de ideias usadas pelo indivíduo na sua cognição – a maior ou menor validade de uns e outros é questão a ser resolvida pelo julgamento simétrico por parte de cada um.

Concluindo, aponto que o viés analítico oferecido pelo campo da Recepção com que simpatizo, não oferece a perspectiva de um trabalho fácil. Nos é interdita a simples evocação da verdade do

18 No artigo em que analisam dois manuais de ensino escritos e oficialmente adotados quando do centenário da independência da Colômbia, Andrés Alarcón-Jiménez escreveu: “(...) o indivíduo é o agente ativo no longo processo de construção do mundo e a História começa a ser construída por ele desde a infância, mas ele faz parte de um universo sociocultural já organizado pelos adultos, universo humano que muda no tempo como o universo físico. Ambos os universos, onde o indivíduo cresce, aos quais se integra, os quais ele transforma e com os quais ele interage, dependendo da data e do lugar, apresentarão umas características que marcaram o seu devir” (2017, p. 36). Destaco que os dois manuais analisados, ao contrário da visão da história brasileira sucintamente apresentado em “Trump e o Ocidente”, tentaram integrar o passado indígena pré-colombiano à história bíblica e “ao centro do universo da narrativa imperial ibérica que tinha se apropriado do passado romano, tanto clássico como, na prática, católico.” (Alarcón-Jiménez, 2017, p. 39).

passado Antigo, greco-romano, cristão e hebraico, para podermos refutar as apropriações do passado que nos parecem escandalosas e “abusivas”, como as de Ernesto Araújo e congêneres. Ela, contudo, oferece elementos essenciais para superar a paralisia da perplexidade e fazer a “*crítica da sociedade no tempo presente e imediato*” entendendo as particulares contingências de certas visões do passado. No caso da recepção da Antiguidade pelo Tradicionalista Ernesto Araújo, auxiliando a demonstrar que o pretense desvelamento de um passado perfeito esquecido é apenas mais uma recepção dentre incontáveis outras, mas com objetivos muito particulares. Para a refutação completa, contudo, seria preciso também considerarmos algumas lições retóricas para convenceremos os auditórios de uma guerra ideológica como a que vivemos. Isso, talvez, possa ser feito em outro momento.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN-JIMÉNEZ, Andrés. Uma História Peregrina. Antropogênese na história de Colômbia de Henao e Arrubla (ou sobre os caminhos que ligam antiguidade e modernidade. *In*: SILVA, Glaydson José da; GARRAFONI, Renata Serra; FUNARI, Pedro Paulo; GRALHA, Júlio; RUFINO, Rafael (Org.). **Antiguidade como presença. Antigos, Modernos e os Usos do Passado**. Curitiba: Prismas, 2017. p. 31-45.

ARAÚJO, Ernesto Enrique Fraga. *Trump e o Ocidente*. **Cadernos de Política Exterior** / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-357, dez. 2017.

BAUER, Carolina; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>. Acesso: 11 jun. 2022.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 17-60, 2013.

FLECK, Isabel. Ernesto Araújo: Como um artigo definiu o novo chanceler. **Huffpost**, 2019. Disponível em: https://web.archive.org/web/20200803205303/https://www.huffpostbrasil.com/2018/11/15/ernesto-araujo-como-um-artigo-definiu-o-novo-chanceler_a_23590181/. Acesso em: 10 mar. 2023.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (1973).
- HAYNES, Kenneth. "Text, Theory and Reception". *In*: MARTINDALE, Charles.; THOMAS, Richard F. (Ed.). **Classics and the Uses of Reception**. Oxford: Blackwell, 2006. pp. 44-54.
- JAUSS, Hans Robert. L' Histoire de la littérature : un déficit à la theorie littéraire. *In*: JAUSS, Hans Robert. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Gallimard, 2005 (1974). p. 23-88.
- JAUSS, H.R. Pour une esthétique de lá réception. Paris: Gallimard, 2007.
- MARTINDALE, Charles. **Redeeming the text. Latin poetry and the hermeneutics of reception**. Cambridge: Cambridge UP, 1993.
- MARTINDALE, Charles. Introduction: The classic of all Europe. *In*: MARTINDALE, Charles (Ed.). **The Cambridge Companion to Virgil**. Cambridge: Cambridge UP, 1997. pp. I-XVII.
- MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking Through Reception. *In*: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (Ed.). **Classics and the Uses of Reception**. Londres: Blackwell, 2006. p. 1-13.
- MARTINDALE, Charles. "Reception". *In*: KALLENDORF, Craig W. (Ed.). **A Companion to the Classical Tradition**. Oxford, s. n., 2007. p. 297-311. SEDGEWICK, Mark. **Contra o mundo moderna**. O Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Belo Horizonte: Âyné, 2020 (2004).
- SANTOS, Dominique. **Convite para publicação em livro - XIX EEH/2022 da ANPUH-SC**. Destinatário: Anderson Zalewski Vargas, Porto Alegre, 23 set. 2022. E-mail.
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFONI, Renata Serra. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 40, nº 84, p. 43-66. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472020v40n84-03>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- TEITELBAUM, Benjamim R. **Guerra pela eternidade**. O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: UNICAMP, 2020.
- VARGAS, Anderson Zalewski. Charles Martindale: a recepção da Antiguidade e os estudos clássicos. *In*: SILVA, Glaydson José da; CARVALHO, Alexandre Galvão (Org.). **Como se escreve a História da Antiguidade. Olhares sobre o antigo**. São Paulo: UNIFESP, 2020. p. 513-527.
- VAZ, Alexandre Fernandez; GARCIA, Gabriel. O Ocidentalismo fantástico do chanceler: uma análise indiciária das influências no pensamento globalista de Ernesto Araújo. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 87-118, set./dez., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e7787>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Unidade



ÉTICA

8

Fernando Cesar Sossai

HISTÓRIA ORAL, ÉTICA E PROFISSÃO HISTORIADORA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98980.8](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98980.8)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, o debate acadêmico sobre a ética na História Oral cresceu consideravelmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, também, em função das contribuições de historiadores e historiadoras. Neste capítulo, não pretendo apresentar um balanço do conjunto das publicações a esse respeito. Tampouco, analiso os limites e/ou avanços de marcos normativos sobre a ética na pesquisa científica com seres humanos. Aos interessados nessas discussões, recomendo a leitura dos artigos *História oral e ética: um olhar comparativo entre Brasil, Canadá e Itália* (Rodeghero, 2022) e *“Riscos”, “danos” e “benefícios” da participação em um projeto de história oral sobre a Covid-19* (Rodeghero, 2023). Aqui, procuro compartilhar reflexões em torno de uma questão que me parece urgente para o bom exercício da História Oral no contexto da profissão historiadora no Brasil contemporâneo, a saber: Quais seriam os compromissos éticos de historiadores e historiadoras dedicados à História Oral? No desenvolvimento dessa questão, além de recorrer à bibliografia pertinente, apoio-me em experiências construídas como pesquisador, docente e extensionista de História Oral, muitas das quais emergentes de trabalhos que realizei com populações de diferentes estados do Brasil (Amazonas, Pernambuco, Santa Catarina e Tocantins), assim como provenientes das atividades de coordenação que realizo junto ao Centro Memorial e Laboratório de História Oral da Univille (LHO/Univille)¹⁹.

A HISTÓRIA ORAL, OS HISTORIADORES E A REDESCOBERTA DA PALAVRA

Há várias décadas, tornou-se corrente o entendimento da História Oral como uma metodologia intencionalmente mobilizada

em projetos sensíveis a questões próprias à memória e às histórias de vida. Para além de debates a respeito do *status* da história oral na prática acadêmico-científica contemporânea (disciplina, metodologia, técnica de produção de entrevistas), tenho reafirmado antigos constatos segundo os quais a História Oral coloca sob tensa relação a figura do historiador e a da testemunha de acontecimentos passados (Sarlo, 2007).

Em diálogo com a historiografia da História Oral, mais recentemente, tenho pensado sobre dois dilemas éticos que emergem dos cruzamentos entre a escrita da História e a prática da História Oral, a saber: em primeiro lugar, podemos afirmar que, no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, a difusão da História Oral decorreu da ascendente valorização do testemunho na escrita da História, ou melhor, da valorização do testemunho na operação historiográfica, especialmente da palavra oralizada praticada pela testemunha. Em segundo lugar, nesse mesmo período, a disseminação da metodologia da História Oral contribuiu para que a testemunha se interpusesse entre o ofício historiador, a interpretação que o historiador faz de suas fontes e a maneira como ele elabora e compartilha a sua escrita histórica. Nesse último caso, podemos dizer que tal interposição, historicamente, representou a construção, mais ou menos explícita, de um nexos entre o ver e o compreender o passado. Em outras palavras, um nexos entre memória e História.

A reflexão histórica e historiográfica em torno desses dois dilemas poderia contribuir para repensarmos os limites e as implicações éticas da prática da História Oral em projetos e experiências de ensino, pesquisa e extensão no tempo presente, bem como para o aprofundamento dos debates a respeito da História Oral como um campo teórico-prático: uma espécie de plataforma teórico-metodológica a partir da qual historiadores e historiadoras podem produzir, praticar, ouvir e trocar palavras, bem como organizar o tempo dos acontecimentos que atravessam as histórias de vida. Portanto, a meu ver, podem praticar uma História Oral ética e socialmente

compromissada, avançando para muito além de uma metodologia científica ou técnica extrativista de produção de entrevistas.

Nestes termos, a História Oral se configura como um empreendimento histórico coletivo, colaborativo e compartilhado, animando-nos a refletir, no tempo da duração – passado, presente e futuro –, sobre problemas éticos que são comuns ao nosso ofício, além de nos estimular a pensar em como funcionam tanto a história quanto a memória em determinados contextos. Trata-se, assim, de uma História Oral que exige dos historiadores perguntar para que e para quem servem as narrativas de memória que construímos com nossos entrevistados (não numa acepção utilitarista ou pragmática, mas permanentemente analítica a ponto de responder em que medida os diálogos que construímos com nossos entrevistados podem contribuir para a construção de novas histórias do passado e do presente).

A LEI DA PROFISSÃO HISTORIADORA NO BRASIL E A HISTÓRIA ORAL

Há um número elevado de publicações nacionais e internacionais acerca da trajetória do ofício de historiador em diferentes períodos da história. Aliás, nesse âmbito, é bom lembrar que, há tempos, os estudos históricos/historiográficos têm discutido, com bastante aprofundamento teórico-metodológico, a importância dos historiadores e de sua profissão às sociedades do presente e do passado.

Contudo, em se tratando do contexto brasileiro, ainda carecemos de discussões mais amplas a respeito de como a trajetória e o cenário da profissão historiadora vem se alterando em função das determinações da Lei nº 14.038²⁰, de 17 de agosto de 2020,

que regulamentou a “profissão de historiador” e estabeleceu os “requisitos para o exercício da atividade profissional” no país (Brasil, 2020). De acordo com a lei, foram, são e serão oficialmente reconhecidos como historiadores todos perfis indicados a seguir:

I - Portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;

II - Portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III - Portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

IV - Portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V - Profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de historiador, a contar da data da promulgação desta lei (Brasil, 2020).

A lei, também, estipulou o livre exercício da atividade historiadora e definiu quais seriam as atribuições desses profissionais em nossas sociedades: o “magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio”, a “organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História, o “planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica”, o “assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica”, o “assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação” e a “elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos”.

Além disso, *de per sí*, a Lei nº. 14.038/2020 exigiu que as “entidades que prestam serviços em História” mantenham “historiadores legalmente habilitados” em seu “quadro de pessoal”, assim como determinou que o “exercício da profissão de historiador requer prévio registro perante a autoridade trabalhista competente” (Brasil, 2020). Essas são questões que receberam pouca atenção da comunidade historiadora. Decorridos três anos da aprovação da lei, não há dados sistematizados a respeito de como isso vem ocorrendo, tampouco sobre como tais disposições incidiram sobre o cotidiano da profissão historiadora no país.

De fato, é inegável que a Lei nº. 14.038/2020 se configura como um marco capital na história da profissão historiadora no Brasil. Todavia, é preocupante na norma a ausência de qualquer menção à necessidade de que os historiadores devem assumir compromissos éticos no estudo do passado e do presente. A rigor, a expressão registrada no artigo segundo da referida lei - “é livre o exercício da atividade de historiador” - pode ser lida de muitas maneiras, não se restringindo a interpretações de caráter profissional (Brasil, 2020).

No que tange à História Oral – metodologia considerada por muitos pesquisadores como de extrema importância à História do Tempo Presente –, explicitamente, a lei nada informa. Por exemplo, falta à lei uma alusão firme quanto à necessidade de a profissão historiadora estar compromissada com a afirmação da dignidade humana, com diretrizes, parâmetros e procedimentos éticos quando do trabalho em História e História Oral.

Por fim, ainda que possa parecer exagerado, é bom lembrar que a palavra *ética* não aparece citada nenhuma vez nos artigos da Lei nº. 14.038/2020. De minha perspectiva, se quisermos avançar em nossos combates pela História, sobretudo no enfrentamento do negacionismo histórico que tanto cresceu no Brasil contemporâneo, a definição e a inclusão na lei de consensos e compromissos éticos fundamentais me parece uma tarefa essencial aos historiadores do presente e do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais seriam os compromissos éticos fundamentais de historiadoras e historiadores dedicados à História Oral? A modo de conclusão, arrisco-me a deixar à disposição cinco indicações:

- I) Respeito e defesa da dignidade humana;
- II) Combate às desigualdades sociais, preconceitos, racismos e discriminações;
- III) Fortalecimento da liberdade da profissão historiadora;
- IV) Enfrentamento do negacionismo histórico;
- V) Valorização das histórias de vida.

Esquivando-me da prescrição, minha intenção com a listagem acima é abrir e/ou impulsionar diálogos, contribuindo para futuros debates sobre as interconexões entre História, ética e História Oral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020**: dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Brasília, 2020.

RODEGHERO, Carla. História oral e ética: um olhar comparativo entre Brasil, Canadá e Itália. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.481-500, abr.-jun., 2022.

RODEGHERO, Carla. "Riscos", "danos" e "benefícios" da participação em um projeto de história oral sobre a Covid-19. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21762, p. 1-18, 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

9

Michele Gonçalves Cardoso

DILEMAS ÉTICOS DAS MIGRAÇÕES

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO (Bolsonaro, 2019).

O texto acima citado foi publicado no dia 9 de janeiro de 2019, pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, em sua conta oficial do *Twitter*. A publicação estava relacionada com uma de suas primeiras ações como presidente eleito: comunicar às Nações Unidas a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, Pacto do qual o país passou a fazer parte em dezembro de 2018, durante o mandato de Michel Temer.

O acordo, que havia sido assinado por 164 países, buscava estabelecer entre os Estados-membros um compromisso de fortalecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos e das políticas públicas de proteção e regulação de pessoas em movimento, garantindo o respeito aos direitos humanos, independentemente da nacionalidade dos cidadãos. Entretanto, segundo Bolsonaro, o Pacto representava uma ameaça à segurança e à soberania nacional corroborando com o discurso de outros políticos, como Donald Trump.

A postagem e a ação protagonizadas pelo então recém-eleito Bolsonaro estavam em consonância com as diversas vezes em que o político havia se manifestado sobre os movimentos migratórios. Para citar apenas um exemplo, em 2015, durante seu mandato como deputado federal, Bolsonaro se referiu a senegaleses, haitianos, sírios e outros grupos que estavam buscando refúgio no Brasil como “escória do mundo”, indicando inclusive que formavam uma ameaça às Forças Armadas Brasileiras. O discurso xenofóbico ressaltava que a presença desses grupos produziria mais problemas além dos costumeiramente “nossos” e, segundo ele, esse seria o grande problema que nós podemos ter (Redação, 2018).

Ao priorizar nos primeiros dias de governo a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração e elencar os movimentos migratórios como um problema prioritário para seu mandato, Bolsonaro se alinhava com as narrativas produzidas por outros políticos conservadores, coadunando com a retórica do migrante indesejável. A suposta invasão descontrolada de migrantes pelas fronteiras brasileiras e os possíveis problemas sociais gerados por esses deslocamentos tornaram-se narrativas bastante midiáticas e com certa aderência do público em geral, que passa a observar o migrante como uma ameaça e a migração enquanto um processo gerador de crises, estimulando, inclusive, o que se conceituou nomear como “pânico moral”, ou seja, um medo compartilhado por muitas pessoas que temem estar sujeitas a uma ameaça presente em sua sociedade, neste caso, o migrante (Bauman, 2017).

A prevalência de termos como “crise” e “emergência” nesses discursos midiáticos sugere um perigo iminente, que incita a defesa e a criação de estratégias de contenção, afinal, oculta-se a dimensão humana e individual da migração em prol da mobilização de termos que expressam um ordenamento coletivo, como, por exemplo, “fluxos migratórios”, “migração em massa” e “ondas migratórias.” Nesse caso, a estratégia discursiva e a utilização de determinadas imagens objetivam reforçar uma narrativa de constante ameaça às fronteiras nacionais, bem como às práticas e costumes. Culpabiliza-se o migrante, ainda, por alterações nos índices de violência e desemprego, aumentando a animosidade e o desejo por meios considerados mais eficientes de contenção.

Essa narrativa migratória repleta de acusações, depreciações e suspeitas fomenta um processo de desumanização, impulsionando ainda mais a exclusão e a criação de rótulos, tais como “ilegítimos” ou “ilegais.” E é nessa condição de ilegalidade que a ambiguidade da situação migratória provoca um debate ético: como proteger uma vida em vulnerabilidade perante um coletivo que a vê como uma ameaça? Como garantir ao migrante “ilegal” acesso às estruturas básicas de sobrevivência? Como assegurar a não violação de seus direitos humanos?

Indo um pouco além nessa análise, evidencia-se uma contradição política, que também é um dilema ético, entre o direito das pessoas de cruzarem as fronteiras e o direito das nações em controlar suas fronteiras (Gomarasca, 2017). Nesse cenário, aparentemente contraditório, torna-se legítimo o uso de argumentos éticos para justificar atos de violência hediondos, como guerras preventivas, embargos comerciais punitivos, omissão de socorro a embarcações e, ainda mais emblemático desse contexto, aos chamados: “crime de solidariedade” ou “crimes humanitários” (Marinucci, 2017, p. 7).

Esses atos considerados protetivos ou preventivos, realizados por diferentes nações, estimulam a desumanização do migrante, reforçando o apagamento de sua individualidade e de suas necessidades, tornando-os apenas números e estatísticas que precisam ser combatidas. Essa perspectiva fundamenta a criação de diferentes leis anti-migrante, fenômeno que vem se intensificando nas últimas décadas em diversos países. Essas leis impulsionam o tratamento jurídico próximo de um direito penal do inimigo, como, por exemplo, na busca pela criminalização e detenção de migrantes que não portam documentos, no impedimento de acesso ao mercado de trabalho, além de ações voltadas às práticas religiosas, como a proibição do uso do véu islâmico integral, a burca e o niqab na França.

Essas atitudes estimulam práticas de denunciamento que, em alguns casos, acomete também aqueles que buscam auxiliar os migrantes. Um exemplo dessa prática pode ser visto na França, onde se buscou recuperar a ideia do “delito de solidariedade,” que objetiva criminalizar pessoas que dão auxílio a migrantes indocumentados (Instituto, 2010). Nessa perspectiva, podemos destacar ainda as punições por auxílios a migrantes destinadas às ONGs, como, por exemplo, a ONG *Sea Watch International*, em que a capitã, Carola Rackete, foi presa por levar, sem permissão das autoridades italianas, um barco com cerca de 40 migrantes recolhidos em situação de perigo no Mar Mediterrâneo.

Segundo Rackete, “às vezes são necessários atos de desobediência civil para fazer valer os direitos humanos e levar as leis injustas perante um juiz” (Capitã, 2019). A fala da capitã denota a necessidade de gerar um desafio legal às leis anti-migração, nesse caso, italianas, mas também, em provocar um debate sobre a questão em todos os países da União Europeia que, nos últimos anos, praticamente deixou a cargo da sociedade civil as ações de salvamento no mar. Segundo a Organização Internacional para as Migrações, o Mediterrâneo central é a rota de migração mais mortífera do mundo, com quase 20.000 pessoas mortas ou desaparecidas desde 2014 (Oim, 2023).

Os exemplos acima citados tornam a questão ética no âmbito das migrações ainda mais complexa, pois não envolvem somente os migrantes que se deslocam por iniciativa própria, mas, também, pessoas que são obrigadas a deixarem seus países, tornando-se refugiadas. Nessa perspectiva, entende-se como refugiados aqueles que saem de seus países motivados por conflitos armados e violência generalizada; questões políticas; intolerância étnica e/ou religiosa; e violação massiva dos direitos humanos. Apesar de não estarem vinculados aos acordos relacionados ao refúgio, podemos citar ainda os refugiados climáticos, que nos últimos anos crescem exponencialmente.

A condição de refúgio tensiona ainda mais o dilema ético em torno do assunto, já que expõe um quadro de responsabilidade por uma pessoa em condição de vulnerabilidade jurídica e política. Tentando se furta desse embate, diversas nações criam estratégias para fechar suas fronteiras para os refugiados ou mesmo, como no caso já citado do Mediterrâneo, simplesmente ignoram as vidas submetidas à travessia. Quando conseguem aportar, a estrutura burocrática também se torna outro elemento dificultador. O acesso ao pedido de refúgio, a permanência em campos de concentração e as dificuldades na busca por parentes promovem ações pouco efetivas, geralmente criando um jogo de empurra entre instituições, e abrindo espaço, inclusive, para redes criminosas.

Essas redes se aproveitam da condição de vulnerabilidade dos refugiados para atraí-los com promessas de acomodação, transporte, emprego ou outras formas de assistência, o que pode levar a situações de coerção ou aprisionamento. Nesse cenário, a exploração se dá das mais diversas formas, como exploração sexual ou outros tipos de violências de gênero, trabalho forçado ou práticas análogas à escravidão, mendicância forçada, ou mesmo criminalidade.

Esse cenário de negligência é aprofundado quando os refugiados são vistos apenas pela perspectiva econômica ou política, distanciando-se das questões humanitárias, e sendo predominantes apenas nas mesas de negociação, onde diferentes países evitam se comprometer com as vidas humanas em deslocamento. Nesse sentido, migrantes e refugiados tornam-se elementos centrais no discurso de políticos conservadores, que acentuam a xenofobia, a perseguição e a exclusão, e mesmo a culpabilização por problemas que eventualmente o país esteja atravessando.

Na Itália, como já citado no caso de Rackete, a campanha contra a migração foi fortemente protagonizada por Matteo Salvini, líder do partido ultradireitista, Liga. Enquanto ministro do Interior, Salvini aprofundou uma campanha antirrefugiados, sempre em tom de ameaça aos países vizinhos que, em sua visão, pouco ajudavam a Itália no resgate de refugiados; quanto às pessoas em situação de refúgio, como em sua fala ao assumir o cargo em 2018: “acabou o recreio para os **clandestinos**. Façam as malas e partam” (Fernandes, 2018).

A conduta de Salvini nos remete à citação inicial deste texto, proferida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante sua trajetória política, Bolsonaro criticou diversas vezes as políticas migratórias brasileiras, destinando suas críticas, inclusive, à Lei de Migração sancionada em 2017, que revogou o Estatuto do Estrangeiro, criado durante a ditadura militar. A Lei de Migração é considerada um grande avanço do ponto de vista dos direitos humanos, já que, ao contrário do documento anterior, não vê o migrante como uma ameaça, mas sim, como uma pessoa dotada de direitos e garantias.

Para a Lei de Migração, é garantida ao migrante a condição de igualdade aos nacionais, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e ao acesso aos serviços públicos de saúde e educação. Entretanto, durante o governo Bolsonaro, muitas portarias foram editadas, contrariando os direcionamentos da Lei. Parte dessas portarias foram possibilitadas por conta da pandemia de Covid-19, que impôs uma série de restrições nas fronteiras, punindo, inclusive, quem tentasse entrar com a inabilitação do pedido de refúgio.

Ou seja, tanto no exemplo brasileiro e italiano - e em tantos outros que poderíamos ter aprofundado neste texto - demonstram que discutir sobre a é uma exigência contínua, e que mesmo quando direitos são alcançados, como no caso da Lei de Migração, dependendo de outros arranjos políticos, sua aplicabilidade pode ser dificultada impedindo processos em andamento e, por vezes, retrocedendo em práticas já consolidadas. O crescimento da extrema direita e de seus discursos conservadores nos instiga a pensar que uma ética das migrações é possível, “exercendo uma constante vigilância crítica contra essas tentações totalitárias e argumentando em prol de um cuidado para com a vulnerabilidade que marca a nossa condição humana comum” (Gomarasca, 2017, p. 15).

Nesse exercício de contínua vigilância, vale destacar que o Brasil voltou a fazer parte do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, assim que o presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu seu mandato, no início de 2023. O atual governo também criou um grupo de trabalho para debater a criação de uma política migratória no Brasil composta por diferentes entidades. E é nesse cenário que recentemente foi divulgada uma pesquisa inédita realizada pelo Datafolha (Recepção. 2023) junto à Conectas intitulada “Opiniões sobre Migrações.”

A pesquisa apontou que a maior parte dos brasileiros (61%) pensa que o governo federal deveria ter políticas e ações para migrantes em situação de vulnerabilidade (Maioria, 2023).

Além disso, oito em cada dez brasileiros concordam com a frase: "todos os migrantes devem ser acolhidos, independente da raça, religião, gênero, idioma ou nacionalidade"; já sete em cada dez pessoas concordam que migrantes devem ter os mesmos direitos e deveres dos brasileiros, tendo acesso a serviços públicos como saúde e educação, além de benefícios sociais como o Renda Brasil e a previdência. Também são sete em cada dez brasileiros que entendem que, além de acolher, é preciso criar políticas públicas para a inserção de migrantes em nossa sociedade. Com dados semelhantes, 75% dos entrevistados acreditam que, se o migrante tem residência fixa, paga impostos e trabalha, também deveria ter direito ao voto. E outro dado importante é que 68% dos brasileiros concordam com a frase "nenhum ser humano é ilegal" (Maioria, 2023).

Encerrar este texto com os dados levantados por esta pesquisa nos ajuda a perspectivar possibilidades de observar a situação migratória a partir de lentes mais humanas, mais solidárias. Apesar do avanço do conservadorismo no Brasil, e de quatro anos de um governo que incitava ódio, perseguição e exclusão – lembrando que o mandato de Bolsonaro acabou, mas o Bolsonarismo não -, ainda temos condições de pautar uma discussão a respeito das migrações baseada na humanidade e na acolhida, contribuindo para que a discussão em torno da ética no âmbito das migrações seja pautada em torno daquilo que nos une: a condição humana.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Local: Zahar, 2017.

BOLSONARO, Jair Messias. (@jairbolsonaro). **Pacto Migratório**: [imagem]. 09 jan. 2019, 6:57 am. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. LEI Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

RECEPÇÃO de migrantes no Brasil depende da raça e da cor, aponta Datafolha.

Conectas: Direitos Humanos, 07/06/2023. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/recepcao-de-migrantes-no-brasil-dependera-da-raca-e-da-cor-aponta-datafolha/>> Acesso em: 10 ago. 2023. FERNANDES, Thalia. Bolsonaro diz que Brasil é soberano para decidir sobre migração após saída de pacto global. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 09 já. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/bolsonaro-diz-que-brasil-e-soberano-para-decidir-sobre-migracao-apos-saida-de-pacto-global.shtml>. Acesso em: 21 out. 2023.

I INTITUTO Brasileiro de Ciências Criminais. Delito de solidariedade. **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/delito-de-solidariedade/2351701>>. Acesso em: 20 maio 2023.

OIM alerta para primeiro trimestre mais mortal no Mediterrâneo desde 2017. **ONU News:** Perspectiva Global Reportagens Humanas. 13/04/2023. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2023/04/1812757>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAPITÃ que salvou 40 migrantes diz que Matteo Salvini é “racista”. **Carta Capital.** 06/07/2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/capita-que-salvou-40-migrantes-diz-que-matteo-salvini-e-racista/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

FERNANDES, Jorge Almeida. “Acabou o recreio, façam as malas e partam”, diz Salvini aos imigrantes. **IHU: Instituto Humanitas Unisinos.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579662-acabou-o-recreio-facam-as-malas-e-partam-diz-salvini-aos-imigrantes>>. Acesso em: 20 maio 2023.

MAIORIA dos brasileiros acredita que governo deve ter mais políticas para receber migrantes. **Conectas:** Direitos Humanos, 07/06/2023. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/maioria-dos-brasileiros-acredita-que-governo-deve-ter-mais-politicas-para-receber-migrantes/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

REDAÇÃO. Bem antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. **Gazeta do Povo**, 15/01/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>> Acesso em: 30 maio de 2023

GOMARASCA, Paolo. Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética . **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 25, n. 50, p. 11-24, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/KDWB6fVWDvxDtrhX33QhWDC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01 de maio de 2023.

MARINUCCI, Roberto. O mal-estar da ética no âmbito das migrações. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 25, n. 50, p. 7-10, ago. 2017, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/DFckGtKddMnsR8kmmJDn3Fp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01 de maio de 2023.

10

Núcia Alexandra Silva de Oliveira

ÉTICA E ENSINO DE HISTÓRIA:

**COMPROMISSOS PELA
AÇÃO DEMOCRÁTICA**

CONSIDERAÇÕES PARA INICIAR A CONVERSA....

Nunca me ocorreu escrever um texto sobre ética. E explico: o tema que temos como questão estruturante deste livro não esteve na linha de investigação de meus estudos e, assim, não houve a necessidade de uma escrita. Por outro lado – e aqui reside umas das razões de aceitar a tarefa deste texto – a ética como prática nunca se descolou das ações que vivenciei nas minhas diferentes experiências de trabalho – especialmente aquelas vividas no espaço escolar. E assim é a vivência ética estabelecida neste lugar que moverá a escrita desse texto – que opto em escrever como uma “conversa” entre esta professora pesquisadora e você leitor/leitora que me honra com seu tempo.

Buscando responder à demanda dos organizadores do livro, buscarei apresentar reflexões sobre os compromissos éticos de historiadores e historiadoras em suas áreas de trabalho. E especificamente, trago a intenção de contribuir abordando alguns dos compromissos éticos estabelecidos nas práticas docentes e experimentados no espaço da sala de aula, mais precisamente em aulas de História. Adianto que não pretendo listar procedimentos ou pautar receitas..., mas sim, escrevendo na 1ª pessoa – e, portanto, assumindo a autoria da reflexão – a ideia é somar a minha voz a de tantos colegas que têm estado à frente de salas de aulas realizando árduas tarefas relacionadas ao ensinar História no Brasil pautados pelo compromisso com a democracia em suas relações incontestáveis com a ética. Buscarei alguns exemplos e situações vividas em sala de aula como modo de estabelecer exemplos através de vivências que são minhas que também poderiam ser de colegas.

A intenção deste texto é, portanto, refletir sobre desafios que atravessam o dia a dia de profissionais da História considerando que um dos modos para os enfrentar possa ser buscado

em nossa formação. Como pretendo discutir o compromisso com a ética em nosso trabalho é peça chave e sempre esteve presente no mesmo em diferentes dimensões, sejam elas teóricas e práticas. Sabemos que os últimos tempos têm sido de questionamentos sobre o fazer docente. Grupos com intenções políticas que se afastam dos verdadeiros interesses da educação colocaram sob suspeita professores e professoras. Um movimento aliás cuja preocupação nunca esteve em melhoria da qualidade educacional ou da realidade desses profissionais e que longe disso, buscou desqualificar quem sempre esteve na linha de frente das preocupações com o ensino. Insinuar que o trabalho de professoras e professores não é ético é um desserviço que precisamos enfrentar usando aquilo que nos é mais importante: a preocupação e o respeito aos estudantes, aos temas que levamos para sala de aula e aos métodos de trabalho pautados pelo diálogo e respeito à democracia.

SOBRE A ÉTICA E SUA PRESENÇA NO TRABALHO HISTORIOGRÁFICO E NO ENSINO

Parece-me oportuno iniciar as reflexões por uma questão elementar: o conceito de ética. No verbete do *Dicionário de Conceitos históricos* somos advertidos logo de início: “Tema complexo, a ética envolve ao mesmo tempo reflexões metafísicas e reflexões sobre os problemas concretos da vida” (Silva; Silva, 2019, p. 119). Considerando a complexidade do conceito e os limites desse texto não pretendo me alongar sobre essa significação, no entanto, entendo ser importante trazer considerações sobre as implicações e usos do termo. Em muitas situações cotidianas ou frente a escolha relacionadas a determinadas temáticas é possível perceber o uso da palavra ética para atribuir sentido de “certo” ou “errado” ao assunto em pauta.

Também há situações em que encontramos a utilização do termo em associação à valores religiosos ou de cunho moral. Tais confusões ou deturpações quanto ao sentido e a utilização da ética precisam ser evitados a fim de que a mesma possa ser de fato compreendida em sua importância. Ainda citando o referido verbete, importante assinalar que: “A ética, do ponto de vista da Filosofia e da História, apela para a liberdade e a autonomia do ser racional, e não para a autoridade divina ou religiosa” (Silva; Silva, 2019, p 122).

Assim, compreende-se que falar em ética não é optar por validações externas – sejam elas de cunho moral, divino ou religioso. Antes disso: ética é um compromisso que precisa ser estabelecido e vivenciado entre os sujeitos que visam uma convivência comum e de respeito. Trata-se de aspecto imprescindível em qualquer sociedade e em qualquer tempo, mas que de modo algum se dá fora das relações humanas e suas atividades nos mais variados aspectos.

Abordar a ética no trabalho historiográfico e educacional, portanto, é tratar dos métodos, das escolhas e demais compromissos que envolvem a História como ciência e como disciplina escolar. É nesse sentido que se dá o encontro inequívoco entre ética e os/as profissionais de História nos diferentes campos de sua atuação, pois não existe o exercício da escrita ou da docência em História sem a ética. Como fator balizar de ações essenciais como a seleção de documentos, a leitura, a produção de narrativas – a ética atravessa de uma ponta a outra o trabalho daqueles/as que se dedicam à História.

Partindo desse princípio cabe comentar na sequência deste texto alguns pontos para demarcar como as práticas historiadoras na pesquisa e no ensino têm sido pautadas pela ética como compromisso.

A começar pelo método e o uso dos documentos históricos. Falar sobre o método historiográfico é levantar uma questão que envolve olhar para a própria história desta ciência. Como a questão é ampla, seleciono aqui os aspectos mais pontuais e relativos às

associações que pretendo fazer. Escolho lembrar que a escrita da história não prescinde de rigor metodológico na medida que este é justamente o aspecto mais indicador de que escrever história é estabelecer processos, regras e procedimentos para guiar um trabalho de observação e leitura crítica sobre o passado e o tempo. (Bloch, 2001). Um trabalho que se faz coerente e, portanto, passível de ser definido como ético na medida que é organizado através de um “rigor” que contempla a escolha, a seleção, a leitura crítica de documentos (em seus diversos formatos e possibilidades) que possam contribuir para a construção de nossos conhecimentos sobre o passado e o presente.

Sabemos então que o compromisso com o passado, sobre o que e como escrevemos sobre ele se dá porque o método nos orienta e rege o nosso trabalho. Trata-se de um pacto de confiança estabelecido com a própria ciência e seus determinantes e também em diálogo entre os pares. Mas cabe dizer que as fronteiras desse modo de construção precisam ser expandidas no sentido de informar a um público mais amplo a respeito dos modos pelos quais escrevemos, produzimos e ensinamos História. Aliás, em tempos recentes esse tem sido um ponto sobre o qual devemos nos debruçar com redobrada atenção como um compromisso do campo.

Movimentos de revisionismo histórico, de negacionismos aos saberes históricos, à ciência que é a História, e mesmo a própria noção de ciência, têm sido uma constante nos últimos anos. Este é um enfrentamento que se dá em diferentes áreas e espaços e que tem chegado as salas de aula com um complicador para o processo de ensino e aprendizado. Isso porque esses elementos chegam como verdades absolutas ou de modo a refutar (sem qualquer fundamentação devida e sem rigor metodológico) o que está sendo posto pelos livros didáticos e pelos professores e professoras. Temos a nossa frente um grande desafio: como refutar o negacionismo? Como dar aulas de História frente a revisionismos torpes que são comunicados aos estudantes em diferentes espaços?

Ensinar História é uma árdua tarefa, pois exige de nós estabelecer comunicação com quem aprende. Não se trata de convencimento sobre os fatos, nem de transpor informações para os estudantes. Aposto, portanto, que precisamos novamente nos mover com nossos métodos de trabalho para estabelecer outros canais de comunicação. Importante lembrar que no processo de ensinar História também temos métodos que nos orientam e fortalecem nossas práticas e esses podem ser de grande valia no movimento de refutação aos negacionismos e de estabelecimentos de procedimentos éticas para o ensino de História.

Profissionais em atuação em diferentes etapas educacionais sabem que para uma efetiva relação de confiança ser estabelecida suas ações precisam ser pautadas por escolhas cuidadosas e rigorosas que visam atender demandas como: seleção dos conteúdos, diversidade de temáticas, seleção e usos de documentos como evidências históricas. Esse processo de ensino que se aproxima do método historiográfico de pesquisa e produção de saberes a partir de documentos é um suporte importante para que eventuais ações de negacionismos não tenham lugar nas aulas de História.

Em situações de ensino têm sido muito comuns estudantes trazerem para a sala de aula referências como as ditas *fake news* ou mesmo informações sobre histórias compartilhadas por *sites*, perfis que abordam conteúdo de história sem necessariamente um estudo devido e coerente. Esses/as estudantes confundem opiniões com saberes e apresentam, portanto, argumentações que não dialogam necessariamente com o fazer histórico. Nesse aspecto me parece importante dizer que temos aqui um desafio conhecido: a abrangência que canais, perfis e outros tipos de mídia da área da internet possuem. Eles circulam em grande velocidade e volume e talvez esteja aqui um dos maiores enfrentamentos da pesquisa e do ensino de História em nosso tempo! Não temos os mesmos espaços e sequer teremos os mesmos públicos, mas preciso crer que no movimento de cada sala de aula possa ser feitas pequenas e constantes

inserções para que cada estudante tenha suas próprias ferramentas para questionar o que lhes chega como informação. As aulas de História precisam ser o lugar de conhecer o processo de produção do conhecimento histórico balizado pela ação da investigação crítica, das ponderações com diversas fontes, do estabelecimento de narrativas que contemplem o respeito aos sujeitos em sua diversidade e pluralidade. E esse é de fato nosso compromisso como educadores não apenas na tarefa do ensino de História, como no ensino da própria ética como prática.

Tendo abordado alguns aspectos sobre a questão dos métodos, faz-se necessária destacar como a escrita de narrativas sobre a História demanda também o compromisso com a ética. Por que escrevemos história? Por que aprendemos História?

Também nesse aspecto é importante estabelecer como meta a compreensão das funções que podem ser associadas ao conhecimento histórico. Quero apontar aqui para a importância das narrativas históricas em nosso cotidiano. E para tanto uso de uma situação muito recorrente em sala de aula: o questionamento feito por estudantes da educação básica sobre a utilidade ou do porquê se estuda o passado.

“Para que nos serve estudar história, professora?” Quantas vezes essa pergunta ecoou em minhas aulas eu não saberia dizer. Mas sei que muitas crianças e adolescentes me fizeram essa pergunta em diferentes momentos de minha trajetória como professora. Também a vi ser feita aos estagiários e estagiárias que acompanho atualmente como professora das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado. Confesso que não lembro os modos pelos quais as respondi, mas espero sinceramente que de alguma forma eu tenha instigado os/as estudantes pensar que aprender História é um bom modo de aprender a fazer perguntas, a relacionar o que vivemos hoje com o que foi vivido no passado.

Crianças, adolescentes e jovens de diferentes idades têm aulas de História durante todo seu processo de escolarização e diferentes

gerações de professores e professoras devem ter ouvido a mesma pergunta a respeito da função da História. Atualmente o desafio de responder à indagação sobre a “utilidade” da História nos coloca novamente frente às tecnologias e não seria errado pensar que a pergunta de um estudante possa vir seguida de “isso eu posso aprender no Google, professora”. Professores e professoras sabem que precisamos mais do que boas ferramentas de busca para aprender História e que é grande o desafio de avançar (e superar) a ideia de que conteúdos históricos são mais do que dados a decorar, fatos a saber ou nomes a conhecer. Ensinar e aprender História é um compromisso de formação de pensamento. De estabelecer mecanismos de interpretação e sentido sobre o passado e sobre o que vivenciamos a partir dele.

Quero insistir, portanto, sobre um aspecto: a importância de estabelecer como compromisso ético do trabalho de/em sala de aula a reflexão sobre a função do aprendizado histórico como processo pautado por ações que estimulem a criticidade, a construção de argumentos, o uso reflexivo dos documentos históricos para a construção dos saberes e das narrativas sobre a História (Prats, 2006). Esses elementos podem nos permitir alargar fronteiras importantes para enfrentar os desafios atuais vivenciados dentro das salas de aula e fora dela.

CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR A CONVERSA...

A Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) publicou recentemente importante documento intitulado Compromissos éticos da docência em História (2022). O texto visa colocar em discussão um processo de debates empreendidos pela referida associação que estabeleceu desde 2020 uma comissão para estudar as situações de perseguição aos profissionais de História em seus

espaços de trabalho. Trata-se segundo a ABEH de um esforço coletivo de enfrentamento e respostas que se efetivaram em um texto de pactuação em torno de 10 compromissos éticos para a docência em História. Entre tantas passagens do referido texto uma frase me parece oportuna de ser lembrada aqui: “Um ensino de História antiético, antes de qualquer coisa seria um ensino negligente com a ciência histórica, com a metodologia do ensino e aprendizagem e com os/as estudantes” (Abeh, 2022, p. 9).

A frase citada dialoga com as questões que busquei apresentar nessa breve reflexão pois reforça a ideia de que nosso maior compromisso frente à busca por práticas éticas na pesquisa e no ensino está no fortalecimento da História. E não apenas isso: também no alargamento de suas fronteiras no sentido de uma maior divulgação de nossos métodos de trabalho e das intenções do mesmo. Profissionais de História ajudam a contar sobre o passado – sejam com suas pesquisas, seja com suas aulas – e fazemos isso para que o passado possa ser acessado, debatido e compreendido em seus sentidos no presente. Trata-se de tarefa inegável para que possamos continuar a viver no difícil (e frágil) processo social da democracia.

Como apontei no início desta reflexão, entendi que esse texto poderia ser uma conversa e nesse sentido não o vejo como algo definitivo. Lancei questões buscando alinhamentos com os debates difíceis que temos presenciado em salas de aula, em reuniões, em salas de professores/as quando buscando compreender os negacionismos, os medos de professores e professoras, a indignação dos/as mesmos/as. Tempos difíceis – era essa a conclusão geral. Ainda que as dificuldades estejam ainda postas, cabe encerrar com uma generosa pitada de esperança: o trabalho de professores e professoras sempre foi no sentido de promover mudança e nesse contexto não haveria de ser diferente. Seguimos!

REFERÊNCIAS

ABEH. **Compromissos éticos da docência em história**. Ponta Grossa: ABEH, 2022. Disponível em: https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14. Acesso em: 21 out. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PRATS, Joaquín. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. **Educar**, Curitiba. Especial, p. 191-218. Editoria UFPR, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Local: Editora Contexto, 2019.

11

Reinaldo Lindolfo Lohn
Thiago Reisdorfer

HISTÓRIA
DO TEMPO PRESENTE:
POLÍTICA E CULTURA

A história do tempo presente vem se consolidando como campo internacional de investigações. A exploração de seus domínios, em termos epistemológicos, metodológicos, conceituais e políticos, envolve tensões próprias a discussões e problemáticas que estimulam intersecções entre o debate político e a produção social de memórias no tempo presente. Quando são levadas em conta as diferentes escalas de observação de fenômenos históricos que, em boa parte dos casos, seguem em andamento, tal complexidade é ampliada. No Brasil, o domínio da História do Tempo Presente conta com significativo volume de pesquisas e publicações que abordam diferentes elementos do presente enquanto tempo histórico.

Por outro lado, configura-se como uma proposta de produção historiográfica que não se esquia dos debates que marcam as vivências e as presenças políticas. A perspectiva de que a temporalidade histórica envolve diferentes camadas e experiências, sendo que haveria tanto passados quanto futuros em interação no tempo presente suscita o estudo de fenômenos e eventos em diferentes dimensões.

Tal complexidade adquirida pelo campo de estudos, situado em um domínio fronteiro e transdisciplinar, favorece debates sobre perspectivas interpretativas e noções conceituais que são mobilizadas para as investigações de processos que estão decorrendo e permanecem inacabados.

Cabe, assim, explorar a ampliação de possibilidades para uma escrita da História que visa formas de narrar nosso tempo e nossas vivências. Os estudos sobre sociedades como a brasileira e outras do chamado Sul Global no tempo presente apontam para processos e aspectos que ultrapassam as fronteiras do Estado-Nação, campo consagrado pela historiografia do século XIX, bem como disputam formas distintas de pensar e experimentar o tempo em diferentes culturas. Assim, o presente enquanto temporalidade histórica, tem suscitado a atenção de historiadores e historiadoras

que têm interesses em temáticas tão diversos quanto as culturas urbanas e as culturas políticas, evidenciando sociabilidades que expressam experiências geracionais, étnico-raciais, de classes ou de gênero, entre outras.

Em particular, tal historiografia favoreceu o despertar de estudos renovados do político, o que na América Latina tem levado a estudos de processos sociais que envolvem formas de autoritarismo e possibilidades de democratização em meio às disputas em torno das memórias de longos períodos de ditaduras que permanecem como parte integrante dos conflitos sociais que ocorrem no presente. Neste aspecto, o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) vem sendo alvo de escrutínio público e despertado a atenção pelo conjunto de informações falsas ou distorcidas que são evocadas por grupos organizados em torno de pautas conservadoras e, principalmente, reacionárias. O negacionismo acerca das violações aos direitos humanos e aos mecanismos que foram estruturados em torno do terrorismo de Estado posto em prática pelo regime autoritário tem sido uma das marcas da reorganização de uma nova direita no Brasil, a qual levou ao poder um dos representantes que de modo mais duradouro defendeu a ditadura ao longo de sua atuação parlamentar desde a década de 1980.

É diante deste tipo de enfrentamento que historiadores e historiadoras foram mobilizados a deixar uma certa zona de conforto metodológico legado pelos pressupostos delimitados desde o século XIX, os quais demarcavam uma fronteira rígida entre passado e presente. A História do Tempo Presente é, em larga medida, uma resposta à necessidade de uma historiografia que não seja refém de balizas consagradas e que põe em questão sua própria base epistemológica, ou seja, uma temporalidade que seria a mesma em toda parte e para todas as sociedades. Recentes movimentos sociais na América Latina revolvem camadas de tempo que fazem parte das vidas de populações inteiras, mas que permaneceram soterradas por concepções lineares e por uma cartografia do tempo histórico que

silenciou experiências e invisibilizou grupo inteiros. Historiadores e historiadoras são chamados a se apressar na produção de ideias e interpretações que possam renovar o papel social do conhecimento histórico, assumindo posições e interferindo nos debates. Tal historiografia engajada em seu tempo deixa de reduzir-se à tarefa de realizar o luto das gerações passadas e passa a produzir uma História dos vivos e para os vivos. Em nosso caso, o tempo vivido é o de grupos e camadas sociais que lutam para se tornarem sujeitos do conhecimento, o que demanda explorar fronteiras e praticar uma historiografia em permanente questionamento de sua própria provisoriedade, superando “a esterilização da ciência histórica, seu enclausuramento quase inexorável à panelinha dos cientistas” (Dumoulin, 2017, p. 302). Quem se dedica à História do Tempo Presente aceita correr riscos, mas não perde de vista que o presente é espesso e denso, posto que composto por camadas que só não são visíveis quando as ferramentas metodológicas disponíveis se restringem aos de uma historiografia marcada pela arquitetura rígida das grandes narrativas.

Os processos políticos recentes no Brasil não são barreiras à produção de conhecimento e à análise historiográfica. O revolver de camadas históricas que pareciam apaziguadas e que se tornaram parte necessária dos debates políticos pôs em movimento processos e conflitos sociais e culturais de grande vulto, mobilizando as ruas e desconcertando analistas da grande mídia corporativa. Protestos, repertórios sociais e campanhas eleitorais desde meados da década de 2010, mostraram faces em torno de um discurso reacionário que desafia a trajetória da transição política brasileira iniciada nos anos de 1970 e que se consagrou em uma institucionalidade que se pretendia incontestável. A imensa adesão à direita política e, em especial, a seu segmento mais reacionário dominou o debate público.

Sabe-se que a estruturação da ditadura militar havia mobilizado uma base social que contou com políticos, empresários, grandes proprietários de terra e dos meios de comunicação, mobilizando diferentes frentes. Desde pretensamente refinados liberais,

passando por conservadores defensores de relações tradicionais, chegando a violentos integrantes do aparato repressivo, os discursos do anticomunismo e da imposição de um capitalismo concentrador de riquezas e gerador de miséria juntaram-se em torno de um regime de força. Tais relações apareceram renovadas, na forma de personagens mais ou menos bizarros e de mensagens que soam absurdas a certos ouvidos. As novas tecnologias da informação deram unidade a falas díspares, ameaçando ultrapassar a arquitetura institucional. O campo de batalhas hoje envolve a indústria cultural, a internet, as escolas e as universidades.

Um dos aspectos dos conflitos políticos recentes é o de que em grande parte são travados em um terreno que é dificilmente identificado por sondagens baseadas em formas analíticas consagradas. Uma possível abordagem da questão situa a discussão no âmbito do que alguns autores vêm chamando de guerras culturais, nas quais as questões de comportamento e as identificações sociais ganham uma relevância que recompõe as fronteiras do que antes delimitava espaços públicos e privados. Tal conflagração tem sido particularmente importante nas salas de aula, afetando inclusive a produção intelectual no país. Reacionários acusam docentes de diferentes níveis de ensino de praticarem o que seria uma ampla “doutrinação” em favor de fantasmas como o “comunismo” ou uma pressuposta “ideologia de gênero”. Na narrativa reacionária isso teria sido patrocinado por governos de esquerda, particularmente no período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente do governo federal.

Segundo James Davidson Hunter (1996), guerras culturais seriam uma denominação possível para um fenômeno em que polarização política envolve os significados atribuídos aos valores supostamente transcendentais. Inicialmente identificado nos Estados Unidos ao longo do período de governo de Ronald Reagan (1980-1988), tal processo desdobrou-se em um intenso conflito a respeito da própria delimitação de uma ideia de nacionalidade naquele país. Quando a Guerra Fria deixava de ser um vetor de mobilização social,

as direitas abriram uma nova frente capaz de gerar adesões sociais em torno de pautas morais e da singularidade do Estado-Nação, impedindo qualquer questionamento às narrativas históricas consagradas em torno de uma civilização cristã e ocidental. A religiosidade tornou-se fator político preponderante, marcando uma época em que televangelistas neopentecostais passaram a reunir mais pessoas do que encontros, assembleias ou agrupamentos sociais e políticos. Identidades culturais estáticas são evocadas em discursos consagratórios de mitologias que dariam legitimidade a padrões de comportamentos incontinentes, opondo-se a quaisquer contestações progressistas (Ávila, 2011).

Um movimento de reacionarismo político amplo faz uso explícito de narrativas acerca do passado e põe em dúvida a produção historiográfica. Evocando um passado estático, coalizões políticas reacionárias que envolvem política, religiosidade, tecnologia da informação e bilionários dos setores estratégicos da economia capitalista impõem um programa de ação que domina a esfera cultural, ao passo em que envolve novas formas de reprodução do capital.

A reorganização do discurso político conservador atinge diferentes dimensões da experiência social brasileira e internacional. Uma das características fundamentais de sua emergência e disseminação no tempo presente é a mobilização de diferentes ferramentas virtuais, em especial, redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Instagram*, *Reddit* e, mais recentemente, *Tik Tok* e *Kwai*. Estas ferramentas, com seus suportes materiais, em especial os *Smartphones* e a disseminação de redes de conexão móveis de alta velocidade, são operacionalizadas como mecanismos de criação, disseminação, filtragem e identificação com discursos conservadores e reacionários. Esta proliferação, acompanhada pela ausência de regulamentação e mesmo de responsabilização de falas xenofóbicas, racistas, sexistas, negacionistas etc, cria desafios para sua identificação, combate e, no campo acadêmico, mesmo de pesquisa.

A ampliação dos espaços de atuação de grupos políticos conservadores e reacionários para o meio da internet tem gerado reverberações no campo de atuação de historiadores e historiadoras. Movimentos como o Escola Sem Partido incentivam a vigilância, a exposição e a perseguição a professores e professoras (em especial da disciplina de História) que, segundo eles, “doutrinam ideologicamente” crianças e adolescentes. A ideia de doutrinação, imbuída no contexto das guerras culturais, anula identidades e subjetividades infanto-juvenis, considerando os estudantes indivíduos passivos, inertes e indefesos. Apaga as complexidades da sala de aula e da relação docente/discente. Interditada e promovida, em muitos casos, autocensura de docentes que para se protegerem de assédios jurídicos e protegerem seus empregos precisam calar a respeito de diferentes questões e temáticas.

Retroalimentando este contexto temos a emergência de grupos culturais e midiáticos com a missão de produzir revisionismo histórico. Se o revisionismo histórico não é uma novidade – discussões a esse respeito na Europa, em especial com relação ao nazismo, são comuns e amplamente conhecidas – no caso brasileiro há uma disseminação de trabalhos nesse sentido no século XXI. Importante nessa proliferação foi a coleção de Guias Politicamente Incorretos da História²¹, que contou com edições dedicadas ao revisionismo da História do Brasil, da América Latina, da Economia, do Comunismo, etc. Sua disseminação gerou, inclusive, uma série televisiva no History Channel²².

Mais recente, mas com um alcance igualmente importante, temos a emergência do Brasil Paralelo, empresa que se espalhou a partir de 2016. Se os Guias mobilizam estruturas mais tradicionais

21 A coleção “Guia Politicamente Incorreto” conta com diferentes obras. A primeira e mais famosa é o Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil (2011) escrito pelo escritor Leandro Narloch.

22 O programa “Guia Politicamente Incorreto” é produzido e disseminado pelo History Channel. Foi apresentado em sua primeira temporada pelo *Youtuber* Felipe Castanhari e, na segunda, pelo jornalista Eduardo Bueno.

de proliferação – livrarias, imprensa tradicional, palestras, etc. – o Brasil Paralelo se pauta fortemente na disseminação on-line de suas produções. Apresenta em seu *site* um resumo de seus “propósitos” “Tudo começa com um propósito. O nosso? Resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros.” (Brasil Paralelo, 2022²³). Vemos na autodescrição a busca por um “resgate” de ideias e sentimentos que seriam parte de uma “essência” do coração brasileiro. Esse tipo de proposta colabora com a produção de legitimidade a padrões de comportamento tradicionais, como alertado por Avila (2011). Estas iniciativas se retroalimentam dentro do escopo das “trincheiras” da guerra cultural.

Quando vistas em conjunto, temos aqui importante estrutura cultural dedicada a revisar e a “corrigir” a História Brasileira. Sua atuação não ocorre apenas no sentido de rever “equivocos” que teriam sido cometidos por historiadores. O que vemos é, justamente, a mobilização do revisionismo como arma na Guerra Cultural. Isso fica evidente quando vemos os focos de boa parte deste material. Assim, destacar que Zumbi teria tido escravos possibilita atacar as discussões e os marcos históricos e culturais da cultura negra brasileira. Recriar de maneira enviesada a história da esquerda brasileira (onde todos aparecem como comunistas) permite enquadrar as esquerdas contemporâneas e ativar o medo do comunismo (Motta, 2019) no presente, algo muito visível nas corridas eleitorais da redemocratização mesmo com a queda do Muro de Berlim. O mesmo se repete em outros assuntos ricos a elementos progressistas da agenda política como o feminismo, o combate a preconceitos contra a comunidade LGBTQIAPN+, etc.

Essa reorganização do discurso político conservador, através de vários espaços, em especial meios virtuais, atingiu com força as esquerdas, no caso brasileiro principalmente o PT, mas também a direita tradicional, que se vê a cada eleição esmagada por vitórias

eleitorais de políticos-pastores ou políticos-empresários que tomaram de assalto a cena pública. Desde, pelo menos, 2013, os agrupamentos reacionários passaram a influenciar a conversação pública no âmbito dos meios de comunicação e das redes sociais, o que transpassa e movimenta-se para além de qualquer tipo de articulação que poderia ocorrer ou estar sob controle da esfera partidária. A rejeição à política brasileira organizada em torno dos grandes partidos e suas chamadas jogadas parlamentares chegou mesmo ao questionamento da ordem democrática e da institucionalidade pactuada no período posterior à ditadura militar, quando a chamada Nova República deu origem à Constituição de 1988.

Cabe ainda pensar como a História e, em especial, a História do Tempo Presente (HTP) se insere neste contexto. Como viemos abordando, a HTP se construiu questionando uma esterilização do conhecimento histórico. Os riscos e desafios assumidos por aqueles(as) que se dedicam a sua produção e disseminação se situam no campo teórico-metodológico, com a necessidade da compreensão do presente como um tempo espesso e denso. Mas também, se situam no campo do enfrentamento político gerado pelos combates culturais que se manifestam nas demandas por silenciamentos e censuras, na disseminação de *fake news* e revisionismos históricos enganosos e, em alguns casos, puramente falsificadores.

As consequências da derrota ou da fragilização desses debates são amplamente sentidas pela sociedade brasileira. Da revitalização de torturadores que agora são alçados, em setores do discurso público, a heróis da luta contra o comunismo, passando pela fragilização da democracia brasileira e desembocando na tragédia da pandemia de Covid-19 agravada pelos discursos anti-ciência, antivax e negacionistas. Neste contexto, cabe a historiadores e historiadoras adensar sua participação nos debates e embates socio-culturais do tempo presente. Trabalhos importantes de análise já têm sido produzidos por intelectuais de diferentes campos do conhecimento, e permitem uma visão mais complexificada deste contexto

(Messemerberg, 2017; Cesarino, 2019; Silveira, 2015; Bohoslavsky; Motta; Boisard, 2019). Para o aprofundamento destas discussões, a História do Tempo Presente é ferramenta fundamental e estratégica.

Por fim, a eficiência e efetividade da atuação da historiografia e da HTP precisa ser incrementada por contribuições que emergem em diferentes espaços, especialmente, no campo da História Pública que tem se dedicado a pensar formas de extrapolação dos muros acadêmicos pela historiografia. Há aqui, inclusive, o desafio de aprender com os adversários estratégias de comunicação, de disseminação e de construção de narrativas sem, é claro, perder o foco, a seriedade e a ética do trabalho historiográfico. Certamente essas ações se vistas isoladamente não serão suficientes para reverter as ondas negacionistas e reacionárias que atravessam a sociedade brasileira no Tempo Presente. Mas poderão colocar em perspectiva histórica e, a partir daí, funcionar como motores de disseminação de possibilidades e, por que não, de esperanças de transformação sociocultural.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, A. L. de. "A história em tempos de guerras culturais: O passado do Oeste norte-americano e a luta pública para definir a América nas décadas de 1980 e 1990". **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 243-270, 2011.

BOHOSLAVSKY, E.; MOTTA, R. P. S.; BOISARD, S. **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

BRASIL PARALELO. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>. Acesso em: 12/10/2022.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**. São Paulo. n. 3, v. 62. p. 530-557, 2019.

DUMOULIN, O. **O papel social do historiador**: Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HUNTER, J. D. "Reflexions on the Cultural Wars Hypothesis". *In*: Nolan Jr, J. L. (Org.). **The American Cultural Wars: Current Contests and Future Prospects**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1996. p. 243-256.

MESSENERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 32, nº 3, 621-647, 2017.

MOTTA, R. P. S. Anticomunismo e Antipetismo na atual onda direitista. *In*: BOHOSLAVSKY, E.; MOTTA, R. P. S.; BOISARD, S. **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

NARLOCH, L. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

SILVEIRA, S. A. Direita nas redes sociais online. *In*: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

12

*Joana Maria Pedro
Claudia Regina Níchnig*

ESCREVER HISTÓRIA DAS MULHERES NUMA ABORDAGEM DE GÊNERO, FEMINISTA E ARTICULANDO COM A CATEGORIA INTERSECCIONALIDADE, É POSSÍVEL?²⁴

24

O título do artigo teve inspiração em um dos capítulos do livro escrito pela historiadora francesa Michele Perrot. PERROT, Michelle (Org). **Une Histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivages, 1984.

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98980.12

A História das Mulheres se escreve a contrapelo, na contramão e não raro, marcada por disputas. É uma luta incansável para tornar visível a trajetória de mulheres e de pessoas que lutaram por direitos, nas diferentes esferas, e em favor da emancipação de outras mulheres, em prol de uma vida digna e sem violência. O que queremos enfatizar neste artigo é como a trajetória de historiadoras que escolhem enveredar pelos estudos de gênero, feministas e das sexualidades é uma estrada, muitas vezes entrecortada pelo ativismo feminista, portanto, marcada por um posicionamento ético e político, pelo pensamento crítico, e por propostas de inclusão e busca por justiça social.

O trabalho pioneiro em Santa Catarina, escrito por uma das autoras deste artigo, oriundo de sua pesquisa doutoral, “Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe”, enfocando principalmente o marcador de classe social, demonstrou como muitas mulheres foram subjugadas e submetidas às suas famílias, principalmente pais e maridos, bem como aos poderes locais, entretanto muitas mulheres escaparam e não se submeteram ao jugo familiar e social, resistindo e impondo suas formas de viver e resistir. Apesar de muitas transformações sociais e políticas no período estudado na pesquisa até os dias atuais, e as múltiplas transformações que sofreu a cidade de Florianópolis, desde o final do século XIX e início do século XX, ainda é possível observar que persistem sinais da persistência de um conservadorismo, que pretende condicionar a existência e o comportamento de mulheres, sendo trazido como exemplo neste artigo, a indicação de uma honraria destinada a homenagear mulheres com trajetórias singulares, que lutam pela libertação e autonomia de outras mulheres, neste ano indicada para uma mulher que ocupa um cargo político, mas conduzida a esse lugar de poder por pautas conservadoras e cristãs fundamentalistas.

Assim, embora tenhamos uma sociedade vigilante e um movimento feminista atuante na cidade, e apesar de atualmente a mesma estar entre as cidades mais conhecidas e visitadas do país, a história desta é marcada por uma pequena presença de mulheres

que ocuparam e ocupam cargos políticos, os quais mesmo após a atuação de movimentos de mulheres para que votem e sejam eleitas, muitas das mulheres que ocupam esses cargos na atualidade expressam e participam de partidos e grupos conservadores, que incentivam condutas como a submissão, a não autonomia, como se outras formas de se viver e experienciar suas vidas levassem ao fim da família. Estes exemplos de episódios da política local, entrelaçam história, usos da memória, protagonismo feminismo, pautas feministas e o conservadorismo.

Em 1997, foi criado pelo Poder Legislativo Municipal de Florianópolis, a medalha Antonieta de Barros. A medalha alusiva ao dia internacional da mulher, o 8 de março, tem como propósito, “homenagear mulheres que tenham se destacado nas áreas cultural, política, desportiva, empresarial e de prestação de serviços ou ação social no município de Florianópolis” e trata-se de um “símbolo físico de homenagem e será concedida em Sessão realizada na semana alusiva ao Dia Internacional da Mulher, às personalidades previamente referendadas pelo Plenário da Câmara Municipal de Florianópolis”²⁵. Primeiro é preciso destacar a importância do nome da medalha, que por si só carrega marcas das imbricações de gênero, raça e classe. Antonieta de Barros foi uma professora negra, nascida em Florianópolis,²⁶ sendo sua atuação marcada por levar o conhecimento, alfabetizando pessoas, tendo sido reverenciada pois “reconheceu a diversidade étnica e defendeu, tal qual nos dias de hoje, que a educação deveria ser o caminho para combater o ‘preconceito de cor’” (Romão, 2021, p. 253). Antonieta de Barros obteve destaque na imprensa catarinense e foi uma mulher engajada na esfera pública como escritora atuante em jornais e em atividades culturais.

25 Estado de Santa Catarina. Câmara Municipal de Florianópolis. Resolução nº 666/97. Disponível em: www.sistemas.sc.gov.br. Acesso em: 10.03.2023.

26 A obra da professora Jeruse Romão narra a trajetória de Antonieta de Barros (ROMÃO, 2021). Outras informações sobre sua trajetória política ver: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros. Acesso em: 02.03.2023.

Ela, por exemplo, foi a autora da legislação que homenageou as professoras e professores, tornando a data feriado educacional, em 12 de outubro de 1948, no Estado de Santa Catarina, e posteriormente em todo o Brasil (Romão, 2021). Antonieta de Barros é reconhecida como a primeira mulher catarinense a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa, e ainda a única mulher negra catarinense a ocupar este espaço legislativo. A deputada negra sofreu preconceito racial e se engajou em lutas coletivas, a favor da educação e do direito das pessoas menos favorecidas. Por isso Antonieta de Barros é hoje uma das heroínas da pátria²⁷, tendo sua luta reconhecida, pelo engajamento na luta das mulheres e da educação.

A medalha não poderia carregar um nome melhor, pois ao homenagear mulheres com destaque na sociedade catarinense, nas mais diferentes áreas, a proposta é espelhar a trajetória das homenageadas na trajetória da própria parlamentar negra, homenagem que também tem como buscar trazer sua memória a luz. Uma mulher que em seu tempo, lutou por inclusão social, por educação para todos, por igualdade de direitos, o que fez principalmente ao se engajar na luta pelo voto para as mulheres. Assim, ao lutar nestas frentes, usou o espaço da imprensa e da política para defender o direito da inclusão de todas e todos, o que conquistou através de sua coragem em expressar suas ideias e ao realizar suas práticas, como a criação de uma escola voltada para a alfabetização. Assim, como a trajetória exemplar de Antonieta de Barros, outras professoras e historiadoras foram merecedoras da indicação para o recebimento da honraria, sendo que ao dispensarem seus conhecimentos em favor da formação de pessoas ao longo de suas trajetórias fizeram jus à medalha, como foi o caso de uma das autoras deste artigo²⁸, as professoras Jeruse Romão e Joana Passos, a primeira é a autora do livro que trata

27 Somente em 2023, através da Lei nº. 14.518, de 4 de janeiro, Antonieta de Barros foi inscrita no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 07/03.2023.

28 Professora Joana Maria Pedro recebeu a honraria em 2010.

da vida e obra de Antonieta de Barros (Romão, 2021) e a segunda é a atual vice-reitora da Universidade Federal de Santa Catarina, ambas importantes ativistas e representantes do movimento de negras e negros em Santa Catarina. As três mulheres citadas são alguns dos merecidos exemplos de mulheres que tiveram suas trajetórias marcadas pela atuação em prol da educação, do pensamento livre e crítico.

Neste ano, a indicação do nome da deputada catarinense Ana Carolina Campagnolo²⁹ trouxe perplexidade para os movimentos feministas, de mulheres e movimento negro da capital catarinense. Afinal a trajetória e a ascensão política da deputada foi pautada fortemente no anti-feminismo e nas pautas cristãs fundamentalistas, da ideologia de gênero, por exemplo, sendo estas pautas contrárias ao respeito e aos direitos humanos e à igualdade entre homens e mulheres. Note-se que um dos argumentos da Deputada que pretende receber a medalha é que o partido que elegeu a Deputada Antonieta de Barros foi o Partido Liberal e que ela era uma mulher cristã. Esquece que o Partido Liberal de 1932 não é o mesmo de hoje, as pautas são muito diferentes, além disso, nos anos 30, uma mulher que quisesse ser professora precisaria ser cristã e solteira³⁰. Por esse motivo, essa indicação nos provocou a escrever o presente artigo, que relaciona história, ética e os estudos de gênero e feministas. É possível fazer ciência, a partir de uma perspectiva feminista, sem estar pautada na ética e na crítica? Vamos procurar responder esta questão, provocando um debate que possa ser útil para todas as pessoas, mas que leve as provocações diretamente para a comunidade de historiadores e historiadoras, que entendemos ser uma categoria pautada na ética na produção científica e no pensamento crítico.

29 Ana Caroline Campagnolo é "deputada estadual do PL em Santa Catarina, única mulher conservadora do parlamento, nasceu em Itajaí, é professora de História, dos cursos on-line Clube Campagnolo, Clube Antifeminista e Clube Brasil". Disponível em: <https://www.anacampagnolo.com.br/>. Acesso em 28.02.2023

30 LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. Ed. 9, São Paulo: Contexto, 2008, p. 468.

Embora a comunidade de historiadores e historiadoras tenha a pouco tempo conquistado a categoria de profissão, sendo esta uma demanda e uma conquista de toda a categoria encampada pela Associação Nacional de História -ANPUH³¹, a atuação como pesquisadores e pesquisadoras e como professores e professoras vem trazendo o confronto direto com negacionistas, o que vem sendo muito visível nestes últimos anos. Batalhas foram travadas principalmente em torno do negacionismo histórico, e em pautas que ferem diretamente os direitos humanos, como a inexistência da ditadura e do golpe militar, no Brasil, e do genocídio nazista, na Europa, apenas para citar os principais exemplos. Estas batalhas florescem em um terreno fértil, que se desenvolve e cria raízes firmes, principalmente após a ascensão na política brasileira dos neoconservadores, que resultaram na eleição de pessoas como a deputada citada.

Mas como as historiadoras e historiadores preocupados com a ética, podem refletir sobre uma escrita da História das Mulheres, que nos represente e represente a todas, a partir dos debates de gênero e feminista?

A primeira questão suleadora, como sugerem os debates decoloniais, é que ao buscarmos uma história plural, não se pretende apagar as singularidades e as diferenças. Ao contrário, as diferenças devem ser ressaltadas e, ao utilizarmos categorias como a interseccionalidade e os diferentes marcadores sociais da diferença, buscamos uma história que abarque os múltiplos sujeitos da História, com suas expressões de gênero, sexualidades, raça, etnia, religião, deficiências, etc. Demonstramos, assim como já nos sinaliza Joana Maria Pedro, ainda nos anos 90, que a sociedade catarinense é plural, e só podemos falar de todas as mulheres quando trazemos para o debate as mulheres negras, indígenas, trabalhadoras do campo e da cidade, mulheres lésbicas, mulheres trans, uma pluralidade que não nos aprisione, mas que nos liberte, proporcionando um fazer historiográfico

que dê lugar a uma pluralidade de corpos, de línguas, de expressões artísticas e políticas, de saberes e de fazeres. Desta forma, as epistemologias feministas e de gênero produzem a emancipação e estão comprometidas com a ética na pesquisa, a escuta sensível do interlocutor e da interlocutora, a observação atenta das fontes de pesquisa.

Assim, é que neste artigo tecemos articulações a partir dos estudos de gênero, feministas e decoloniais, como epistemologias emancipatórias, que nos permitem realizar pesquisas em História, pautadas pela ética, propostas insurgentes para a historiografia brasileira, para o ensino e para a pesquisa. A constatação de que a historiografia, por muitos séculos, priorizou um sujeito único, universal, que representaria toda a humanidade, pois quando se utilizava o termo “homem” ou “humanidade” estaria subentendido tratar-se de todas as pessoas. Sob o manto da neutralidade científica, a história silenciou vozes de mulheres, crianças, jovens, populações LGBTQIAPN+, dentre outros sujeitos históricos. O que as produções científicas sob estas perspectivas epistemológicas buscam é problematizar as ausências e lançar um novo olhar sobre os/as sujeitos/as invisibilizados/as. O uso de epistemologias emergentes e emancipatórias permitem contar uma História outra. Ao focar a necessidade de uma escrita e uma pesquisa ética em História, comprometida com os sujeitos plurais e ao realizar a escuta sensível de suas vozes, entendemos que a perspectiva das epistemologias feministas, de gênero e decoloniais ao utilizarem suas caixas de ferramentas, apresentam perspectivas de produção de conhecimento que são eticamente responsáveis com as narrativas plurais e as vozes dos sujeitos múltiplos. Ainda que saibamos que existem dificuldades no nosso fazer e na nossa caminhada, que muitos entraves e dificuldades são enfrentadas diariamente, estas epistemologias buscam trazer possibilidades para o ensino e a pesquisa em História, pautada pela ética e por acreditar numa educação como prática de liberdade, ainda que sempre novas conexões e olhares sejam possíveis através das janelas que se abrem.

Por esse motivo, o caso da indicação de nomes de pessoas conservadoras, com pautas de extrema direita, para uma medalha que leva o nome da heroína da pátria Antonieta de Barros, nos provocou a escrever este artigo. “O passado não se trata simplesmente do que se passou, se foi e se apagou, mas também é, simultaneamente, o que resta daquilo que terminou nas dobras do presente e do futuro” (Gagnebin, J. 2013, p. 153 *apud* Pereira, 2022, p. 23). O que estaria nestas dobras entre o presente e futuro que queremos lembrar sobre Antonieta de Barros e a vida de mulheres, que lutam em favor de outras mulheres e/ou de pessoas menos favorecidas? Ainda não temos muitas heroínas da pátria. Ainda, muitas mulheres são silenciadas, subjugadas, violentadas, impedidas de estudar ou atuar politicamente. Por esse motivo, essa indicação nos provocou a refletir sobre os usos da memória utilizados no presente em relação ao nome de Antonieta de Barros. Afinal de contas, uma mulher para receber a honraria precisa ter peito!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 2003. Lei nº. 14.518, de 4 de janeiro.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. Ed. 9. São Paulo: Contexto, 2008, p. 468-481.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1994.

PEREIRA, Mateus Henrique de Farias. **Lembrança do Presente**: ensaio sobre a condição histórica na era da internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PERROT, Michelle (Org.). **Une Histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivages, 1984.

13

*Adriana Angelita da Conceição
George Leonardo Seabra Coelho*

**ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE
DESAFIOS E POSSIBILIDADES
NA EDUCAÇÃO INDÍGENA,
NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
E NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98980.13

INTRODUÇÃO

O campo do Ensino de História vem lentamente problematizando as especificidades do ensino na Educação Básica no Brasil. Esse pressuposto vai ao encontro com o pensamento do educador Miguel Arroyo (2015, p. 27) ao nos indicar que as:

Políticas, as análises, o pensamento pedagógico, a formação docente, as avaliações, as concepções de qualidade, o próprio direito à educação seriam outros se as crianças, os adolescentes ou jovens reais que chegam às escolas públicas fossem não os destinatários, mas o ponto de partida para suas elaborações (Arroyo, 2015, p. 27).

A partir desta questão que reconhece a relevância de práticas educativas construídas a partir das realidades às quais as escolas estão inseridas é que propusemos o Simpósio Temático (ST) “Ensino de História em debate na Educação do Campo, na Educação Indígena e na Educação Quilombola: caminhos para os (des)encontros com novas e outras narrativas” no XIX Encontro Estadual de História realizado em Santa Catarina. Nosso objetivo constituiu-se em dois caminhos: um primeiro foi o de abrir espaço para reflexões decoloniais que fossem capazes de atribuir sentido ao fazer historiográfico em sala de aula, particularmente nas comunidades destacadas acima; e, em um segundo caminho abordamos questões epistemológicas voltadas às narrativas de grupos que apenas há pouco tempo foram incorporados como sujeitos históricos.

Com as abordagens voltadas para o ensino e a pesquisa acerca do protagonismo dos ditos “esquecidos da história” – entendidos como sujeitos históricos – as temáticas sobre indígenas, escravizados e escravidão, quilombolas, comunidades camponesas, mulheres, populações em situação de vulnerabilidade, dentre outras, deixaram o lugar marginal que ocupavam na historiografia brasileira. Nesse sentido, o presente ST almejou ser um espaço

de problematização de estudos que fomentassem o debate sobre perspectivas conceituais, metodológicas e dialógicas que colaboraram na compreensão do papel destas populações no campo da pesquisa e Ensino de História.

Ao articular nossa proposta com os debates ocorridos durante o evento, construímos esse texto a partir de duas indagações: 1) como têm sido refletidas a construção do conhecimento histórico e seu diálogo com o saber escolar nas modalidades educacionais da Educação no Campo, da Educação Indígena e da Educação Quilombola? e, 2) como do ponto de vista das políticas públicas e/ou da historiografia, podemos balizar os limites e as possibilidades pedagógicas e curriculares nesses campos da educação? Assim, com esse texto, buscamos desenvolver esses tais questionamentos, sem a intenção de esgotá-los, uma vez que essas problemáticas necessitam de maior sistematização.

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE: HISTÓRIA INDÍGENA, HISTÓRIA QUILOM- BOLA E HISTÓRIA DOS CAMPONESES

Ao menos até a década de 1970, historiadores tenderam a analisar as relações do pós-contato colonial como o encontro no qual os colonizadores teriam imposto sua cultura e organização social aos “dominados”, sobretudo aos povos originários e aos negros escravizados, que tentavam manter, entre lutas e resistências, o seu modo de viver. Portanto, era a História do choque entre mundos opostos, no qual seria enviesada a crônica da destruição e da submissão à “razão civilizatória”.

Por muito tempo, de meados do século XIX e grande parte do século XX, a historiografia brasileira alimentou a afirmação de que indígenas, quilombolas e camponeses não tinham história, ou eram vistos pelos vieses da história única, leia-se ocidental e branca. Contudo, a partir da década de 1980 houve uma reorientação de pressupostos teóricos e metodológicos relacionados, sobretudo, à luta dos movimentos sociais no Brasil. Tal reorientação provocou reconfigurações decisivas na pesquisa histórica, com reflexos no Ensino de História, principalmente com o surgimento de novos problemas, novas possibilidades e outras compreensões para os sentidos de arquivos e documentos. Com o intuito de entender os impactos dessas transformações epistemológicas, partimos da perspectiva de que na Educação Escolar Indígena, na Educação Escolar Quilombola e na Educação do Campo o Ensino de História necessita ser impreterivelmente fundamentado junto aos conhecimentos tradicionais de cada um destes povos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

Deve-se considerar, portanto, que as comunidades quilombolas são espaços onde se inscrevem experiências significativas que podem potencializar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por meio de uma abordagem articulada entre passado, presente e futuro dessas comunidades (Brasil/CNE/CEB, 2012, p. 43).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena consta no artigo terceiro que: “Constituem objetivos da Educação Escolar Indígena proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos: I - a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” (Brasil/CNE/CEB, 2012, p. 35-36). Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a historicidade da relação com a terra aparece como meio de subsistência e de sentido de vida (Brasil/CNE/CEB, 2002). É possível perceber

nas três passagens que a História é reivindicada na constituição do sentido de identidade dos povos. No entanto, é necessário questionar qual História?

Ao verificarmos a base de dados dos trabalhos no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória³²), cerca de 750 dissertações já foram defendidas. Esse número demonstra um ponto de inflexão para o aprimoramento e ampliação do campo de pesquisa e das práticas do Ensino de História, assim como oferece possibilidade para a identificação de algumas questões importantíssimas para nosso debate. A título de exemplo, o termo “Educação do Campo” foi encontrado em apenas seis dissertações, já os termos “Educação Indígena” e “Educação Quilombola” foram encontrados em duas dissertações respectivamente. Essa constatação demonstra que ainda temos um longo caminho a ser percorrido para a ampliação das discussões e práticas junto das comunidades do campo, quilombolas e indígenas, especificamente no tocante ao Ensino de História.

Não estamos circunscrevendo ou reduzindo a análise a esses dados, mas essa pequena amostragem nos indica que ainda precisamos nos debruçar sobre uma questão de suma importância, ou seja, pesquisas conceituais e práticas sobre um Ensino de História que atenda aos interesses e às historicidades destes grupos. Portanto, um questionamento se faz necessário: como a formação docente em cursos de História pode contribuir, ou como pode atuar para que a formação de professores e professoras integre discussões que são necessárias às especificidades de tais modalidades de ensino? Nesse sentido, identificamos que a Educação para as Relações Étnico-Raciais – pensando todas as modalidades de ensino da Educação Básica e Superior no Brasil – pode ser um caminho para preencher algumas lacunas ou mesmo vencer os desafios da formação dos e das docentes de História e, assim, proporcionar o distanciamento com a ideia de História Universal eurocentrada.

32

O Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) é um programa em rede iniciado em 2014 e presente nas cinco regiões do Brasil. Para acessar as informações que citamos usamos a base de dados: <https://profhistoria.com.br/>. Os mesmos dados podem ser acessados no Educapes.

Com o intuito de traçar alguns itinerários que orientem giros na formação docente, precisamos incorporar pedagogias decoloniais, pedagogias das encruzilhadas e pedagogias das retomadas. Nesse caminho, algumas expressões vão surgindo e constituindo o debate. Podemos citar a perspectiva da Pedagogia da Retomada apresentada por Maria do Socorro Pimental da Silva (2017). A autora propõe um renascimento cultural e um movimento de descolonização dos saberes que passa a fazer parte da Educação Escolar Indígena (Silva, 2017). Esta perspectiva ressalta a necessidade de retomar os conhecimentos indígenas para serem colocados em igualdade aos demais conhecimentos curriculares e, assim, integrar as narrativas indígenas aos saberes historiográficos construídos ou omitidos sobre eles, como também, entender que novos saberes podem ser construídos por bases epistêmicas interculturais.

Outro exemplo, pode ser a ideia de Ensino de História Situado que tão bem trabalhou a pesquisadora Carla de Moura (2018) na dissertação “As Marias da Conceição: por um Ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional”. Neste estudo, a autora mostrou que um Ensino de História que parta e se situe a partir da vida e constituição identitária das alunas e alunos envolvidos passa a fazer sentido e servir para a formação da consciência crítica com o objetivo de gerar transformação de vida. Por conseguinte, as palavras de *bell hooks*, em diálogo com Paulo Freire, escritas há mais de vinte anos ressoam totalmente necessárias:

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade (hooks, 2017, p. 50).

Esses pontuais exemplos colocam a narrativa como o aspecto material da consciência histórica, permitindo que a identificação de

si e do mundo através das temporalidades seja essencial para um processo educacional de transformações social. Nesse sentido, ao aproximar culturas de base oral – como, por exemplo, os povos indígenas e afro-brasileiros – com novas escritas, o pensamento decolonial nos coloca diante de um importante desafio; compreender as narrativas históricas de distintas culturas de acordo com as diferentes relações com o tempo e com o espaço. Entendemos que as diferentes relações espaço-temporal intrínsecas às comunidades quilombolas, indígenas e campesina possibilitam o pretendido distanciamento das interpretações oriundas apenas da cultura ocidental.

Com as discussões promovidas pelo pensamento decolonial no campo historiográfico dos últimos vinte anos, iniciamos uma difícil reestruturação da escrita sobre nosso passado, reivindicada e protagonizada, sobretudo, pelos povos silenciados pela História. Povos que mesmo ausentes da maioria dos discursos da História, nunca se calaram e foram os responsáveis por processos de resistência que se mantêm cotidianamente e que garantem suas sobrevivências, mesmo no ambiente hostil da colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza³³.

Nesta mesma perspectiva, Tuhiwai Smith (2018) aponta diferentes concepções de compreensão para os conceitos de tempo e espaço. Para a autora, a ideia ocidental de História Universal precisa ser desmobilizada para que outras formas de interpretar a vida tenham espaço nos ambientes escolares. Ao observarmos as especificidades que constituem as modalidades educacionais da Educação do Campo, pensando os povos dos campos, das águas e das florestas, incluindo comunidades indígenas e quilombolas, defendemos que, além de uma redefinição na formação inicial dos professores, o currículo de História escolar também precisa ser revisto, de modo a incluir e a inserir a diversidade que nos constitui enquanto Nação.

33

As referências que problematizam o pensamento decolonial são amplas e complexas. Não nos deteremos em explicar tais discussões pela ausência de espaço, no entanto, destacamos que para tais colocações estamos dialogando com Anibal Quijano (2019) e Catherine Walsh (2013).

De acordo com Gil, Pacievitch, Saturnino e Seffner (2022, p. 6), é necessário escutar “os barulhos do mundo: cosmologias, modos de vida, culturas, epistemologias, metafísicas, os corpos em sua inapelável multiplicidade”. Com base nesse pressuposto, apresentamos mais um questionamento a nossa problemática: que experiências temporais e espaciais deixamos de viver, ensinar e aprender se ignoramos a multiplicidade de representações históricas e sociais? Para propor uma resposta podemos afirmar que o saber historiográfico precisa reconsiderar seus métodos e práticas de pesquisa de modo a operacionalizar diálogos entre o saber escolar e a interculturalidade. Sendo assim, queremos desmobilizar a ideia de “dar voz” aos/às subalternizados(as), pois em seus processos de resistência, de algum modo, nunca se calaram. Por fim, entendemos que o Ensino de História precisa se ocupar em “explicitar os dispositivos que promoveram a opressão, o silenciamento e o apagamento a que tais grupos foram e continuam sendo submetidos” (Gil; Pacievitch; Saturnino; Seffner, 2022, p. 40).

Para que tenhamos realmente a construção de um conhecimento histórico que se origine do diálogo sobre e com as populações indígenas, quilombolas e camponeses, necessitamos reconhecer com urgência que precisamos “revirar” nossos métodos, assim como a própria matriz do pensamento historiográfico. Para tanto, é urgente inter-relacionar epistemes e conhecimentos, reconhecer de modo intercultural as formas de ver e sentir o mundo e, ao mesmo tempo, as diversas relações entre espaço e tempo. Conhecer o passado para intervir, esse é o objetivo. Interpretar o passado para sermos capazes de olhar e agir com mais segurança no presente, de modo a gerar transformação social, ações que considerem o coletivo, práticas que sejam capazes de diminuir o egoísmo, os discursos de ódio que alimentam preconceitos e o racismo. Conforme nos aponta Smith (2018, p. 49): “Entender o passado³⁴ tem sido parte da pedagogia crítica da

descolonização. Oferecer histórias alternativas é oferecer saberes alternativos. A implicação pedagógica desse acesso a saberes alternativos é que pode ser a base de maneiras alternativas de fazer as coisas”

Como o Ensino de História pode contribuir com isso? Seria inocência acreditar que a História e seu Ensino seriam capazes de agir isoladamente, sobretudo, quando uma das principais barreiras se encontra no próprio Ensino de História, em outras palavras, quando sua bagagem de conhecimento é formada única e exclusivamente por “histórias únicas”. No entanto, sem o desenvolvimento/ envolvimento de uma consciência crítica, como transformar? Sabemos que a Educação em si não pode sozinha, mas podemos assegurar que é um caminho fértil e potente, por isso, é tão atacada e não atendida em suas demandas em países, como o nosso, nos quais imperam políticas neoliberais e de extrema direita, onde o neofascismo e o anticientificismo inacreditavelmente ganham respaldo por certos grupos políticos.

Dialogando com Franz Fanon e Ashis Nady, Smith (2018, p. 41) indica que o colonialismo e o imperialismo colocaram os povos colonizados em desordem, pois os desconectaram “de suas histórias, de suas paisagens, de suas línguas, de suas relações sociais, e de suas formas de pensar, de sentir e de interagir com o mundo”. Desordem marcada por ordens interpretativas que são fragmentadas e racionalizadas a partir da episteme ocidental, bloqueando formas de ver e interpretar o mundo que são complementares e integrativas, como no caso dos povos indígenas da América. Como atuar junto de um Ensino de História que contribua com a reorganização, no sentido de reconhecer a diversidade, sem hierarquização de conhecimentos? Por isso, a revisão da História que vem sendo feita pelos povos indígenas no Brasil, por exemplo, deve ser incorporada à formação de professores, de modo a nos permitir construir um Ensino de História que faça sentido para todos os envolvidos.

Nas palavras do professor e historiador indígena, Carlos Santos (2020, p. 43) – também conhecido por seu nome indígena, Casé Angatu – é necessário “enfrentar o descompasso entre as histórias escritas e lecionadas e as linguagens indígenas portadoras de memórias que consideramos fundamentais para aplicação da Lei nº. 11.645/2008”. Este autor problematiza a necessidade de tematizar – no Ensino de História – as populações indígenas a partir do presente, dos movimentos de (re) existência étnica e territorial. Este caminho, segundo o autor, poderia propor um Ensino de História consciente para escolas indígenas e, sobretudo, não indígenas.

A grande questão para Casé Angatu (Santos, 2020) reside no “direito originário indígena à terra” (p. 57). Nesse sentido, temos o mais importante elo entre a Educação Indígena, a Educação Quilombola e a Educação do Campo, isto é, a questão da luta pela terra e o reconhecimento das territorialidades. Esses grupos são marcados pelos massacres que circundam a luta de terra no Brasil desde os primeiros momentos das navegações que tiveram como desencadeamento a invasão europeia na América e na África. Desdobramentos de um episódio que persiste na luta pela terra na contemporaneidade, sendo que a luta pela terra se encontra com a luta por História, pela garantia de que omissões não escondam o racismo, os genocídios e os epistemicídios que caracterizam a História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação das questões apresentadas neste texto não nos colocou em um universo de respostas prontas e acabadas. As breves reflexões que apresentamos aqui, se constituíram como um conjunto de questionamentos que marcam nossa atuação como pesquisadores e professores de História. Nossas reflexões são também marcadas pela atuação na formação docente e em diálogo com

as populações que constituem tais modalidades diferenciadas de ensino, assim como, derivadas dos diálogos realizados durante o referido ST. Portanto, chegamos a novas reflexões, pois todo exercício crítico leva a novos questionamentos, vejamos: até que ponto os estudos em Ensino de História têm dialogado com as especificidades das escolas do campo, por exemplo, marcadas por fechamentos, processos de nucleação, salas multisseriadas, desenraizamento das realidades das populações tradicionais? Qual o lugar do Ensino de História na Educação para as Relações Étnico-Raciais? Quais os lugares do Ensino de História na Educação Escolar Indígena e na Educação Escolar Quilombola? Como o Ensino de História vem problematizando e buscando contribuir com práticas de ensino que respeitem as especificidades étnico-raciais e culturais de comunidades escolares do campo, indígenas e quilombolas?

Em dezembro de 2021, na plenária nacional de coordenadores do ProfHistória, iniciaram-se discussões sobre o estabelecimento de seleção diferenciada para professores de escolas quilombolas e indígenas. Uma comissão integrada por docentes das distintas regiões do Brasil passou a trabalhar sobre o assunto e apresentou uma proposta de processo seletivo diferenciado para o Mestrado Profissional em Ensino de História, constituída por memorial e entrevista, como instrumentos avaliativos. Os objetivos centrais da proposta indicam a criação de condições que permitam aumentar o acesso de professores e professoras dessas modalidades de ensino ao ProfHistória, o que desencadeará a ampliação de investigações sobre o Ensino de História voltado às escolas indígenas e quilombolas. Assim, a partir do edital para ingresso em 2023, foram ofertadas 55 vagas, distribuídas entre 28 instituições, sendo a rede constituída por 39. Acreditamos que esse novo contexto provocará intervenção no quadro que estamos problematizando, ampliando os estudos e debates, de modo a expandir as possibilidades de uma formação docente, no campo do Ensino de História, que coloque a relação com as realidades vividas como questão basilar para o desenvolvimento

de um ensino do Saber Histórico que contribua para a reescrita da História junto das comunidades do campo, indígenas e quilombolas.

Por fim, estamos prestes a completar duas décadas das leis nº. 10.639/2003 e nº. 11.645/2008 e as pesquisas na área da Educação e do Ensino de História têm mostrado que poucos avanços foram feitos para uma efetiva educação antirracista na Educação Básica e Ensino Superior. Entendemos que as pedagogias decoloniais são fundamentais para suprir nosso objetivo, isto é, abordar e atuar para um ensino que precisa partir e ser pensado com as realidades que fazem parte do contexto escolar, pois, sem isso repetiremos processos que silenciam e violentam a diversidade da vida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. O Direito à educação e a nova segregação social e racial - tempos insatisfatórios? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15-47, Sept. 2015.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo. **Resolução CNE/ CEB nº 1**, Brasília, de 3 de abril de 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. **Parecer CNE/CEB nº 13/2012**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN132012.pdf?query=CURRICULARES. Acesso em: 20 out. 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline; SATURNINO, Edison Luiz; SEFFNER, Fernando. **Questões desestruturantes no Ensino de História**. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MOURA, Carla de. **As Marias da Conceição: por um Ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Ensayos en torno a la colonialidad del poder**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos – Casé Angatu. Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial. In: MATTAR, Sumaya; SUZUKI, Clarissa; PINHEIRO, Maria (Orgs.). **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. São Paulo: ECA-USP, 2020.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. A pedagogia da retomada: decolonização de saberes. Articulando e construindo saberes, **Revista da Faculdade de Letras**, Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v.2, n.1, p. 205-216, 2017.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Tomo I. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

14

Marcelo de Mello Rangel

**O GIRO ÉTICO-POLÍTICO
NA TEORIA DA HISTÓRIA
E NA HISTÓRIA
DA HISTORIOGRAFIA**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98980.14](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98980.14)

Desde o início da segunda metade do século passado temos uma tendência crescente na teoria da história, na história da historiografia, na filosofia, nas humanidades em geral a certo posicionamento mais claro em relação a questões ético-políticas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial o ocidente construiu uma interpretação de que certas figuras que se generalizaram no século XIX teriam sido decisivas à provocação de acontecimentos dramáticos como o imperialismo, colonialismo, as duas grandes guerras, fascismos, nazismo: especialmente certa compreensão de identidade e de ciência/verdade. Identidade com base na percepção de que determinados grupos são superiores a outros e ciência/verdade como a produção de enunciados definitivos sobre determinados objetos, sobre a realidade como tal.

Temos, desse modo, certa leitura que o ocidente fez de sua história recente e a conclusão de que a sua reconstituição precisaria se organizar com base em outras figuras: a alteridade e uma ciência/verdade comprometida com uma atividade crítica recorrente, tendo em vista que desde a segunda metade do século XIX, do que Foucault chama de crise da representação, acompanhamos certa ampliação da percepção de que todo e qualquer enunciado, mesmo os mais controlados (científicos), estão sempre relacionados a determinada posição (temporalidade) própria ao cientista (Araujo; Rangel, 2015; Rangel, 2019; Carvalho; Rangel; Rodrigues, 2022).

Uma análise detida de parte das compreensões teóricas, historiográficas, filosóficas que têm se destacado desde os anos 50 do século XX tende a ressaltar a importância de uma relação mais aberta à alteridade, ao que não se confunde com certo padrão identitário europeu. Nesse caso, temos a compreensão de que uma relação mais aberta e intensa com a diferença torna possível a construção de um mundo menos violento e mais justo e, num sentido mais propriamente epistemológico, a constituição de enunciados mais adequados a uma realidade complexa (múltipla, misteriosa e em movimento), e isso porque pessoas diferentes são capazes de constituir uma atividade científica mais atenta a essa realidade

complexa com base em percepções específicas e, muitas vezes, complementares, a partir das quais temos uma crítica e autocrítica intensas, tratando-se, em outras palavras, de um exercício mais democratizante (Rancière, 2014).

Essa é, portanto, a primeira característica mais evidente no que diz respeito à atividade científica ético-politicamente orientada que tem sido (mesmo que lenta e irregularmente) uma tendência desde a segunda metade do século passado. Uma ciência que se dedicou inicialmente à tematização de certa alteridade e que tem, mais contemporaneamente, mesmo que ainda vagarosamente e em razão de críticas contundentes, se aberto à participação efetiva de colegas que compõem outros grupos e que possuem outros modos de comportamento e percepções. Temos acompanhado a passagem de certa posição na qual a diferença era mais tratada como objeto, para a condição de agente no que diz respeito à produção científica. (Rodrigues, 2022)

Uma segunda determinação importante a essa tendência de uma relação cada vez mais direta e clara entre ciência e a dimensão ético-política, é a compreensão de que essa relação, ao contrário de ser um obstáculo à atividade científica (à objetividade), é muito mais motivo de atenção e refinamento. O que aparece em boa parte dos trabalhos que temos analisado na teoria da história, na história da historiografia, no ensino de história e na filosofia contemporânea é a exposição clara (o quanto possível) de quais compreensões e objetivos ético-políticos estão na base das investigações, o que tem, de imediato, a vantagem de certa franqueza e constitui o que podemos chamar de virtude epistêmica (Freire, 2015; Paul, 2011), e um ganho epistemológico na medida em que o/a cientista está envolvido com compreensões e objetivos que são efetivamente importantes à sua existência, provocando, desse modo, estímulo e dedicação ainda maiores, e abrindo uma atmosfera tensa de crítica e de autocrítica que é decisiva ao que estamos chamando de uma ciência complexa e democratizante (Freire, 2015; hooks, 2017).

Em outras palavras, um(a) cientista que está diretamente envolvido em uma pesquisa que diz respeito a percepções ético-políticas que considera importantes e que, claro, trata de se esforçar no sentido (hermenêutico) de explicitá-las, tende a se dedicar de forma ainda mais efetiva à sua atividade, e aqui temos uma relação que considero importante entre ciência, existência, certa dimensão afetiva, ética e política. E ainda temos a possibilidade de abrir e participar de um espaço efervescente (efetivamente plural) e que podemos chamar de comunidade, no qual a crítica e também a autocrítica tem um papel protagonista (hooks, 2021; Guimarães, 2022). Nesse caso, sempre gosto de dar o exemplo do quanto a teoria da história e a historiografia têm avançado, por exemplo, no que diz respeito a questões relacionadas à escravidão e à relação entre história e justiça com base em debates que se tornaram e continuam sendo possíveis tendo em vista a relação íntima entre a universidade, institutos, fundações de pesquisa, escolas, movimentos sociais e políticos (partidários ou não). Nesse caso, temos pesquisadores(as) e professores(as) que estão diretamente relacionados a movimentos sociais e políticos e isso, ao contrário de ser um problema no que diz respeito ao que chamamos de objetividade, se torna condição de possibilidade para a constituição de um campo científico vivo, tenso (no sentido de democratizante) profundamente crítico e autocrítico, e, também, capaz de participar da própria reorganização da realidade (com base no qual determinado contexto social está em questão, em jogo).

Uma terceira característica disso que estou chamando de um giro ético-político na história, na teoria da história, história da historiografia, filosofia, nas humanidades, é uma dedicação cuidadosa a problemas relacionados ao mundo contemporâneo, tendo em vista justamente a possibilidade de que a história também possa ser pensada a partir desse tom mais teórico-pragmático. Temos, desse modo, um crescimento significativo da história do tempo presente, de temas e problemas relacionados à justiça, gênero, raça, sexualidade, uma relação cada vez mais próxima entre teoria da história e ensino de história, especialmente com base na compreensão de que

o ensino de história não se dá apenas na sala de aula, mas também, e mesmo principalmente, em outros espaços da cultura histórica como o cinema e a música, bem como no crescimento da história pública.

Enfim, o que parece ser comum no que diz respeito a esse interesse crescente pela tematização do mundo contemporâneo na teoria da história, na história da historiografia, na história em geral, na filosofia contemporânea é a compreensão de que o presente é o lugar no qual passado, presente e futuro podem ser (re)experimentados com responsabilidade e intensidade tornando possível a constituição de outros mundos, e isso especialmente com base em um gesto democratizante (Derrida, 1994; Benjamin, 2005; Heidegger, 2008b, p.72-77). Temos, portanto, uma identificação de boa parte dos trabalhos que temos analisado na história e na filosofia com certo desejo de acompanhar e participar da reestruturação da realidade. Diferentemente de um gesto mais conservador e até conservantista, trata-se da percepção de que a história (a ciência, o pensamento) precisa acompanhar aquilo que vem despontando, participando do seu aparecimento e efetivação.

Desse modo, chegamos ao que seria uma quarta determinação dos trabalhos que podem ser pensados com base no giro ético-político, a qual está diretamente relacionada à temporalidade. Trata-se da interpretação de que a modernidade e sua percepção temporal marcada por uma idealização do futuro (estratégia temporal do progresso) acabou sendo responsável pela generalização da compreensão de que o futuro será necessariamente melhor do que o presente e o passado, e isso a despeito da ação humana (Koselleck, 2006). Portanto, temos um esvaziamento da práxis, do papel determinante de uma atividade reflexiva que acompanha e participa da reorganização da realidade (Benjamin, 2005). O que está em questão, desse modo, é que boa parte dos trabalhos que temos analisado se constitui com base na percepção de que a modernidade legou a perspectiva (falsa e negativa) de que seja qual for a realidade vivida, ela seria de alguma forma melhor do que o que já

fora experimentado, sendo uma espécie de caminho necessário à consecução de um futuro pelo menos melhor, o que se confunde com certo realismo conservador que acaba sendo propício ao afeto do conformismo (Benjamin, 2005, tese VII).

Quadro que se relaciona de certa forma ou ainda se superpõe ao modo mais comum com base no qual boa parte, ou mesmo a maior parte de nós, tem se relacionado com a tecnologia. Também há uma preocupação crescente na teoria da história, na história da historiografia, história do tempo presente, história pública, ensino de história, na filosofia contemporânea, nas humanidades em geral, com a relação que temos desenvolvido com a tecnologia e como ela acaba se superpondo à estratégia temporal do progresso e esvaziando ainda mais o potencial da ação humana no que diz respeito à transformação da realidade num sentido democratizante (Heidegger, 2006; Araujo; Pereira, 2022).

Essa relação que temos desenvolvido com a tecnologia está relacionada com certa preocupação individualista organizada pelo afeto do egoísmo, de modo que se constitui, em geral, a partir da possibilidade de uma ampliação incessante de prazeres egocentrados, de maneira que estamos cada vez mais isolados e em uma busca frenética pela novidade (tecnológica) que pode e precisa aparecer justamente no sentido de continuar e multiplicar determinados gozos (Han, 2017). Essa superposição entre a estratégia do progresso e certa relação que temos desenvolvido com a tecnologia acaba provocando a generalização de uma temporalidade organizada com base em certo esvaziamento, e mesmo esquecimento, do caráter de possibilidade da história, de que a história pode mudar no sentido de demandas coletivas especialmente organizadas com base na igualização, e que isso (a atualização do caráter de possibilidade da história) é adequado/positivo na medida que suas transformações acompanham justamente o aparecimento efetivo de outros desejos e modos de ser.

Com base nessa tematização e preocupação temporal que organiza boa parte dos trabalhos que tenho acompanhado na história e na filosofia, temos uma sexta característica importante ao que chamamos de um giro ético-político, a constituição de compreensões epistemológicas que não negam, mas também não se circunscrevem apenas à discussão epistemológica mais sedimentada no que diz respeito à verdade. A verdade compreendida como resultado de um exercício teórico-empírico cuidadoso que produz sentenças adequadas ao que podemos chamar de realidade, e aqui temos um regime de verdade correspondentista (Rangel, 2021).

A verdade correspondentista se torna possível (e necessária) no sentido de um aperfeiçoamento de determinadas compreensões com base em um mundo que já é de alguma forma mais visível. Ela se refere a problemas e possibilidades que de algum modo já estão razoavelmente claros. Sendo justamente por isso que temos medidas que tornam possível a própria avaliação e correção das sentenças que vão sendo constituídas (Heidegger, 2008a).

No entanto, temos acompanhado outros modos de compreensão e relação com o que seria a verdade que em geral se superpõe à verdade organizada com base no regime correspondentista. Temos um conjunto de modos de relação com a verdade que eu tenho reunido com base na noção de verdade poética (Rangel, 2021; Pinha; Rangel, 2023). Claro que temos uma diversidade no que diz respeito aos modos como a verdade tem sido pensada e tem estruturado trabalhos mais contemporâneos na teoria da história, história da historiografia, filosofia, nas humanidades em geral, mas parece que há uma tendência crescente: a de que enunciados verdadeiros também são, e precisam ser, construídos com base na atenção em relação a problemas e possibilidades obscurecidos e/ou que estão despontando, o que só é possível com base na reunião de pesquisadores(as) diversos(as) que organizam sua atividade científica a partir de experiências e compreensões específicas da realidade, tornando possível assim um debate amplo e tenso, mais adequado ao

acompanhamento de uma realidade complexa (múltipla, misteriosa e em transformação) (Rangel, 2020). O que tem sido percebido como positivo na medida em que essa pluralidade de compreensões também provoca a necessidade de uma ampliação teórica, historiográfica e empírica significativa das pesquisas. E nesse sentido compreendo que a autocrítica talvez seja o passo mais importante que temos dado junto à metodologia científica que tem sido constituída desde o século XIX. Uma autocrítica que se constitui ao menos inicialmente tendo em vista a tensão (democratizante) que tem se ampliado nesse espaço científico mais contemporâneo e, claro, a preocupação com os desdobramentos ético-políticos próprios às nossas pesquisas.

Sendo essa possibilidade de uma reunião de pesquisadores(as) diversos(as) atentos ao que fora obscurecido e/ou está despontando, com base em uma posição mais democratizante organizada pela escuta e pela defesa cuidadosa (crítica e autocrítica) de determinadas compreensões, que torna possível a tensão necessária a uma atividade científica complexa e refinada que se relaciona com o que tenho chamado de regime de verdade poético no sentido grego de aparecimento, reunião e adensamento, *poíesis*.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**. Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Editora Milfontes; Mariana: Editora da SBTHH, 2022.

ARAUJO, Valdei Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**, v. 8, p. 318-332, 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Tradução das teses: Jeanne-Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

CARVALHO, Augusto de; RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Rogério Rosa. Os tempos da História: novas perspectivas. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa; CUBAS, Caroline Jaques; OLIVEIRA, Fernanda; CONEDERA, Leonardo de Oliveira (Org.). **Fio que se faz trama**. A História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica. Vitória: Milfontes, 2022.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

GUIMARÃES, Gêssica. **Ensaio feminista sobre o sujeito universal**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *In*: **Ensaaios e conferências**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

HEIDEGGER, Martin. A essência da verdade (1930). *In*: **Marcas do caminho**. Petrópolis, RJ: Vozes 2008a.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008b.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History & Theory**, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011.

PINHA, Daniel; RANGEL, Marcelo de Mello. Teoria e ensino de história: temporalidade, pós-verdade e democratização. **Revista Maracanan**, n. 32, p. 250-266, jan. – abr. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do giro ético-político: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. **Ponta de Lança** (UFS), v. 13, p. 27-46, 2019.

RANGEL, Marcelo de Mello. A história e o impossível. Rio de Janeiro: ApeKu Editora, 2020.

RANGEL, Marcelo de Mello. Ensino de história: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. **Tempo e Argumento**, v. especial, p. 1-27, 2021.

RANGEL, Marcelo de Mello. Giro ético-político, verdade e felicidade. *In*: CARVALHO, Augusto de; RANGEL, Marcelo de Mello (Org.). **História & Filosofia**. Problemas ético-políticos. Vitória: Milfontes, 2020.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. **Quando o povo escreveu?** Querido Lula, um livro-acontecimento. HH Magazine: Humanidades em Rede, 08 jun. 2022.

Unidade



NEGACIONISMOS

15

*Samira Peruchi Moretto
Eunice Sueli Nodari*

HISTÓRIA AMBIENTAL, NEGACIONISMOS E MEIO AMBIENTE

A presença dos estudos sobre o meio ambiente dentro da disciplina de História foi propiciada, principalmente, através da História Ambiental. A corrente, que teve a sua gênese configurada na década de 1970, abriu portas para as discussões sobre as relações dos seres humanos com o mundo natural. Segundo Donald Worster, a história ambiental rejeitou a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, “de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas”³⁵. A importância do meio ambiente, que passou por muito tempo despercebida ou como plano de fundo na História, porém, passa a ganhar um novo espaço e relevância após o surgimento desta disciplina ou corrente, como pode ser denominada.

Desta forma, a História Ambiental se propõe, basicamente, a estudar as relações dos seres humanos com o meio natural. Mesmo com o uso descomedido dos recursos naturais, com o passar dos séculos foi estigmatizado que a relação entre humanos e o meio ambiente é um processo simétrico, onde as trocas são igualitárias, sem perdas significativas para nenhuma das partes³⁶. Com a emergência de problemas socioambientais, tornou-se necessário repensar tais simetrias e reavaliar os interesses envolvidos nos usos dos recursos naturais.

A expansão do capitalismo, aliada à ganância, como bem colocado na obra clássica do historiador Warren Dean, “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”³⁷, fizeram com que houvesse um aumento significativo de problemas ambientais, que acabaram afetando as sociedades, de modo geral. O livro, que traz informações sobre a floresta, mesmo antes da habitação

35 WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

36 HISSA, Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

37 DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

pelos seres humanos, nos mostra como ocorreu o uso dos recursos naturais, desde a ocupação das áreas florestais daquele bioma por indígenas até a atualidade recente. Foram séculos de exploração descomedida, desde a chegada dos colonizadores no atual país. Os danos começaram a ser percebidos em função das suas consequências, que ocorreram de forma mais acentuada nas últimas décadas.

O século XX foi marcado por avanços tecnológicos importantes, mas, por outro lado, foi também o século onde foram cometidos os maiores danos ambientais irreparáveis. Como consequência dessa destruição, emergiram crises ambientais desencadeadas por variados problemas, como: aumento da poluição do ar em função do crescimento no número das fábricas e produções; os danos causados pelos desmatamentos; o aumento do número de agrotóxicos e intoxicações, entre outros. Uma das primeiras críticas sobre tais danos foi na obra "Primavera silenciosa"³⁸, escrita pela bióloga Rachel Carson, em 1960, publicada no auge da produção química dos chamados organoclorados, que são substâncias presentes em agrotóxicos com uso indiscriminado na agricultura ainda hoje. O livro foi um marco, uma vez que deliberadamente apontou os problemas causados pelos agrotóxicos, mostrando que os mesmos afetam a biota de forma complexa, intensa e duradoura. Além do tema da obra se mostrar inovador e polêmico, o livro se destaca por levar, ao público geral, dados consistentes sobre os problemas ambientais causados pelos agrotóxicos para o meio natural e para os seres humanos.

Com o livro de Carson, houve maior espaço para as discussões, na sociedade em geral, sobre os usos dos recursos naturais. Já havia indícios suficientes para afirmar que os danos antrópicos ao meio natural estavam ocorrendo de forma intensa. Quando as discussões em torno da crise atingiram o discurso político, principalmente por conta da pressão social, na tentativa de colocar outros diferentes

grupos sociais a par do problema ambiental, diversos setores se dispuseram a trabalhar com a temática meio ambiente dentro da academia. Os historiadores ambientais redefiniram suas problemáticas em torno da natureza, passando a questionar a sociedade, os interesses políticos, econômicos, que muitas vezes preponderaram a racionalidade do uso dos recursos naturais. Desta forma, as pesquisas sobre o meio ambiente na História recebem importância para além das práticas acadêmicas, uma vez que podem ser utilizadas como baliza para ações futuras de conservação e preservação do meio natural.

No entanto, transpassar os limites acadêmicos, como fez Carson, não é uma tarefa fácil, são muitos os desafios encontrados por historiadores e outros profissionais. Por mais que haja legitimidade e reconhecimento das pesquisas no âmbito acadêmico, não significa que elas serão acolhidas pela sociedade como um todo. Ainda mais quando os resultados das pesquisas vão de encontro aos princípios pessoais e coletivos. Os ditos negacionismos são uma barreira que impede que os resultados das pesquisas acadêmicas cheguem à sociedade de modo geral. Em agosto de 2018, o jornal *The Guardian* publicou uma matéria intitulada "Negação: o que leva as pessoas a rejeitar a verdade"³⁹, onde o autor, Keith Kahn-Harris, afirmava que o negacionismo pode afetar de forma irreversível as sociedades. A matéria foi introduzida com uma discussão simplória, porém necessária, sobre a linha tênue entre a negação individual e o negacionismo. A negação individual foi definida como "algo tão simples quanto recusar-se a aceitar que outra pessoa está falando a verdade. A negação pode ser tão insondável quanto as várias maneiras pelas quais evitamos reconhecer nossas fraquezas e desejos secretos" (Kahn-Harris, 2023, p. 01). No entanto, o negacionismo foi definido como algo mais complexo e perverso, por ser mais do que apenas outra manifestação das complexidades monótonas de nossos enganos e autoenganos. "A negação é furtiva e rotineira;

39

Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/aug/03/denialism-what-drives-people-to-reject-the-truth>. Acesso em: 29 jan. 2023.

o negacionismo é combativo e extraordinário. A negação esconde a verdade, o negacionismo constrói uma pseudoverdade nova e melhor” (Kahn-Harris, 2023, p. 01).

Tais conceitos nos levam a pensar que mesmo havendo, nas diferentes sociedades, pessoas que se posicionam e defendem hipóteses negacionistas (sem comprovação científica ou muitas vezes já contrariamente provadas), elas não se autodenominam negacionistas, porém elas existem e afetam toda a sociedade.

Quando nos referimos ao meio natural, podemos fazer uma reflexão que os negacionismos foram construídos e estão enraizados em diversas camadas da sociedade. No livro “Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e civilização do Brasil”⁴⁰, de Sergio Buarque de Holanda, o autor mostra como os mitos edênicos que povoavam o universo mental luso-castelhano na época das grandes navegações influenciaram as decisões no processo de colonização. Buarque aponta para o fato de que o mito de terem encontrado o Éden também estava imbricado com a ideia de recursos naturais inesgotáveis, que serviu como base para a exploração do meio natural. Sendo assim, foi montada a estrutura, desde o período colonial brasileiro, para repercutir a ideia de que não era necessário ser comedido com relação à exploração dos recursos naturais.

No período Imperial, o mesmo discurso era reproduzido, mas havia ressalvas, como mostra o historiador José Augusto Pádua, na obra “Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)”⁴¹. No livro, o autor mostra cinco posicionamentos com relação ao meio natural no período por ele estudado. A primeira desvaloriza a natureza não humana – não se incomodando com sua destruição, quer por indiferença ou pela

40 HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e civilização do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

41 PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

desqualificação –, e considerar a natureza tropical inferior à temperada. Esta concepção foi mais vivida que pensada no Brasil pelo pragmatismo dos proprietários rurais, apenas interessados em extrair do ambiente o máximo que ele pudesse lhes render. A segunda reconhece a importância da natureza não humana, mas a considera um obstáculo para o desenvolvimento. A terceira posiciona-se a favor de sua destruição, necessária para um país que deseja se desenvolver. A quarta, típica do romantismo, idealiza a natureza, no entanto, não se mostra proativa para defendê-la. O quinto posicionamento está presente nos autores por ele estudados, que entendem ser necessário proteger a natureza não humana frente ao progresso econômico e social, como também asseguraram que esta proteção era indispensável ao desenvolvimento.

O posicionamento presente nos relatos da elite letrada analisados por Pádua não reflete diretamente o que a sociedade de modo geral pensava, porém, devem ser prestigiados por “produzir uma espécie de metacrítica do progresso, [...] apesar de condenar a falta de progresso e defender esse último como um valor político superior, eles não aceitaram a ideia de que todas as atividades produtivas ou processos de expansão social, inclusive todas as inovações tecnológicas pudessem ser enquadradas em seu bojo”⁴²

Tal ideia, de que se pode explorar intensamente os recursos naturais, sem mensurar os danos, mesmo que já percebida como um ato prejudicial, como apontou Pádua na obra mencionada, foi disseminada e tornou-se senso comum, tem sido reverberada e precisa ser combatida. A História Ambiental, através de pesquisas consistentes, vem trazendo resultados importantes sobre as causas e consequências das relações dos seres humanos com o mundo natural.

Dentre tais pesquisas, podemos destacar os estudos de um grupo de historiadores, como John McNeill⁴³ e José Augusto Pádua⁴⁴, que apontam que a antropização vem sendo realizada de forma tão intensa, que deve ser demarcado um novo período geológico, denominado Antropoceno. Desta forma, o Antropoceno refere-se primariamente ao aumento da escala da interferência antrópica no planeta Terra, mas também, à aceleração desse aumento. A combinação dos dois agentes “molda o sistema Terra de modo mais decisivo do que a interferência de fatores não antrópicos, promovendo um colapso do tempo geológico no tempo histórico”⁴⁵. A chamada “Grande aceleração” representa um risco real para todas as sociedades.

A Grande Aceleração se mostra um dos desafios importantes que serão enfrentados pela humanidade ao longo das próximas décadas. Enquanto tentamos passar por um gargalo de crescimento populacional contínuo, uso excessivo de recursos e deterioração ambiental. Na maior parte do mundo, a demanda por combustíveis fósseis supera o desejo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Cerca de 60% dos ecossistemas já estão degradados e continuarão degradando, a menos que mudanças sociais significativas em valores e gerenciamento ocorram⁴⁶. Mesmo assim, ainda é substancial o número de pessoas que não acreditam em tais riscos, rotuladas como negacionistas.

Quando nos remetemos aos negacionismos ligados às questões ambientais, principalmente no que tangencia o uso dos recursos naturais, vemos que nas últimas décadas houve um crescimento

43 STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; MCNEILL, J. R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? *Ambio*, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em 06 fev. 2023.

44 PÁDUA, J. A. Vivendo no antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: OLIVEIRA, L. A. **Museu do amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

45 MARQUES, L. O Antropoceno como aceleração do aquecimento global. *Liinc em Revista*, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5968>. Acesso em: 07 fev. 2023.

46 STEFFEN; CRUTZEN; MCNEILL, 2007. *Op. cit.* p. 620.

significativo de pessoas que se posicionam contra problemas ambientais catalisados pelos seres humanos. Existem muitas discussões que estão sendo pautadas em torno das negações e das questões ambientais, algumas delas vem sendo evidenciadas na esfera social e política, como *Climate Changes* – as mudanças climáticas. Estudos comprovam que as emissões de gases de efeito estufa têm aumentado significativamente com o crescimento industrial e levado à retenção do calor do sol, conseqüentemente, elevando as temperaturas na Terra.

A preocupação para levantar as causas e amenizar as conseqüências das mudanças climáticas é generalizada e mobiliza várias governanças. Uma das medidas mais impactantes da atualidade foi a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁴⁷. Composto o IPCC está um o grupo de cientistas estabelecido pelas Nações Unidas para monitorar e assessorar a ciência global relacionada às mudanças climáticas. O grupo elabora um relatório, divulgado periodicamente, contendo informações sobre os recentes conhecimentos em torno das mudanças climáticas, as ameaças que já estamos enfrentando hoje, e o que podemos fazer para limitar aumentos de temperatura ainda maiores, que causarão perigos para todo o planeta.

Considerando as informações aqui apresentadas sobre as pesquisas de História Ambiental e como têm atuado para combater os negacionismos acerca do meio ambiente, assim como os negacionismos atuam influenciando os usos dos recursos naturais ao longo da história, percebe-se que, apesar dos avanços nas pesquisas, muito ainda precisa ser feito para combater os negacionismos.

Pesquisas que apontam dados consistentes têm sido publicadas e publicizadas por historiadores e pesquisadores de diversas

47

O último relatório do IPCC: O que é e por que ele é importante? **The Nature Conservancy**, 2022. Disponível em: https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/noticias/ipcc-report-climate-change/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=ipcc&gclid=CjwKCAiAle0eBhBdEiwAfgmXf-Dy9ghLjx8oHxf5dLRLie2wsX2rpys9F7IWKexcPAutX6FvSghjxoCehYQAvD_BwE. Acesso em: 07 fev. 2023.

áreas do conhecimento. Tais estudos enfrentam dificuldade para alcançarem à população leiga por concorrerem com *fake news* e informações produzidas em massa e disseminadas por diferentes propósitos. Repensar o papel da História Ambiental e como ela poderá auxiliar no combate dos negacionismo é um exercício que precisa ser repetido pelos historiadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

HISSA, E. V. (Org). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMg, 2008. p. 23.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e civilização do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

KAHN-HARRIS, K. Denialism: what drives people to reject the truth. *The Guardian*, Londres, 3 ago. 2018.

MARQUES, L. O Antropoceno como aceleração do aquecimento global. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5968>. Acesso em: 07 fev. 2023.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, J. A. Vivendo no antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. *In*: OLIVEIRA, L. A. **Museu do amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; MCNEILL, J. R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? **Ambio**, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em 06 fev. 2023.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

16

*Nashla Dahás
Paulo Cesar Gomes*

REAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?

**IMPRESSÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DA HISTÓRIA
(PÚBLICA) CONTRA OS NEGACIONISMOS**

Em março de 2022, pelo quarto ano consecutivo, o governo de Jair Bolsonaro comemorou o golpe militar de 1964; o Ministério da Defesa afirmou em ordem do dia que a ruptura institucional foi um “marco histórico da evolução política brasileira”, e que a história “não pode ser reescrita, em mero ato de revisionismo, sem a devida contextualização”, referindo-se ao “regime totalitário” que supostamente seria implantado no país pelo então presidente João Goulart, democraticamente eleito.⁴⁸ Ao menos a partir de 2016, quando o então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou o torturador confesso Carlos B. Ustra – como parte da justificativa para seu voto favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff –, ele tem encontrado certa legitimação social em seus elogios públicos à ditadura militar. Nesse sentido, desde as eleições de 2018, autoridades políticas de extrema direita têm intensificado expressões de enaltecimento do regime de exceção, que oscilam entre a negação objetiva da ditadura e a defesa de narrativas fraudulentas da história desse período. A título de exemplo, podemos citar o caso do general Braga Netto que, em 2021, na posição de ministro da Defesa, em resposta ao deputado Ivan Valente (PSOL-SP), negou que tenha havido uma ditadura no país: “Não considero que tenha ocorrido. Houve sim um regime forte, com exceções dos dois lados”.⁴⁹ Esta não foi uma declaração isolada, mas integrou uma série de performances políticas sintonizadas com os cortes no orçamento federal de verbas destinadas à Educação⁵⁰ e com projetos de desvalorização da atividade docente⁵¹.

48 Íntegra da notícia: <https://bit.ly/3E9D2Rz>. Acesso em: 31 out. 2022.

49 Íntegra da notícia: <https://bit.ly/3fC93bq>. Acesso em: 31 out. 2022.

50 Bolsonaro anuncia mais um corte no orçamento da Educação: <https://bit.ly/3NyS9Xv>. Acesso em: 31 out. 2022.

51 Para uma apreensão das críticas acadêmicas dirigidas à última versão da BNCC, ver entrevista de Salomão Ximenes, professor de Políticas Públicas da UFABC: <https://bit.ly/3fJKzaT>. Acesso em 31 out 2022. Para entender as recentes intervenções do governo federal no ensino médio brasileiro, ouvir: <https://apple.co/3FONfnH>. Acesso em: 31 out. 2022.

A associação desqualificadora e conspiratória entre as esquerdas, o fantasma do comunismo e a atividade docente no Brasil não é nova e nem original. Keila Grinberg, por exemplo, vem construindo pontes descontínuas entre o estado atual dessa questão e o sucesso alcançado pelo jornalista Leandro Narloch desde a publicação, em 2009, de seu *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*⁵². De acordo com a historiadora, este teria sido um marco no processo de ampliação social da ideia de que professores(as) de história e humanidades seriam, na verdade, doutrinadores. Em outras ocasiões, Grinberg discutiu publicamente o que seria “a tal da outra história”,⁵³ vendida de modo desonesto por Narloch como uma história “que seu professor nunca lhe ensinou”. Para a autora, esta seria “uma estratégia de divulgação que revela grande desconhecimento acerca do ensino de história do Brasil nas escolas do ensino médio e fundamental, que passou, nas últimas décadas, por uma quase revolução – ainda que silenciosa”. A partir do início dos anos 1980, segundo Grinberg, com o processo de redemocratização do país e a proliferação de cursos de pós-graduação, novos temas e objetos foram incorporados às discussões nas salas de aulas. Desta maneira, os(as) professores(as) começaram a ministrar aulas de história das lutas pelos direitos de cidadania e igualdade das minorias políticas que formam a maioria da população brasileira.

Feitas essas considerações, perguntamo-nos: quando a negação pura e simples da realidade crítica e complexa do ensino de história e da produção de conhecimento histórico no Brasil tornou-se uma das bases do negacionismo de Estado, que passou a mobilizar o fenômeno de extrema direita denominado bolsonarismo? O que, afinal, vem sendo negado? Como os negacionismos atingem a comunidade acadêmica historiadora? Como historiadores/as vêm

52 A historiadora abordou o tema no debate **História e negacionismo: e agora ANPUH?**: <https://bit.ly/3U6KYIK>. Acesso em 31 out 2022.

53 K. Grinberg. A tal da outra história. **Instituto Ciência Hoje** (s/d): <https://bit.ly/3FEsZVE>. Acesso em 31 out 2022.

reagindo à multiplicação dos falseamentos públicos da História? Que movimento estes acontecimentos estão imprimindo no interior da disciplina histórica? São estas as questões que motivam a escrita deste texto, embora tenhamos clareza da inviabilidade de respondê-las satisfatoriamente e dos limites de nossas reflexões diante dos desafios que se impõem.

Este capítulo está dividido em três partes. Inicialmente, analisamos como a disciplina histórica vem construindo reflexões acerca do tempo presente, o que consideramos fundamental para uma compreensão aprofundada dos negacionismos do século XXI. Em seguida, buscamos identificar o tipo de respostas oferecido pelo fenômeno negacionista à sociedade. Por fim, apresentamos nossas impressões sobre como a comunidade historiadora brasileira, em seus diferentes campos de atuação, vem se recriando a partir dessa realidade. Destacadamente, apontamos os desafios e as possibilidades propostos pelos(as) pesquisadores(as) que participaram do Simpósio Temático *História pública, divulgação em História e os impasses do tempo presente: desafios e perspectivas em meio ao crescimento cultural dos negacionismos científicos*, coordenado por nós no XIX Encontro Estadual de História de Santa Catarina.

OS NEGACIONISMOS PRÓPRIOS AO TEMPO PRESENTE

Em 1987, a palavra “negacionismo” passou a figurar como conceito e objeto de estudo da História do Tempo Presente. O historiador Henry Rousso, de forma pioneira, utilizou o termo para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa de judeus durante o nazismo⁵⁴.

Segundo P. Valim, A. Avelar e B. Bevernage, a expressão “negacionismo” passou a ser mobilizada em direção contrária à empregada pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma “escola revisionista” e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica à falsificação e distorção de evidências históricas⁵⁵. No Brasil, a disseminação do uso do termo ocorreu também no sentido atribuído por Enzo Traverso, isto é, ligado a um fenômeno político e relacionado a práticas e discursos que questionam as relações que as sociedades estabelecem com seus passados⁵⁶. O fato é que o êxito do negacionismo como uma proposta fraudulenta de relação sensível com os tempos históricos está ligado à crise, bastante discutida por historiadores(as) e filósofos(as), da percepção social do tempo característica da modernidade⁵⁷. Dito de outro modo, a “crise de representação” ou do paradigma historiográfico – que, ao menos desde os anos 1980, prolifera-se nos meios acadêmicos – é acompanhada pelo surgimento, no espaço público, de diversos mal-entendidos relacionados ao lugar da verdade tanto nas narrativas não acadêmicas sobre o passado quanto na historiografia. Além disso, é inevitável considerar a centralidade da cultura digital como elemento estruturante da vida humana na contemporaneidade.⁵⁸ Essa realidade, que escapa da apreensão de análises regidas por racionalidades analógicas, cria territórios cibernéticos cujas regras permitem

- 55 VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BERVERNAGE, Berber. Apresentação - negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. Dossiê - Negacionismos e usos da história. **Rev. Bras. Hist.** 41 (87) - mai-ago 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3NyEfEK>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- 56 TRAVERSO, Enzo. **The New faces of Fascism: Populism and the Far Right**. London: New York: Verso, 2019.
- 57 GUMBRECHT, Hans U. Depois de “depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: ARAUJO, Valdeci Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- 58 Cf. CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. Ver também: BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

que grupos negacionistas ajam de maneira irresponsável, violenta e eficaz em uma velocidade inviável fora do universo virtual.

Recentemente, em palestra intitulada *O que podemos fazer com o passado no tempo “pós-histórico?”*, H. Gumbrecht enfatizou o descompasso entre a percepção social generalizada sobre o tempo cotidiano, que já não opera sob o signo do progresso, e a academia, cuja maneira dominante de conceber o tempo ainda está ligada ao sentido e aos métodos do tempo histórico moderno.⁵⁹ Gumbrecht se pergunta o que fazer no ambiente acadêmico quando o padrão que constitui a História como disciplina já não corresponde à percepção socialmente predominante acerca do tempo. Para o autor, na vida cotidiana, o futuro só oferece ameaças e o presente está ocupado por imagens de passados reificados e que, muitas vezes, não existiram.

Em linhas gerais, há certo consenso sobre a hipótese de que, desde a segunda metade do século XX, o tempo deixou de ser percebido e praticado socialmente como um agente irrevogável de mudanças, rebaixando fortemente as expectativas de transformação que haviam predominado desde fins do século XVIII⁶⁰. Nessa perspectiva, a emergência de discussões que renovaram os estudos sobre tempo e temporalidade na História foram acompanhadas pelo crescimento de narrativas falseadas sobre o passado oferecendo “uma outra história” marcada pela simplificação extrema ou pela negação de qualquer tipo de complexidade.

Pode-se dizer que os negacionismos, como prática social do século XXI, dedicaram-se primeiro a lidar com o cenário caótico da *web 4.0* e a compreender as conexões desenvolvidas entre o universo digital e a consciência humana, considerando que ambos,

59 Íntegra da palestra: <https://bit.ly/3fChJP2>. Acesso em: 01 nov. 2022.

60 ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

inevitavelmente, compartilham processos de transformações constantes e, ao que parece, irreversíveis.

O pesquisador bielorrusso Evgeny Morozov, por exemplo, avalia que o entusiasmo gerado pelo surgimento da internet, vista inicialmente como uma ferramenta democrática que promoveria a liberdade e funcionaria como um antídoto contra regimes políticos autoritários, revelou-se uma grande falácia. Para Morozov, o fato de o universo digital ser controlado por gigantescas corporações de tecnologia – que se apoderam indevidamente de dados públicos e privados – coloca em risco não apenas as liberdades, mas até mesmo a existência da política.⁶¹

É evidente, portanto, que os negacionismos são instrumentalizados para que os objetivos escusos do neoliberalismo sejam alcançados. Cabe lembrar que não é sem razão que a História, como campo de produção de conhecimento confiável sobre o passado, é um dos principais alvos dos negacionismos. A disciplina histórica, sobretudo a partir de meados do século XX, vem avançando na direção de questionar as desigualdades, defender os direitos de grupos socialmente marginalizados e apontar os usos políticos do passado pela extrema direita como forma de justificar discursos e práticas violentas no presente.

NOÇÃO DE ERDADE E BALIZAS (I)MORAIS

Em dezembro do ano passado, o jornalista Ayrton Centeno publicou em sua coluna no jornal *Brasil de Fato* uma lista intitulada “As piores frases de 2021”⁶². A seguir, reproduzimos duas delas:

61 Cf. MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

62 Íntegra da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/15/as-piores-frases-de-2021>. Acesso em: 01 nov. 2022.

- “A universidade, na verdade, deveria ser para poucos” (Ministro da Educação Milton Ribeiro, em 10.08.21), (Cen-teno, 2021, online).

- “Tudo bandido”. (Vice-presidente Hamilton Mourão, em 07.05.21, sobre a chacina na favela do Jacarezinho, no Rio, em que 28 pessoas foram assassinadas), (Cen-teno, 2021, online).

Apresentamos agora duas características que permeiam grande parte dos discursos que negam ou fraudam passados históricos sensíveis. Para tanto, poderíamos ter selecionado uma série de outras intervenções que mobilizaram a comunidade acadêmica, tal como o uso do termo “ditabranda” pelo historiador Marco Antônio Villa em coluna publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em março de 2009⁶³. Contudo, consideramos os efeitos de naturalização dos negacionismos quando acionados em todo e qualquer fato cotidiano, como se pode ver nas declarações citadas.

Nosso objetivo é demonstrar como essas construções discursivas exploram um horizonte aberto de consciência histórica⁶⁴ que, contudo, se encontra distante da estruturação profissional do conhecimento histórico. Marcos Napolitano aponta o componente ideológico que marca esses discursos, produzidos sem fundamentação metodológica e, principalmente, sem balizas éticas⁶⁵. Segundo o historiador, essas frases sensacionalistas utilizam temas ou personagens históricos “com o intuito de defender uma tese dada a priori sobre o passado incômodo e sensível”.

63 Íntegra da coluna: <https://bit.ly/3h5PxUZ>. Acesso em: 01 nov. 2022.

64 A noção de consciência histórica que estamos utilizando é tributária de RÜSEN, Jorn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Uma hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Año 4, n.7, p. 27-36. oct. 1992.

65 NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 100.

A discussão teórica sobre o estatuto da verdade é extensa, mas tem um ponto de inflexão fundamental durante a chamada virada linguística, ocorrida nos anos 1980. Autores como F. Ankersmit⁶⁶ propuseram um debate radical a respeito da linguagem representacional, vista como condição de possibilidade do ofício histórico. Ao mesmo tempo, colocaram em segundo plano o modelo tradicional de enunciado verdadeiro. De lá para cá, podemos dizer que a História se complexificou tanto quanto se democratizou. Nas palavras de M. Rangel,⁶⁷ ao longo de todo o século XX, cresceu um “ceticismo” epistemológico generalizado com o giro linguístico, sendo responsável, em parte, pelo enfraquecimento da justificativa que, até então, era suficiente à atividade historiográfica: a de que ela seria um espaço privilegiado à constituição de enunciados verdadeiros sobre o passado. Acrescentaríamos que tal multiplicidade de perspectivas se refletiu também na emergência plural de agentes históricos até então invisibilizados, entre outros fatores.

Um diagnóstico semelhante foi exposto por Keila Grinberg ao afirmar que o debate teórico a respeito da verdade, da representação e da pós-modernidade, está presente na maior parte das correntes historiográficas críticas ao eurocentrismo⁶⁸. No entanto, segundo a autora, tal esforço não conseguiu se justificar na esfera pública, sendo tomado como uma oscilação entre o positivismo total e o relativismo radical.

Não se trata de uma relação direta ou de uma crítica à complexidade da escrita da História; antes, parece fundamental tecer pontes descontínuas entre a dificuldade de legitimação pública teórico-metodológica da operação histórica e o vazio de sentido

66 ANKERSMIT, Franklin R. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012.

67 RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. Originalmente apresentado no “Seminário Internacional Intercâmbios Historiográficos (Brasil, Argentina, México)”, em novembro de 2015.

68 Íntegra do debate: <https://bit.ly/3U6KYIK>. Acesso em 1 nov 2022.

social atribuído ao ofício histórico no século XXI. Neste hiato, toda espécie de práticas negacionistas se multiplicou no universo digital na forma de frases de efeito que pretendem dizer a “verdade”, em geral acusatória e ressentida.

HISTÓRIA PÚBLICA, DIVULGAÇÃO EM HISTÓRIA E OS IMPASSES DO TEMPO PRESENTE

Em julho de 2021, em São Paulo, uma estátua em homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718) foi incendiada.⁶⁹ A autoria do ato foi reivindicada pelo grupo Revolução Periférica, que acompanhou um movimento internacional de deslegitimação de monumentos históricos escravagistas. O incêndio performou a presença do Brasil no circuito da “negação afirmacionista”⁷⁰, no qual diversos movimentos sociais vêm pautando a academia e incorporando categorias produzidas nas universidades para revisar a história do colonialismo.

A seguir, apresentamos nossa avaliação das comunicações apresentadas no já citado Simpósio Temático realizado no XIX Encontro Estadual de História de Santa Catarina, que nos permitiu verificar como pesquisas e pesquisadores(as) estão recriando suas reflexões, práticas e linguagens.

O mundo contemporâneo parece ter se imposto a todos os problemas de pesquisa apresentados, o que reitera a História do

69 Íntegra da notícia: <https://bit.ly/3UsDAau>. Acesso em: 01 nov. 2022.

70 O termo é utilizado por Marcos Napolitano para diferenciar a negação que deseja apagar e a negação que intenciona dar visibilidade. Íntegra da apresentação: <https://bit.ly/3zIzhjo>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Tempo Presente como uma ferramenta de combate ao falseamento da narrativa histórica. As principais temáticas abordadas foram negacionismos, cultura digital, patrimonialização da memória, encarceramento em massa, violência de Estado e eurocentrismo histórico e historiográfico e seus impactos públicos, entre outros. Pudemos perceber que as discussões realizadas abarcaram alguns temas já considerados clássicos da História do Tempos Presente, tais como a contemporaneidade do não contemporâneo, a politicidade dos temas em estreita vinculação com a esfera pública e com os movimentos sociais, os usos da categoria trauma e/ou frustração na análise histórica, assim como a História Oral e a memória como fundamentos do conhecimento histórico produzido desde a segunda metade do século XX. Foi surpreendente perceber como esses debates vêm sendo transformados de maneiras imprevistas e criativas. Em outras palavras, vimos que a produção de pesquisa histórica e\ ou de conteúdos dirigidos à publicação on-line passaram a se estruturar tendo como base a preocupação com um regime de visibilidade/interação. A pergunta implicitamente colocada pelos trabalhos apresentados foi: como podemos abordar temas sensíveis ao tempo presente mobilizando as vozes interessadas na questão? Com isso, talvez possamos utilizar a ideia de “furar a bolha” como algo ainda pouco questionado no ambiente acadêmico.

A História Pública parece se constituir como símbolo de legitimidade da preocupação com a divulgação em História e com a conexão com ambientes não acadêmicos. Com pressupostos teórico-metodológicos pouco claros entre as comunicações apresentadas, a referência constante ao campo de estudos retoma certo clichê sobre a perda, pelos(as) historiadores(as), do monopólio da produção de discursos sobre o passado. Convém ressaltar que este monopólio, se existiu, esteve desde a constituição da disciplina História associado ao elitismo da habilidade intelectual e ao ensino de História como campo subalterno da produção de conhecimento. Este quadro, no entanto, vem passando por grande transformação

nos últimos vinte anos, como atesta a constituição da disciplina e do campo de pesquisa chamado Didática da História no Brasil.

A História Pública parece ser compreendida como um campo que reconhece o estatuto igualitário de fonte e de historiografia a vestígios e a produções sobre o passado que desafiam as categorias clássicas do pensamento histórico moderno, tais como os *tuítes* e os comentários em redes sociais. A velocidade de produção desses vestígios foge aos padrões mais estáveis daquilo que era reconhecido como fonte legítima da História. Além disso, os trabalhos enunciados como públicos assumem linguagens não textuais como fundamentais, a saber, *podcasts* e vídeos interativos. Em geral, a História Pública se fez presente a partir de um campo de preocupações próximo ao que Ricardo Santhiago chamou de “autorreflexividade”⁷¹ Ou seja, historiadores(as) identificados com uma perceptiva pública da história repensam suas práticas de pesquisa a partir das possibilidades de convertê-las em experiências concretas com consequências práticas.

Mas o nó perceptível entre as discussões promovidas no âmbito do referido Seminário refere-se à noção de divulgação científica. Afinal, no que consiste um trabalho de divulgação em História? Existe uma estruturação teórico-metodológica própria ou, de outro modo, isso é necessário? Embora o volume de artigos publicados sobre o tema cresça a cada dia, ainda não é possível estabelecer um consenso historiográfico sobre a questão.

Lynn Hunt, em seu provocativo *History: why it matters*⁷² postula que a história ainda tem a oferecer exemplos morais a partir das histórias de sociedades e indivíduos passados que enfrentaram grandes desafios, nos legando a possibilidade de inspiração. A autora reconhece as dúvidas geradas pela falência da noção

71 SANTHIAGO, Ricardo. **História pública e autorreflexividade**: da prescrição ao processo. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

72 HUNT, Lynn. **History: why it matters**. London: Polity, 2018.

de progresso tal como construída durante o século XIX, abalada pelas grandes guerras do século XX e, mais recentemente, pelo reconhecimento da catástrofe ambiental. Apesar disso, evoca a importância da existência de grandes narrativas, ainda que elas não precisem ser narrativas progressistas.

E, assim, poderíamos enumerar tantos(as) outros(as) intelectuais contemporâneos cujas diferenças teóricas não obscurecem o desejo comum de transformar o mundo em que vivemos, democratizando-o, pluralizando-o e colorindo-o historicamente. Eis a grande diferença entre a negação de monumentos colonialistas, como o incêndio de Borba Gato, e os negacionismos científicos.

Confira, a seguir os projetos apresentados no Seminário que acabamos de descrever:

- Projeto de divulgação do conhecimento histórico “História da ditadura: novas perspectivas” - <https://www.historiadaditadura.com.br/>
- Projeto de extensão em História Pública (UFFS) “Anjos da História” - <https://anjodahistoria.wordpress.com/>
- Projeto de divulgação cultural “Arte na cuca” - <https://artena-cuca.com.br/author/antoniof/>
- Projeto de divulgação histórica, ensino de História e games “Play-stória” - https://www.instagram.com/playstoria_/
- Laboratório Estação Contestado – (UDESC) - <https://www.udesc.br/faed/labec>
- Projeto Arquivos Marginais – (UDESC) - https://www.udesc.br/faed/idch/arquivos_marginais

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Franklin R. **A escrita da história:** a natureza da representação histórica. Londrina: EDUEL, 2012.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência.** SP: Boitempo, 2014.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem:** vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

CENTENO, Ayrton. As piores frases de 2021. **Brasil de Fato.** 15.12.2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/15/as-piores-frases-de-2021>. Acesso em: 01 nov. 2022.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso:** verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CONGRESSO EM FOCO. Braga Netto nega que tenha havido ditadura no Brasil. **Uol.** 18.08.2011. Disponível em: <https://bit.ly/3fC93bq>. Acesso em: 31 out. 2022.

GRINBERG, Keila. A tal da outra história. **Instituto Ciência Hoje** (s/d). Disponível em: <https://bit.ly/3FEsZVE>. Acesso em: 31 out 2022.

GUMBRECHT, Hans U. Depois de “depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? *In:* ARAUJO, Valdeci Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (Org.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HISTÓRIA e negacionismo: e agora ANPUH?. Produção de: RBH; ANPUH-BR. YouTube. 02.07.2020. Duração: 1h 33min. Disponível em: <https://bit.ly/3U6KYIK>. Acesso em: 31 out 2022.

HUNT, Lynn. **History:** why it matters. London: Polity, 2018.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. **El País** – Brasil. 24.07.2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em: 31 out 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

PALESTRA com Hans Ulrich Gumbrecht: O que podemos fazer com o passado “o tempo “pós-histórico?”. Produção de: NEHM TV. YouTube. 20.09.2022. Duração: 1h 34min. Disponível em: <https://bit.ly/3fChJP2>. Acesso em: 01 nov. 2022.

PET História / UFF. #57: a Reforma do Ensino Médio. PETcast História (s\d). Disponível em: https://open.spotify.com/episode/63SNHFVndkfp3ZkCl0nyXh?si=Fst1IF_oS4uuVEIQebtklg&utm_source=copy-link&nd=1. Acesso em: 01 nov. 2022.

RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. **Anais do “Seminário Internacional Intercâmbios Historiográficos** (Brasil, Argentina, México)”, 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/12619>. Acesso em: 03 jul. 2020.

REDAÇÃO. Gestão Bolsonaro celebra golpe de 64 pelo quarto ano seguido. **Deutsche Welle Brasil**. 31.03.2022. Disponível em: <https://bit.ly/3E9D2Rz>. Acesso em: 31 out. 2022.

ROUSSO, Henry. **Le syndrome de Vichy**. De 1944 à nos jours. Paris : Éditions du Seuil, 1987.

SALDAÑA, Paulo; MARCHESINI, Lucas. Governo Bolsonaro corta R\$ 3,2 bilhões do orçamento do MEC. **Folha de S. Paulo**. 27.05.2022. Disponível em: <https://bit.ly/3NyS9Xv>. Acesso em: 31 out. 2022. SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.

TRAVERSO, Enzo. **The New faces of Fascism: Populism and the Far Right**. London: New York: Verso, 2019.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BERVERNAGE, Berber. Apresentação - negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. Dossiê - Negacionismos e usos da história. **Rev. Bras. Hist.** 41 (87), p. 13-36, mai.-ago. 2021.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. **Folha de S. Paulo**. 05.03.2009.

17

*Renan Rivaben Pereira
Breno Sabino Leite de Souza*

QUAIS NEGACIONISMOS TÊM SIDO FEITOS PELA DIREITA CONSERVADORA E LIBERAL NA HISTÓRIA DO BRASIL?

AS MÚLTIPLAS FACES DO NEGACIONISMO

A negação do conhecimento científico e histórico possui um passado tão longínquo quanto o próprio desenvolvimento das mais diferentes áreas do saber. Hipóteses, teorias, métodos e resultados foram recorrentemente rejeitados diante de outras perspectivas ideológicas. Neste sentido, os conservadorismos se destacaram dentre aqueles grupos organizados que ativamente recusaram determinadas teorias, como no caso do evolucionismo, confrontado desde o seu nascimento em meados do século XIX até os dias atuais por concepções criacionistas da origem da humanidade. Ao longo do tempo, o fenômeno do negacionismo assumiu variados formatos e públicos, atingindo desde populações que expressaram uma reação a partir de suas vivências cotidianas, até grupos politicamente organizados que se opuseram sistematicamente aos fatos estabelecidos a partir de métodos exaustivamente discutidos e empregados pelas comunidades de pesquisadores. Nesse sentido, o psicólogo Israel Charny (1992) distinguiu duas formas de negacionismo: de um lado, teríamos a “negação inocente” que seria aquela que o indivíduo pensa a história a partir de experiências individuais; e de outro, a negação produzida por “negacionistas profissionais”, ou seja, aqueles que publicam obras e se colocam como especialistas. Cabe salientar que, a despeito da distinção, essas duas dimensões frequentemente se cruzam.

No Brasil, um dos casos mais bem estudados e que demonstra a confluência desses aspectos foi a chamada Revolta da Vacina, ocorrida no ano de 1904 durante a campanha de vacinação obrigatória levada a cabo pelo médico sanitariano Oswaldo Cruz no combate à varíola. A obrigatoriedade e as punições estabelecidas pelo governo federal levaram a uma forte resistência da população e de setores opositores ao presidente Rodrigues Alves, resultando em uma campanha liderada pela *Liga Contra a Vacinação Obrigatória*, que obteve grande adesão popular e culminou na revolta ocorrida

no Rio de Janeiro e na suspensão da lei que previa a obrigatoriedade da vacina. Assim, independente das nuances do episódio e dos equívocos da campanha, o evento simboliza um dos primeiros momentos de negacionismo científico amplamente estudados na historiografia brasileira (Pereira, 2002; Sevcenko, 2010).

Portanto, o negacionismo não é um fenômeno novo na história brasileira ou internacional. Podendo, inclusive, ser pensado em momentos ainda mais recuados no tempo. No entanto, enfatizaremos o contexto que compreende o século XX e nossa contemporaneidade, uma vez que movimentos negacionistas se constituíram como importante característica de diversos grupos políticos ligados aos conservadores e liberais, tornando-se uma linguagem política comum em nosso tempo.

Usado pelo historiador francês Henry Rousso (2014) para se referir àqueles que negavam a existência do Holocausto, o termo negacionismo passou a ser comum à medida que cresciam pessoas e grupos organizados que se opunham às políticas de direito à verdade e reconhecimento/reparação de grupos e etnias vítimas de genocídio e processos históricos violentos. Contra uma agenda internacional que incorporou demandas sociais e memórias sobre passados traumáticos, os chamados passados que não passam, alguns Estados nacionais passaram também a organizar narrativas políticas revisionistas e negacionistas. São inúmeros exemplos desse formato. A Hungria e a Polônia, nas últimas décadas, promoveram um esforço para criar uma história oficial que nega suas responsabilidades no Holocausto. A Turquia transformou a negação do documentado Genocídio Armênio em política de Estado, culpabilizando os armênios pelo episódio. O Irã opôs-se diversas vezes à ideia de existência do Holocausto organizando, em 2006, um seminário internacional de revisionistas do Holocausto e negando o fato reiteradas vezes na voz do seu antigo presidente Mahmoud Ahmadinejad como forma de deslegitimar a existência do Estado de Israel. O Japão não

reconhecendo os crimes de guerra nas ocupações da Coreia (Valim, Avelar; Bevernage; 2021, p. 19).

Mais recentemente, com a sistemática mobilização digital de grupos conservadores e de extrema direita, o negacionismo tornou-se mais multifacetado e difuso, visto a dificuldade de identificar a autoria das ideias. Podemos dizer que a politização das redes sociais pela chamada nova direita mundial, ou a extrema direita do século XXI, possibilitou intensa aproximação entre “negacionistas profissionais”; aqueles que publicam obras e se colocam como especialistas, e “negacionistas inocentes”. Ao incluir na análise o negacionismo ao estilo terraplanismo, Ernesto Perini comenta que a força desse não está em sua argumentação técnica, mesmo que apresente algum grau de sofisticação, mas no forjar de identidades. Esses sujeitos passam a ser, principalmente, com o cancelamento do “efeito câmara de eco” da internet, autodidatas autênticos e críticos do *establishment*. É preciso levar em consideração que as teorias científicas não são de fácil acesso e o conhecimento especializado demanda pré-requisitos que escapam ao público comum, dessa maneira, teorias mais simples e que não se chocam com os valores das pessoas podem prevalecer porque inibem frustrações (Weissheimer, 2019).

No que concerne ao negacionismo histórico, dois temas se destacaram no Brasil ao longo do século XX: a negação do racismo e dos efeitos da escravidão e a negação da ditadura civil-militar e sua extensão. Nos últimos anos, uma nova onda negacionista se instituiu no país. Projetos editoriais, páginas e perfis nas redes sociais e *Podcasts*, canais no *YouTube* e projetos políticos foram formulados sob o pretexto da garantia dos valores liberais e conservadores. Normalmente sob o epíteto do politicamente incorreto, ou sob a alegação da necessidade de uma pretensa neutralidade do conhecimento, tais movimentos questionam as pesquisas academicamente estabelecidas a partir de um prisma moral, opinativo e/ou político, recusando suas características metodológicas e factuais. Os exemplos são extensos e costumam abranger temas ligados à raça, gênero,

comportamento, meio ambiente e economia, rejeitando políticas públicas específicas e valorizando o mérito pessoal e o empreendedorismo, aspectos fundamentais do neoliberalismo contemporâneo. Em suma, é a ideia de que o individualismo deve se sobrepor a todas as perspectivas coletivas, fato que culminou em um dos maiores movimentos negacionistas dos últimos tempos durante a pandemia de Covid-19, quando esses grupos buscaram garantir a escolha individual sobre vacinação, uso de máscara, deslocamento e tratamento da doença, contrariando as medidas emergenciais propostas pela comunidade científica mundial. No Brasil, o efeito foi catastrófico, uma vez que o negacionismo havia chegado ao poder.

O NEGACIONISMO NO PODER

No Brasil, o negacionismo chegou ao poder com a eleição, em 2018, do candidato da extrema direita Jair Messias Bolsonaro que desde sua atuação como Deputado Federal e em sua extensa lista de participações televisivas construiu um forte discurso negacionista e conspiracionista em torno de questões ligadas especialmente à sexualidade, direito das mulheres, cotas raciais e à ditadura civil-militar. Sua entrada no Palácio do Planalto, portanto, representou a vitória desse conjunto de negacionismos insuflado pelo uso intensivo das novas tecnologias na política. Como resultado, no primeiro ano da pandemia da Covid-19, em 2020, demitiu dois ministros da saúde que resolveram seguir os protocolos da *Organização Mundial da Saúde (OMS)* em relação às medidas de isolamento e o não apoio a tratamentos da doença sem eficácia comprovada por organizações nacionais e internacionais de saúde. Além disso, em 2019, o governo Bolsonaro negou oficialmente o golpe de estado ocorrido no país, em 1964, num telegrama do Itamaraty enviado a Organização das Nações Unidas (ONU). Dois temas aparentemente desconexos,

mas que confluem sob o prisma do negacionismo: ditadura civil-militar e Covid-19 se tornaram pilares do bolsonarismo. O telegrama foi uma resposta ao relator de *Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição* da organização quando esse classificou como imorais e inadmissíveis os planos do governo brasileiro de comemorar a instauração de um regime que trouxe sofrimento à população. O relator afirmou ainda que a tentativa revisionista de justificar ou relevar violações de direitos humanos no passado devem ser rejeitadas por autoridades e pela sociedade (Senra, 2019).

Essa postura revisionista da ditadura militar é uma marca da carreira parlamentar de quase 30 anos de Jair Bolsonaro. Segundo dados do jornal *Estado de S. Paulo*, um quarto dos discursos de Bolsonaro como Deputado Federal estiveram relacionados ou fizeram menção à questão (Menegat, 2019 *apud* Meneses, 2021, p. 62). Tal longevidade da apologia de Bolsonaro à ditadura não pode ser tomada como brados de um soldado solitário, visto que seus discursos como parlamentar sempre estiveram ancorados e, ao mesmo tempo, representaram uma sólida produção intelectual que nunca cessou de circular entre ultraconservadores e parte do meio militar.

Em 2018, no programa *Roda Viva*, da Tv Cultura, Bolsonaro disse que seu livro de cabeceira era o do General Carlos Brilhante Ustra, primeiro militar a ser condenado por sequestro e tortura na ditadura. Em *A Verdade sufocada*, publicado em 2006, Ustra afirmou que os verdadeiros heróis da história do Brasil estavam sendo transformados, nos livros didáticos, em vilões, e que as políticas de reparação e memória não passavam de revanchismo dos perdedores da luta armada (p. 482-483). Registrou também em sua análise sobre o governo Lula, que o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha o Movimento Sem Terra (MST) como o seu braço armado e que, segundo relatórios de autoridades, militantes do MST e do crime organizado de drogas recebiam treinamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) sobre guerrilha rural e urbana (p. 538). Ustra não apresentou e não especificou os relatórios no livro.

Releituras sobre o golpe de 1964 não nasceram propriamente depois do fim do regime, mas já apareciam no ativismo da extrema direita contra a volta da democracia já na década de 1970. Em setembro de 1975, o relatório do Sistema Nacional de Informação (SNI) relatou que grupos da direita radical, responsáveis pela panfletagem anônima, traziam dificuldades para a coesão das Forças Armadas. Em 1976, o mesmo ano que Ustra liderou a Chacina da Lapa, a distribuição desses panfletos foi enorme e num deles era posto que a Escola Superior de Guerra (ESG) teria estabelecido um plano de socialização do país levado a cabo pelo próprio marechal Castelo Branco, primeiro presidente do regime ditatorial, e que Geisel o retomara, em 1974, com seu plano gradual de abertura política (Chirio, 2012, p. 184-193).

Na década seguinte, o ministro do Exército do governo Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves, encomendou pesquisa para militares sobre a história do Brasil das últimas décadas que rebatesse a versão do livro *Brasil: nunca mais*, publicado em 1985, que denunciava a tortura da ditadura militar. No entanto, o chamado Projeto Orvil e a sua publicação foram barrados pelo presidente Sarney na época e seu conteúdo só chegaria ao público amplo com o livro do jornalista Lucas Figueiredo, em 2009 (Meireles, 2020). Atualmente, o arquivo que seria oficialmente publicado como *O livro negro do terrorismo no Brasil* se encontra facilmente na internet e, em quase mil páginas, a história do Brasil no século XX foi esquematizada em quatro “tentativas de tomada de poder” pelo comunismo: a primeira de 1922 a 1954, a segunda de 1955 a 1964, a terceira de 1964 a 1973 e a quarta de 1974 até o presente da produção do texto. Nessa última tentativa, é dito que a mudança de estratégica de organizações subversivas ocorreu quando essas largaram as armas e partiram para ações psicossociais, o “trabalho de massa”. Nesse, a “verdade” sobre o período passou a ser difundido através de “ideias-força” de conotação emotiva e genérica, como “direitos humanos”, “liberdades democráticas”, “estado de direito”, “órgãos de repressão” e “tortura, torturados e torturadores” (Projeto Orvil, 1987, p. 839-846).

Assim, embora não sejam recentes, os discursos revisionistas da ditadura civil-militar encontraram maior eco no contexto dos últimos anos, tornando-se comum o clamor de apoiadores do presidente pelo retorno aos tempos da ditadura, com manifestações de que o próprio presidente liderasse uma intervenção militar. Como resultado da relativização empreendida por diversos atores sobre a atuação dos militares na política nacional, Jair Bolsonaro construiu o governo mais militarizado desde a própria ditadura (Rezende, 2020). Além de uma retórica anticomunista inspirada nas justificativas militares para o golpe e na reavivação de elementos discursivos do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão dos negacionismos na história brasileira se transformou em tema importante para os historiadores nos últimos anos, do qual o *XIX Encontro Estadual de História da ANPUH em Santa Catarina* de 2022 é exemplar ao eleger *Usos do passado, ética e negacionismos* como temática geral do evento. Outras iniciativas têm evidenciado a atualidade do tema, dentre as quais podemos destacar o dossiê *Negacionismo e usos da história* organizado pela *Revista Brasileira de História (RBH)* no ano de 2021 e o livro *Dicionário dos Negacionismos no Brasil*, organizado por José Szwako e José Luiz Rattón em 2022, com a participação de diversos pesquisadores que têm se dedicado ao assunto.

De caráter coletivo, essas iniciativas revelam um fenômeno difuso, complexo e abrangente que, além de poderem ser abordados sob variadas perspectivas, também apresentam uma grande penetração no espaço público brasileiro. Os negacionismos se estendem desde questões científicas até históricas e políticas, passando muitas vezes por discursos conspiracionistas. No espaço deste texto, procuramos evidenciar como as diferentes camadas desses

discursos constituem uma linguagem política conservadora. Pois, se já se tornou evidente que o revisionismo da ditadura é utilizado como política de governo pelo bolsonarismo (Batista, 2021), existem outras dimensões desse fenômeno que precisam de um escrutínio maior para a compreensão política, social e cultural do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Ariel C. O revisionismo utilizado como política de governo pelo bolsonarismo. **Cadernos De Pesquisa Do Cdhis (Ufu. Impresso)**, v. 34, p. 128-155, 2021.
- CHARNY, Israel W. (Ed.). **Genocide, a Critical Bibliographic Review**. London: Mansell, 1992.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- MEIRELES, Fernando. "Orvil", livro secreto da ditadura, inspira guerra cultural de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 15 de maio 2020. Livros. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/orvil-livro-secreto-da-ditadura-inspira-guerra-cultural-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 17 out. 2022.
- MENEGAT, Rodrigo. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado. **Estado de S. Paulo**, 30 mar. 2019. Infográficos. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>. Acesso em: 12 out. 2022.
- MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 61-87, 2021.
- VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá BEVERNAGE, Berber Bevernage. Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 13-36, 2021.
- PEREIRA, Leonardo. **As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2002.

CENRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. As quatro tentativas de tomada do poder. 1987 (não publicado). Disponível em: https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

REZENDE, Constança. **Número de militares em cargos civis mais que dobra em governo Bolsonaro**, 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/07/17/numero-de-militares-em-cargos-civis-mais-que-dobra-em-governo-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 27 out. 2022.

ROUSSO, Henry. **Le Syndrome de Vichy**. Paris: Seuil, 2014.

SENRA, Ricardo. Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista. **BBC**, 4 de abril 2019. Da BBC News em Washington. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978>. Acesso em: 12 out. 2022.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SZWAKO, José; RATTON, José (Org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: CEPE Editora, 2022.

WEISSHEIMER, Marco. Das fake news à terra plana: pesquisador estuda 'epidemia' de ideias falsas que ameaçam o conhecimento e a democracia. **Sul 21**, online, 25 nov. 2019. Entrevistas. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/11/das-fake-news-a-terra-plana-pesquisador-estuda-epidemia-de-ideias-falsas-que-ameacam-o-conhecimento-e-a-democracia/. Acesso em: 11 out. 2022.

18

*Caroline Jaques Cubas*⁷³

ABERTURA DE PASSADOS, ABERTURA DE MUNDOS: REFLEXÕES SOBRE UM ENSINO DE HISTÓRIA CONTRA O NEGACIONISMO⁷⁴

73

A presente reflexão vincula-se aos grupos de pesquisa “Ensino de História, memória e culturas” e “Linguagens e representação”, que contam com recursos da FAPESC.

74

O presente ensaio revisita algumas reflexões publicadas em uma primeira versão no artigo: Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentido em uma aula de História (Revista História Hoje, vol. 11, n. 22, p.15-32, 2022).

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98980.18

A história como disciplina escolar pode ser observada no Brasil desde o século XIX. O objetivo principal de sua institucionalização foi corroborar a criação de um estado-nação unificado a partir de uma narrativa comum, capaz de exaltar seu passado. Desde então, ao longo dos últimos duzentos anos, é possível perceber relações entre as transformações que conformam a história ensinada em instituições escolares e as demandas políticas e socioculturais dos períodos a ela contemporâneos. Nos últimos quarenta anos, tais transformações podem ser pensadas tanto em termos políticos quanto teórico-metodológicos. São atravessadas pelo fim da ditadura civil-militar e período de redemocratização, assim como por debates que balizaram a pesquisa e as proposições para o ensino escolar da História. Novos problemas, novas abordagens e novos objetos não apenas nomearam a consagrada trilogia dirigida em parceria por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1977)⁷⁵, como também figuraram como temas recorrentes em materiais didáticos e salas de aula, particularmente a partir da década de 1980. No Brasil, se no início o ensino de história baseava-se quase que maciçamente na exposição de fatos e acontecimentos encarados como verdades inquestionáveis, a partir do último quartel do século XX estes mesmos acontecimentos ganharam leituras críticas e questionadoras. O espaço da aula de História foi reivindicado como *locus* de reflexão a partir do (re)conhecimento da existência de diferentes versões para o passado.

Atualmente estas questões são recolocadas. O “por que ensinar história?” e “o que ensinar em História?” ganha novos sentidos diante das disputas narrativas, reivindicações de “posse” da verdade e da proliferação de discursos revisionistas e negacionistas que se alastram no espaço público (virtual e material) e reverberam, por vezes, como vociferação em sala de aula. Multiplicam-se os casos de acusações e hostilizações a professores, geralmente relacionados a abordagens de temas sensíveis vinculados a questões políticas

75

Referimos aqui os livros História: Novos problemas; História: novos objetos e História: novas abordagens, organizados por Jacques Le Goff e Pierre Nora e publicados no Brasil na década de 1970.

e/ou religiosas. No Brasil, a título de exemplo, muitos destes debates giram em torno de temas como o golpe 1964 e a violência de Estado perpetrada durante a ditadura militar. Comunismo, holocausto, escravidão, monarquia e as questões de gênero são exemplos sobre os quais versam não apenas narrativas concorrentes, mas movimentos negacionistas ou de revisionismos “de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica”, como sinaliza Marcos Napolitano (2021, p. 99). Conforme o autor, é possível observar em nosso tempo presente a circulação de argumentos respaldados por distorções do conhecimento sobre o passado. Tais distorções podem ser percebidas tanto na prática da negação simplista de eventos e/ou interpretações amparadas por fontes e consensualizadas pela comunidade historiadora, quanto na seleção de fatos e acontecimentos que, apresentados descontextualizadamente, podem reforçar as referidas negações (Napolitano, 2021, p. 86-87).

A face mais visível deste movimento, no que se refere a sua presença no espaço escolar, talvez seja o movimento Escola sem Partido⁷⁶, que motivava gravações de aulas, medidas de constrangimento e mesmo judiciais contra professoras e professores considerados “doutrinadores”, conforme o exemplo a seguir, citado por Robson Fonseca:

Outro caso acerca da abordagem do ensino da ditadura militar e seus atuais enfrentamentos aconteceu em 2018 na cidade de Fortaleza/CE, quando o professor Jam Silva Santos foi acusado de “doutrinação comunista” ao exibir aos/as estudantes do 2º ano do Ensino Médio, o filme Batismo de Sangue. (...) Um aluno teria gravado a exibição do vídeo em sala de aula e em pouco tempo já estava circulando nas redes sociais recebendo os mais diversos comentários, e alguns acusavam o professor de doutrinação ideológica (2021, p. 34).

76

O movimento Escola Sem Partido (ESP) foi fundado pelo procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, em 2004 e ganhou projeção nacional através do projeto de lei (PL) apresentado pelo deputado federal Erivelton Santana em 2014. Em 2020, o programa alagoano “Escola Livre”, inspirado no ESP, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Tais movimentos, como é possível observar no relato acima, impõem inseguranças e questionamentos. Não é nossa pretensão aqui resolvê-los. Intentamos, no entanto, a partir destes desafios impostos ao ensino de história no tempo presente, revisitar compromissos e potencialidades do ensino escolar da história que, acreditamos, auxiliam-nos a combatê-los e mitigá-los.

HISTÓRIA COMO ACOMETIMENTO

A história ensinada causa defeitos nas memórias, como nos diz Durval Muniz de Albuquerque (2012). Isso significa, segundo o autor, assumir que o passado pode e deve ser submetido à interrogação, ao questionamento e à problematização. O estudo da história, pensado desta maneira, tem por proposição a “função social de nos ensinar a conviver com a diversidade, a respeitar a alteridade e a diferença, que é a condição exata do mundo em que vivemos” (Albuquerque, 2012, p. 33). Este aprendizado da alteridade é possível apenas a partir do momento em que outros mundos e outras possibilidades de existência tornam-se conhecidos. Tal conhecimento, que direciona o olhar ao outro, leva-nos a tencionar nossos próprios valores e modos de vida. A história incomoda. Este incômodo constitui subjetividades e conforma as especificidades de nosso presente. Assim, acreditamos que uma das potencialidades do ensino de história é justamente o acometimento. Uma sorte de ação/agressão capaz de causar movimento e romper um certo estado de letargia diante do presente e de eventos e acontecimentos que são (ao menos, deveriam ser) inaceitáveis.

Para tratar desta questão, evoco uma cena escolar observada durante o trabalho de acompanhamento de Estágios Curriculares Supervisionados. A observação de ocorrências em situação

de estágio exigiria, normalmente, algumas ponderações⁷⁷ das quais vamos deliberadamente nos eximir. Isso porque nosso interesse aqui é, tão somente, referir a reação de estudantes da educação básica diante da apresentação de evento caracterizado por absoluta violência e preconceito racial. Tão reação (ou ausência dela) faz-nos pensar sobre a força que pode ter uma aula de História.

Em uma determinada ocasião, estava acompanhando aulas de estagiários de licenciatura para um primeiro ano de ensino médio em uma escola pública da cidade de Florianópolis, cujo tema era o Período Regencial e, mais especificamente, suas revoltas. Uma aula, cuidadosamente planejada, versou sobre a Revolta dos Malês. O tema foi detalhadamente apresentado, seus eventos foram narrados, ilustrações foram exibidas. Apesar do todo o empenho na descrição da violência inerente ao acontecimento, para nossa surpresa, imperou silêncio e apatia. São inúmeras as questões que podem ser evocadas para auxiliar-nos a entender a ausência de engajamento do grupo de adolescentes à aula em questão, mas, para os fins desta reflexão, vamos nos ater a uma constatação: A narrativa não acometeu.

Para melhor compreender esta potência reivindicada ao acometimento em uma aula de história, evocamos aqui algumas passagens do campo da literatura. Ao prefaciar uma coletânea de contos de Franz Kafka, o crítico e tradutor Modesto Carone (2011) nos diz que “o próprio Kafka queria que sua literatura fizesse doer, como um estilete fincado no corpo” (p. 17). Günther Anders (2007), em um longo comentário sobre a obra do escritor de Praga, acena ao fato de que “o espantoso, em Kafka, é que o espantoso não espanta ninguém” (p. 20). Ao pensar sobre espanto, certas passagens são memoráveis. Em *A metamorfose* (Kafka, 2004), lembramos Gregor Samsa e a naturalidade com a qual encara o fato de ter acordado inseto. Em *Na colônia penal*, somos expostos à descrição de uma

77

As referidas ponderações podem ser observadas no artigo “Por uma história que corte feito estilete”, publicado na Revista História Hoje, vol. 11, 2022.

máquina de execução, feita em detalhes no sentido de vangloriar sua engenhosa crueldade. Kafka, segundo seu comentarista, lança mão de uma astuta inversão ao mostrar em seus textos um pavor que em nada espanta, escancarando-nos que, em nosso mundo, coisas “naturais” e “não espantosas” são, em verdade, pavorosas (p. 23).

O ensino de história deve combater esta trivialidade do grotesco, tão bem materializada nos textos kafkianos. Deve causar desconforto diante de eventos - de passados próximos e distantes - que retratem práticas de racismo, preconceitos e brutalidade. Naquela manhã, alunos e alunas foram colocados diante de eventos nada triviais. Não houve, todavia, espanto. A ausência de reação diante da aula ministrada lembra, além de Kafka, Margaret Atwood (2017), em *O conto da aia*:

Ignorar não é a mesma coisa que ignorância, você tem de se esforçar para fazê-lo. Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta. Havia matérias nos jornais, é claro. Corpos encontrados em valas ou na floresta, mortos a pauladas ou mutilados, que haviam sido submetidos a degradações, como costumavam dizer, mas essas matérias eram a respeito de outras mulheres, e os homens que faziam aquele tipo de coisas eram outros homens. Nenhum deles eram os homens que conhecíamos. As matérias de jornais eram como sonhos para nós, sonhos ruins sonhados por outros. Que horror, dizíamos, e eram, mas eram horrores sem ser críveis. Eram demasiado melodramáticos, **tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas** (Atwood, 2017, p. 71. Grifos meus).

A atenção à “dimensão de nossas vidas”, referenciada por Atwood, nos compele a ensaiar algumas ponderações. Um ensino de história, para ser significativo, deve ser compreendido como constitutivo do mundo em que vivemos. A história, mesmo quando distante, mesmo quando “de outros”, afeta o nosso presente. É preciso, neste sentido, abrir o passado, como uma pandora às avessas, para

entender as distintas experiências, os modos de vida, os arranjos, os projetos concretizados e aqueles abandonados, que conformam o nosso presente. Isso porque as coisas do passado, dolorosas ou não, permanecem presentes. Conhecer as mazelas de passados serve não para causar comoção sentimentalista ou ódio incontido, mas para serem compreendidas como aquilo que são. Para terem o devido lugar em nosso tempo e, dessa maneira, adensarem processos de constituição de consciência histórica. Para, talvez, incitar transformação.

HISTÓRIA COMO ABERTURA

Como professores e professoras de história, assumimos um compromisso com o conhecimento histórico. Tal compromisso é amparado por uma série de consensos e procedimentos que nos garantem a validação dos resultados de nossas pesquisas, assim como dos conteúdos e conhecimentos construídos através do ensino de história (em espaços escolares ou não). Tais consensos podem ser revisitados na sistematização magistralmente esmiuçada por Michel de Certeau (2002) em "A escrita da história". Neste texto feito clássico por sua consistência e relevância, o autor direciona nossa atenção ao lugar social onde a história é produzida como conhecimento, aos procedimentos desta produção e, finalmente, ao compromisso ético de historiadores e historiadoras em materializar os resultados de suas pesquisas através da escrita. Marcos Napolitano (2021), ao propor antídoto contra o revisionismo e o negacionismo, apega-se à verdade histórica. Esta verdade fundamenta-se, tal qual sugerido por Certeau, em compromissos éticos assumidos pelos historiadores. Não deve ser entendida como uma verdade ontológica e materialmente alcançável, mas como referência. Como algo a ser repetidamente perseguido. Estes compromissos manifestam-se de múltiplas formas e podem ser percebidos no rigor teórico-metodológico, no anúncio de eventuais

valores que inspiram pesquisas, no diálogo com a historiografia pertinente aos temas em questão, na evidência documental, entre outros. É o conhecimento histórico consistente e eticamente produzido que pode, acreditamos, promover a abertura de novos mundos. Tais mundos abrem-se na medida que o passado se indetermina. A história, particularmente a história produzida em espaços escolares, não pode prescindir da apresentação de múltiplos passados.

Ora, o controle político do presente, reivindicado por discursos de base revisionista e/ou negacionista, fundamenta-se justamente no encerramento de uma narrativa exclusivista sobre o passado. Uma narrativa enquadrada e domesticada, que não abre espaço para a dúvida, a tensão, a incoerência. Uma narrativa que, linearmente suturada ao presente, serve ideologicamente de justificativa para projetos interessados de futuro.

O conhecimento histórico eticamente comprometido como campo de conhecimento deve caminhar em oposta direção. É conhecimento que não se domestica. É conhecimento que fundamenta e possibilita futuros na medida em que indetermina passados. Tal indeterminação se constitui pelo reconhecimento de múltiplas temporalidades, de projeções irrealizadas, de inconsistências. Evocamos, neste sentido, Paul Ricoeur (2010) quando, em *Tempo e Narrativa*, fala sobre a possibilidade de sermos tocados pelo passado:

(...) é preciso lutar contra a tendência de só considerar o passado sob o ângulo do acabado, do imutável, do findo. É preciso reabrir o passado, reavivar nele potencialidades irrealizadas, impedidas, massacradas até. Em suma, contra o adágio que diz que o futuro é aberto e contingente e o passado univocamente fechado e necessário, temos de tornar nossas expectativas mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada (Ricoeur, 2010, p. 368).

Como professores e professoras de história temos consciência da potência e relevância do passado. Não por acaso, ele está constantemente em disputa. Como já disse George Orwell em seu

1984 “Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado” (Orwell, 2009, p. 291). Um passado controlado e domesticado é justamente o que observamos em alguns movimentos de cunho negacionistas, e de revisionismo ideológico, tal como apresentado por Marcos Napolitano. É importante ressaltar que tais movimentos não visam contribuir, através da crítica fundamentada, com o adensamento do conhecimento histórico. Buscam simplesmente o domínio (à força) da narrativa sobre o passado. O que está em jogo é menos o interesse genuíno pelo passado que o controle político do presente. E é justamente este desejo pelo poder que é preciso combater. O conhecimento histórico é complexo, plural, por vezes contraditório. É nesta complexidade, capaz de acometer, de tocar, de transformar, que devemos alojar nosso engajamento.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? *In*: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- ANDERS, Guther. **Kafka: pró & contra.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ATWOOD, Margaret. **O conto da Aya.** Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- CARONE, Modesto. Introdução. *In*: KAFKA, Franz. **Essencial.** São Paulo: Penguin/ Companhia das letras, 2011. p. 7-23.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CUBAS, Caroline Jaques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentido em uma aula de História. **Revista História Hoje**, vol. 11, n. 22, p.15-32, 2022.
- FONSECA, Robson Rodrigo Pereira da. **Passado em disputa:** possibilidades do podcast para o ensino de História. 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) — UDESC, Florianópolis, 2021.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Conrad Livros, 2004.

LE GOFF; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1977.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In*: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela História**: desafios ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 3**: o tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

19

Walderez Ramalho

NEGACIONISMO E HISTORICIDADE

Os últimos anos deram mostras cabais que existe uma relação intrínseca entre a disseminação do negacionismo histórico e a crise da democracia, um fenômeno que se verifica no Brasil e também em outros países do mundo. A ascensão de projetos políticos autoritários é em larga medida alimentada por interpretações distorcidas e falsificadas da história, tornando mais imperiosa a necessidade de o campo historiográfico profissional estabelecer certos compromissos epistemológicos e ético-políticos que possam balizar o enfrentamento aos negacionismos históricos. Assim, a questão apresentada pelos organizadores deste livro possui uma intencionalidade eminentemente prática.

No entanto, gostaria de propor uma reflexão de cunho teórico à pergunta proposta, tanto porque atuo no campo da Teoria da História, mas também porque parto do princípio de que se a teoria, quando desvinculada da prática, pode decair em abstrações vazias, a prática desinformada de uma teoria também acaba por se tornar cega. Nesse sentido, gostaria de elaborar um argumento a partir de um recorte específico dentro da questão apresentada pelos organizadores do livro, a saber, *o que o negacionismo histórico efetivamente nega?* Creio que o esclarecimento dessa questão é importante para traçar estratégias de enfrentamento aos negacionismos que estejam dentro do escopo de atuação dos historiadores profissionais.

Muitos estudiosos destacam que o interesse público pelo passado tem crescido exponencialmente nas últimas décadas em diversos lugares ao redor do mundo (Huyssen, 2000). Esse fenômeno se materializa por meio de diferentes iniciativas, como a febre por comemorações públicas, a emergência do paradigma da justiça de transição, elevação do estatuto político e moral do testemunho, o avanço das políticas de patrimonialização, a comercialização da nostalgia, dentre outras práticas. O aumento da demanda social por passados provocou novos desafios e questões para o campo historiográfico. Esse processo evidenciou que a historiografia acadêmica não detém a palavra final sobre a representação social do passado, pois ela

se vê pressionada pela concorrência de outras formas de apropriação e gestão do passado, tais como a memória, o testemunho, bem como os mais diferentes tipos de usos e abusos públicos da história.

A disseminação dos negacionismos históricos insere-se nesse contexto. Segundo Enzo Traverso (2012), o negacionismo histórico se alimenta principalmente dos passados sensíveis, adentrando a disputa de memórias por meio de releituras da história ideologicamente orientadas. As narrativas negacionistas visam redistribuir o ônus da responsabilidade dos crimes e injustiças do passado, invertendo juízos social e academicamente estabelecidos de maneira a converter os opressores em vítimas. Nesse sentido, e em linha com argumentos já apresentados por Patrícia Valim, Alexandre Avelar e Berber Bevernage (2021), Denise Rollemberg e Janaina Cordeiro (2021), entre outros trabalhos recentes sobre o tema, a proliferação dos negacionismos históricos pode ser interpretada como uma reação contra uma agenda política que postula a necessidade de se prestar contas com os passados difíceis em nome da promoção da democracia e da justiça no tempo presente.

A emergência de um cenário midiático-digital global facilitou a ampla disseminação de narrativas históricas negacionistas, cujos efeitos políticos têm se tornando cada vez mais candentes. Nesse contexto, o campo historiográfico tem buscado refletir mais detidamente sobre o fenômeno para formular estratégias para o seu enfrentamento. E, como de costume, as posições adotadas nesse debate são bastante diversas entre si. Tal diversidade não deve ser entendida, creio eu, como sinal de fraqueza ou hesitação do campo, mas como um reflexo da complexidade que o fenômeno negacionista contemporâneo representa.

Há quem defenda, por exemplo, que o enfrentamento ao negacionismo passa por reforçar o compromisso com o princípio da objetividade da pesquisa e escrita da história. Essa posição realista enfatiza a capacidade da evidência histórica produzir convencimento

no público: trata-se do princípio retórico da *enargeia* (clareza, vividez), isto é, a representação viva de um objeto no discurso que induz no receptor a sensação de que está a ver o objeto descrito (Ginzburg, 2007, p. 18). Um exemplo concreto foi dado por Carlos Fico que, juntamente com a jornalista Miriam Leitão, trouxe a público trechos de áudios do Superior Tribunal Militar que admitiam a prática de tortura pelo governo militar. Essa divulgação foi motivada por falas negacionistas do deputado Eduardo Bolsonaro, que havia duvidado e debochado da tortura sofrida por Leitão nos anos 1970. A grande repercussão pública desse caso demonstrou a eficácia dessa posição realista no enfrentamento ao negacionismo histórico (Associação Nacional De História, 2022).

Contudo, há outros historiadores que consideram que o combate ao negacionismo passa por outras questões que vão além da demonstração das evidências históricas e dos critérios de verificação factual. Mais importante que isso, segundo essa segunda posição, seria compreender as estratégias retóricas e narrativas que embasam o discurso negacionista. Para Arthur Ávila (2021), tais estratégias negacionistas se baseiam menos na falsificação empírica do que na fabricação de representações omitidas do passado, impondo sobre a pluralidade das histórias vividas e narradas uma suposta “verdade” única, absoluta, fechada a críticas e, principalmente, apresentando uma verdade supostamente “sequestrada” do público. Nesse sentido, Ávila propõe que o combate aos negacionismos históricos passa pela afirmação resoluta do que ele chama de “pluralismo historiográfico”, um conceito proposto pelo autor para denotar um princípio ao mesmo tempo epistemológico, ético e político. Inspirado por Hayden White, Ávila defende que o melhor antídoto contra os abusos negacionistas da história consiste em contestar qualquer tentativa de fechamento da história em uma narrativa única. Esse pluralismo historiográfico, ressalta o autor, não significa a aceitação acrítica de todo e qualquer relato sobre o passado, mas, em vez disso, trata-se de recusar as tentativas de fixação de significados absolutos sobre o passado, como

fazem as narrativas históricas negacionistas – como é o caso das produções da empresa Brasil Paralelo analisadas por Ávila em seu artigo.

Assim, se por um lado há historiadores que defendem o realismo como princípio norteador da historiografia profissional e como principal arma no combate às falsificações da história, existem também, por outro lado, outras vozes que admitem um certo grau de relativismo para orientar esse enfrentamento – não no sentido de dizer que não existe verdade em história, mas sim que essa verdade não pode ser capturada de forma definitiva por nenhuma representação narrativa. Com efeito, é parte decisiva da retórica negacionista a alegação de que seus porta-vozes estariam revelando uma “verdade sequestrada”, uma verdade sobre o passado que teria sido roubada do grande público pelos... historiadores! A função política da retórica da verdade sequestrada consiste em minar a autoridade epistêmica da historiografia profissional, e isso “a partir de parâmetros totalmente externos a essa produção, como se houvesse uma história verdadeira a ser contada, em oposição àquela produzida pela historiografia dos historiadores” (Meneses, 2019, p. 3).

De minha parte, defendo que as posições realista e relativista não precisam ser entendidas como se fossem polos irremediavelmente opostos entre si. Ambas possuem suas vantagens e seus pontos cegos, não cabendo, a meu juízo, definir *a priori* qual delas é a mais consistente para o combate aos negacionismos. A consistência e eficácia dessas posições dependerá da circunstância específica em questão. A meu ver, o mais interessante do ponto de vista teórico seria construir uma espécie de conciliação entre essas posições a partir de uma caracterização geral do fenômeno negacionista enquanto tal.

Argumento que essa caracterização pode ser formulada pela seguinte afirmação: *o negacionismo nega a historicidade da história*, sendo este o aspecto essencial que diferencia as produções negacionistas da historiografia elaborada por historiadores profissionais.

Reconheço a aparente tautologia presente nessa formulação, mas defendo que não se trata de uma tautologia morta. Ao contrário, reside nessa afirmação um círculo virtuoso que, ao menos do ponto de vista teórico, permite fundamentar uma caracterização mais precisa do fenômeno negacionista e, nessa medida, poderia auxiliar os historiadores profissionais a balizar o combate a esses negacionismos em situações práticas específicas.

A virtuosidade do círculo presente no argumento passa pela polissemia do conceito de historicidade (Renthe-Fink, 2021; Carvalho, 2021). Um primeiro sentido possível de “historicidade” consiste na afirmação da realidade factual da experiência vivida, indicando a qualidade de uma pessoa, evento ou processo ser “histórico” em contraposição à fábula, mito ou ficção. Nesse primeiro sentido, a historicidade de uma narrativa indica que o objeto relatado expressa aquilo “que realmente ocorreu”, o que pode ser constatado por meio da comprovação empírica e pela observação dos protocolos metodológicos que presidem a pesquisa e a escrita da história. Assim, a negação da historicidade significaria, desse ponto de vista, a mentira e/ou falsificação da realidade histórica tal como ela de fato ocorreu – como, por exemplo, a negação de que houve tortura durante a ditadura militar ou da existência de câmaras de gás nos campos de extermínio nazistas.

Porém, o conceito de historicidade pode significar também uma estrutura existencial da condição humana, isto é, o fato de o ser humano – e tudo que resulta de suas ações – ser um sujeito *histórico*. Uma das inúmeras consequências desse postulado é que também o historiador e sua narrativa estão implicados nessa historicidade fundamental, donde ser impossível estabelecer um ponto de vista externo à história desde o qual se pode conhecê-la e narrá-la. O fato de que cada época interpreta o passado à luz, de suas próprias questões, evidencia que a *verdade* que o conhecimento histórico é capaz de produzir não é absoluta ou atemporal, mas é, ela própria, *histórica*. Portanto, qualquer tentativa de postular uma verdade única e definitiva sobre o passado significa negar a historicidade própria do conhecimento histórico – ainda mais quando se pretende que essa

suposta “verdade” teria sido roubada ou sequestrada pelos próprios historiadores profissionais.

Os dois sentidos do conceito de historicidade refletem igualmente duas exigências básicas para a ciência da história: produzir afirmações verdadeiras sobre o passado (objetividade); e admitir a relatividade dessas afirmações (perspectividade). Desde a sua constituição como disciplina científica, a historiografia reconhece que a sua pretensão de objetividade não anula o fato de que qualquer narração sobre o passado parte de um ponto de vista (Koselleck, 2006). Assim, a historiografia enquanto ciência possui uma dimensão essencialmente *revisionista*, no sentido de que cada presente revisa o passado aportando sobre ele um novo ponto de vista.

É importante assinalar esse ponto porque o termo “revisionismo” é frequentemente utilizado como se fosse sinônimo de negacionismo. É bom lembrar, porém, que as palavras importam. Ainda mais porque foram os próprios negacionistas que estimularam essa confusão terminológica; eles amiúde apresentam-se como “revisionistas” no intuito de atribuir um verniz de legitimidade historiográfica às suas produções. Roubert Faursson, um eminente negacionista do Holocausto, afirmava ser membro de uma suposta “escola revisionista”, enquanto nos Estados Unidos o *Institute for Historical Review*, responsável pela edição da revista *Journal of Historical Review*, congregava historiadores que professavam antissemitismo e interpretações negacionistas do Holocausto (Rollemberg; Cordeiro, 2021). Nesse sentido, insistir na sinonímia entre revisionismo e negacionismo seria de certa forma conceder a esses últimos um respaldo acadêmico/científico que eles, de fato, não possuem. Como afirmam Denise Rollemberg e Janaína Cordeiro (2021, p. 61), “O revisionismo é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História”.

O conceito de historicidade pode, portanto, designar a dimensão empírica ou factual do relato sobre o passado, mas também implica a admissão da relatividade dessas mesmas narrativas.

Apesar de serem aparentemente contraditórios, esses dois postulados estruturam a forma de conhecimento produzido pela ciência histórica. Negar qualquer dessas afirmações ou a relação intrínseca entre elas significaria, no limite, negar a historicidade da própria história. Ora, as produções negacionistas tipicamente recusam essa dupla historicidade, seja por meio da falsificação empírica, seja através da retórica da verdade sequestrada. Os discursos negacionistas “revisam” o passado não para fins de conhecimento, mas da luta político-ideológica do presente, de modo que a conclusão do relato já está definida de antemão. As fontes são manipuladas para reforçar a conclusão dada previamente, minando o poder de veto dessas fontes. Para ampliar a eficácia do seu discurso, os negacionistas muitas vezes emulam técnicas de pesquisa e de apresentação historiográfica – mas ao preço de falsificar e distorcer a historicidade do relato nesse sentido factual/empírico.

Mas a negação da historicidade significa também a rejeição prévia e sumária da pluralidade dos pontos de vista sobre o passado. A história narrada não é apresentada como um ponto de vista sobre o passado, mas sim como representando a “verdade” absoluta, definitiva, única. Qualquer ponto de vista que não corrobore com essa “verdade” absoluta é imediatamente recusado em termos morais, mas não epistemológicos: tratar-se-ia de uma leitura da história “corrompida”, ideologicamente “enviesada”, geralmente associada ao rótulo de “esquerdista”, “comunista” e outros epítetos afins. O exercício da crítica historiográfica, fundamental para a elaboração científica do conhecimento histórico, é de saída bloqueada por essas motivações e argumentos morais.

Na historiografia profissional, objetividade e parcialidade não são termos opostos, mas complementares (Koselleck, 2006, p. 163). Essa complementaridade não resulta em uma contradição corrosiva ou paralisante para a ciência histórica, mas expressa justamente a *historicidade* desse mesmo conhecimento. Nesse sentido, o combate aos negacionismos históricos não passa pela defesa da objetividade/realismo em detrimento da perspectividade/relativismo do

conhecimento histórico, nem tampouco a via contrária. Ao contrário, creio que um compromisso teórico fundamental para os historiadores profissionais se armarem melhor no combate aos negacionismos é acolher essa tensão entre objetividade e parcialidade, ou entre realismo e relativismo, como sendo constitutiva do conhecimento histórico acadêmico. Já o negacionismo, por sua vez, se caracteriza precisamente pela negação dessas duas dimensões e, portanto, da própria historicidade da história. É este o ponto que diferencia de forma mais clara as narrativas negacionistas daquelas produzidas no âmbito da historiografia científica – a despeito das constantes tentativas por parte dos negacionistas de simular os protocolos de pesquisa e apresentação textual desenvolvidos pela historiografia profissional.

Como já adiantei, essa caracterização do negacionismo histórico não é suficiente para promover o seu efetivo enfrentamento. Isso passaria pela adoção de certas políticas públicas que estão muito além do escopo de atuação dos historiadores profissionais – como a necessária regulação das redes sociais digitais, por exemplo. Não se pode esquecer também que muitos representantes do negacionismo histórico obtiveram amplo espaço na imprensa profissional – como foi o caso de Leandro Narloch ter assumido o posto de âncora na CNN Brasil, ou da sua coleção negacionista “Guia politicamente incorreto” ter sido adaptada como uma série televisiva no canal History Channel.

Ainda assim, cabe ao campo historiográfico desenvolver suas próprias estratégias práticas no combate ao negacionismo – algo que felizmente tem se materializado em uma série de iniciativas, como o recente lançamento do selo “Saberes Históricos” da Associação Nacional de História (ANPUH), o desenvolvimento da história pública, bem como a organização de eventos dedicados ao tema do negacionismo – como foi o caso do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, que motiva a organização deste livro. Essas importantes iniciativas demonstram que o campo historiográfico tem se mobilizado no combate aos desafios urgentes do nosso tempo, e a aposta feita neste ensaio é que a reflexão teórica sobre a história e a historiografia tem algo a contribuir para esse enfrentamento.

REFERÊNCIAS

A BANALIZAÇÃO da tortura e os áudios do superior tribunal militar. Produção de: Associação Nacional de História – ANPUH Brasil. YouTube, 26 abr. 2022. Duração: 1h 38min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_WfAYe2sjo. Acesso em: 10 mar. 2023.

ÀVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021.

CARVALHO, Augusto de. A metafísica da historicidade – de Martin Heidegger ao contexto brasileiro: comentário à tradução do verbete de Leonhard von Renthe-Fink. **Práticas da História**, n. 12, p. 181-207, 2021.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – contribuição à apreensão historiográfica da história. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006. p. 161-188.

MENESES, Sônia. Negacionismos e histórias públicas reacionárias: os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **OP SIS**, v. 19, n. 2, p. 1-9, 2019.

RENTE-FINK, Leonhard. Historicidade. **Práticas da História**, n. 12, p. 208-215, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, v. 9, n. 17, p. 58-98, 2021.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação – Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

Dominique Santos

Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com período sanduíche na *University College Dublin* (UCD), Irlanda. Professor da Universidade de Blumenau (FURB). Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais. Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Fernando Cesar Sossai

Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor do curso de História e dos Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e em Educação da UNIVILLE. Coordenador do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da mesma instituição. Diretor da Associação Nacional de História - Seção Santa Catarina - ANPUH-SC (2020-2024). Presidente da Associação Brasileira de História Oral - ABHO (2022-2024).

Michele Gonçalves Cardoso

Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre e doutora pela em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Rogério Rosa Rodrigues

Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado pela Universidade Livre de Berlim. Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina com atuação no Departamento de História, no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e no Programa de Pós-Graduação em História.

Samira Peruchi Moretto

Graduada, mestre e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH/UFFS) e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC).

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Adriana Angelita da Conceição

Graduada e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando no departamento de Educação do Campo e no Mestrado Profissional em Ensino de História.

Anderson Zalewski Vargas

Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado da UFRGS, atuando no Departamento e no Programa de Pós-graduação em História.

Breno Sabino Leite de Souza

Graduado e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutor em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Carol Lima de Carvalho

Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutoranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Caroline Jaques Cubas

Graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestre e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Associada do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Programa de Pós-graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Cibele Piva

Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela mesma universidade. Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora da Educação Básica.

Claudia Regina Nichnig

Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Graduada e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professora visitante do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Daniela Pistorello

Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora colaboradora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Daniela Queiroz Campos

Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com doutorado sanduíche e Pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), Paris.

Eunice Sueli Nodari

Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em História pela *University of California*. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

George Leonardo Seabra Coelho

Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto na Universidade Federal do Tocantins (UFT) no curso de Licenciatura em História e coordenador do Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam-UFT).

Giane Maria de Souza

Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Servidora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), unidade da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), Prefeitura de Joinville.

Ilanil Coelho

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

Janice Gonçalves

Graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-graduação em História.

Joana Maria Pedro

Graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando no curso de História e no Programa de Pós-graduação em História da UFSC.

Marcelo de Mello Rangel

Graduado em História e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), credenciado nos Programas de Pós-graduação em História e Filosofia na mesma instituição.

Nashla Aline Dahas Gomoziás

Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História Política pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora colaboradora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Graduada, mestre e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no curso de História, no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) e no Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Paulo Cesar Gomes

Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e doutor pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador das mídias sociais do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC/UFF) e editor-chefe do site de divulgação em História (<https://www.historiadaditadura.com.br/>).

Reinaldo Lindolfo Lohn

Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde atua no curso de graduação em História e no Programa de Pós-graduação em História. Atua, ainda, no Mestrado Profissional em Ensino de História na mesma instituição.

Renan Rivaben Pereira

Graduado e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Renilda Vicenzi

Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas – FAFI. Mestra em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no Curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-graduação em Educação.

Roberta Barros Meira

Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra e Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

Thalia Faller

Graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFF). Mestranda em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas- NEABI/UFFS-Chapecó e do GT História da África ANPUH - Seção SC.

Tiago Coelho

Graduado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Thiago Reisdorfer

Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Estadual do Piauí.

Valdei Lopes Araújo

Graduado e mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com estágio de na Universidade de Stanford, Estados Unidos. Professor no Departamento de História e na Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Presidente da Associação Nacional de História (2021-2023).

Walderez Simões Costa Ramalho

Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com período sanduíche em *Ghent University*, Bélgica. Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

ANPUH-SC 9, 10, 12, 13, 14, 59, 66, 79, 87, 94, 218, 220

Associação Nacional de História 9, 19, 76, 77, 139, 218, 219, 220, 225

B

Bolsonaro 12, 16, 21, 56, 67, 84, 86, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 176, 189, 194, 195, 197, 198, 199, 213

C

Centro de Ciências Humanas e da Educação 9, 10, 59

Ciência 34, 177, 188

Comissão Parlamentar de Inquérito 12

comunidade plural 20

conhecimento panfletário 18

Covid-19 10, 12, 80, 87, 97, 102, 109, 131, 194, 195

crise 13, 105, 156, 168, 179, 211

crise de autoridade epistêmica 13

cultura de verdade 21

D

debate público 19, 21, 82, 126

democracia 13, 67, 86, 114, 115, 121, 131, 163, 196, 199, 211, 212

diálogo plural 21

direitos humanos 21, 60, 104, 105, 107, 108, 125, 138, 139, 195, 196

discursos negacionistas 17, 20, 217

ditadura 21, 108, 125, 126, 131, 139, 176, 187, 188, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 215

E

Educação Básica 15, 143, 145, 146, 153, 221

educação democrática 16, 18

eleição presidencial 19

ensino de história 15, 16, 17, 20, 157, 158, 159, 160, 163, 177, 200, 201, 203, 205, 206

escola sem partido 20

estupros 10

ética 10, 13, 15, 16, 21, 39, 59, 62, 79, 85, 87, 96, 97, 98, 101, 102, 107, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 119, 132, 138, 139, 140, 158, 197, 202

extrema direita 13, 46, 109, 150, 176, 177, 181, 193, 194, 196

F

feminicídio 10

G

garimpo 11

gás lacrimogênio 11

gênero 11, 14, 15, 16, 18, 20, 64, 66, 108, 110, 125, 127, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 158, 193, 202

golpe de 1964 196

governo federal 10, 11, 109, 127, 176, 191

H

história 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 42, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 67, 68, 69, 70, 77, 78, 79, 80, 83, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 116, 117, 118, 119, 122, 124, 130, 132, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

história ambiental 15, 17, 18, 77, 167, 174

história antiga 15

História da África 66, 224

história da arte 15, 49, 54

- história da ciência 17
- história da historiografia 15, 16, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 183, 189
- história do tempo presente 15, 124, 158, 160, 198
- História Oral 59, 61, 81, 97, 98, 99, 101, 102, 185, 220
- história pública 15, 17, 159, 160, 218
- História quilombola 144
- historicidade 17, 20, 145, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219
- historiografia acadêmica 91, 211
- Home schooling 20
- I**
- indigenista 11
- instrumentalização 13, 20
- J**
- jovem congolês 10
- justiça 12, 21, 67, 135, 147, 158, 211, 212
- L**
- Lula 12, 109, 164, 195
- M**
- meios acadêmicos 179
- mentira 13, 215
- mercantilizado 18
- N**
- narcotráfico 11
- negacionismo 17, 19, 20, 21, 101, 102, 117, 125, 139, 169, 170, 174, 177, 178, 179, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 206, 211, 212, 213, 214, 216, 218, 219
- negacionistas 13, 17, 20, 66, 128, 131, 132, 139, 170, 172, 179, 180, 184, 191, 192, 193, 194, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 216, 217, 218
- P**
- pandemia 10, 11, 18, 21, 80, 87, 109, 131, 194
- Patrimônio Cultural 59, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 220, 221, 222, 224
- pertinência política 18
- pesca ilegal 11
- pesquisa 12, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 29, 59, 60, 61, 67, 68, 81, 82, 91, 97, 98, 100, 109, 110, 116, 118, 121, 128, 135, 140, 143, 144, 145, 146, 149, 154, 158, 163, 179, 184, 185, 186, 189, 196, 198, 200, 201, 202, 212, 215, 217, 218, 219
- Polícia Rodoviária Federal 11
- pseudociência 20
- R**
- racismo 10, 14, 21, 69, 70, 82, 149, 151, 193, 205
- radicais 88
- redes sociais 18, 19, 50, 51, 52, 128, 131, 133, 186, 193, 202, 218
- relativismo 17, 18, 183, 214, 217, 218
- revisionismo negacionista 21
- S**
- saberes 21, 45, 66, 67, 71, 82, 117, 118, 120, 140, 147, 150, 154
- Santa Catarina 9, 10, 14, 15, 19, 59, 60, 61, 62, 69, 73, 74, 77, 79, 81, 97, 135, 136, 137, 138, 178, 184, 197, 220, 221, 222, 223, 224, 225
- T**
- teoria da história 15, 16, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 183, 189
- tortura 21, 195, 196, 213, 215, 219
- U**
- Universidade do Estado de Santa Catarina 10, 14, 62, 73, 220, 221, 222, 223, 224, 225
- Universidade pública 69
- Usos do passado 10, 12, 13, 79, 85, 87, 197
- V**
- vacinas 10, 12, 21
- verdade 13, 19, 20, 21, 29, 55, 90, 91, 92, 156, 161, 162, 163, 164, 169, 170, 177, 179, 182, 183, 184, 188, 192, 196, 201, 205, 206, 213, 214, 215, 216, 217, 219
- violência 10, 14, 18, 71, 80, 105, 106, 107, 135, 185, 202, 204
- X**
- XIX Encontro Estadual de História 10, 12, 13, 19, 59, 66, 79, 87, 143, 178, 184, 218

USOS DO PASSADO,

ÉTICA

www.PIMENTACULTURAL.com

E NEGACIONISMOS

